

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL (PPGPS)
MESTRADO
HISTÓRIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E CULTURA

Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari

Leticia de Luna Freire

Orientador: Ronald João Jacques Arendt

Co-orientadora: Teresa Cristina Carreteiro

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Rio de Janeiro, 2005



*À Irmã Odete (in memoriam) e Dona Rita,
por dedicarem suas vidas aos moradores de Acari
unindo coragem e delicadeza.*

Agradecimentos

Como todo trabalho científico, esta dissertação é resultado de um processo coletivo, mesmo que na autoria conste apenas um único nome. Desse modo, não posso deixar aqui de agradecer a diversas pessoas que de alguma forma, às vezes mesmo sem saber, contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Martha, por sempre ter respeitado e apoiado meus projetos pessoais e profissionais e pela revisão final da dissertação.

Ao Fábio, que, como antropólogo, foi meu “interlocutor privilegiado” nas situações mais delicadas do trabalho de campo e na leitura crítica das primeiras versões dos textos. Como companheiro, soube dar carinho e incentivo constante ao longo desses anos, ajudando-me a superar os momentos de maior dificuldade e desânimo.

À professora Teresa Cristina Carreteiro, que, ainda na graduação, despertou em mim o gosto pela prática de pesquisa, agradeço por ter aceitado ser minha co-orientadora.

Ao professor Marco Antônio da Silva Mello, por ter gentilmente me permitido assistir suas aulas de Antropologia Urbana na Universidade Federal Fluminense e, assim, usufruir de seus conhecimentos. Espero aqui não ter feito mau uso deles.

Ao colega e antropólogo Ronaldo Lobão, pelas críticas e contribuições na elaboração do projeto de pesquisa.

À Andréa Abdala, Margarida Scotti e Ana Luna – da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro – pela atenção e interesse em me fornecer informações e materiais sobre o Programa Favela-Bairro.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ – Aníbal, Ângela, Matheus, Luana e Jussara – pela eficiência e disponibilidade em ajudar os alunos nas burocracias acadêmicas.

Ao meu orientador, professor Ronald Arendt, pela paciência e respeito às idiossincrasias de seus alunos e orientandos.

A todos os colegas (os antigos e os mais recentes) do grupo de estudo coordenado pelo professor Ronald na UERJ – Alexandra, Carlos, Fátima, Gabriela, Góia, Irme, Marcelo, Marli... -

com quem pude partilhar as dúvidas e questões de meu trabalho, fazendo da redação da dissertação uma tarefa menos solitária.

À professora Márcia Moraes, que, através de sua participação em algumas reuniões do grupo de estudo, foi uma aliada importante para apurar minhas leituras e percepções sobre a Teoria Ator-Rede.

Aos moradores de Acari, alguns dos quais se tornaram pessoas muito queridas, sou eternamente grata por toda a hospitalidade e carinho com que sempre me receberam.

A todos os Agentes Comunitários de Habitação de Acari e seus supervisores, pela contribuição fundamental para a realização deste trabalho. Em especial, agradeço às agentes comunitárias de Parque Acari - Vanda, Sônia e Clarisse -, por terem me acolhido de maneira tão sincera e amigável, tornando-se as maiores colaboradoras da pesquisa.

Por fim, como da prática científica, diria Bruno Latour, também fazem parte os não-humanos, agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me concedido bolsa de pesquisa por um ano e, assim, ter viabilizado financeiramente a realização deste trabalho.

No mais, agradeço ao meu gravador, minha máquina fotográfica e meu computador por nunca terem me deixado na mão. Sem eles este trabalho também não seria possível ou ao menos teria sido muito diferente.

Sumário

Resumo / Abstract	06
Introdução	08
Parte I – Escolhendo as linhas, preparando os instrumentos	
Capítulo I: Referencial teórico-metodológico	19
A rede latouriana	20
A Teoria Ator-Rede	29
Dispositivos metodológicos da pesquisa	35
Capítulo II: Percorrendo Acari	40
A comunidade de Parque Acari	43
A comunidade de Vila Rica de Irajá	48
A comunidade de Vila Esperança	52
O Conjunto Residencial Areal	54
Costurando alguns pontos... ..	55
Capítulo III: O Programa Favela-Bairro na história das políticas públicas direcionadas às favelas cariocas	64
Transformando favelas em bairros populares	75
Parte II – Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari	
Capítulo IV: Seguindo as agentes comunitárias em ação	85
Quem são os Agentes Comunitários de Habitação?	85
Seguindo as agentes comunitárias comunidade afora	90
Capítulo V: Favela e Bairro: categorias que se opõem?	117
As categorias “favela” e “bairro” na concepção da prefeitura ...	117
As categorias “favela” e “bairro” na concepção dos moradores..	121
A categoria “comunidade”: a solução da controvérsia?	129
Algumas conclusões (parciais e provisórias)	135
Referências Bibliográficas	140
Anexos	147

Resumo

Esta dissertação trata da intervenção do Programa Favela-Bairro (desenvolvido há dez anos pela prefeitura do Rio de Janeiro) na localidade de Acari em 2003 e 2004, analisada à luz da Teoria Ator-Rede. Pensado a partir das contribuições do antropólogo das ciências Bruno Latour, este operador teórico-metodológico é concebido como uma forma de abordar a fabricação dos fatos, tomando simetricamente natureza e sociedade, humano e não-humano. A pesquisa tem como objetivo acompanhar o processo desta intervenção urbana em Acari, descrevendo os atores (humanos e não-humanos) envolvidos e analisando os efeitos de suas ações na rede de implantação do Programa Favela-Bairro na localidade. Ao destacar a construção da prática interventora, busca-se uma abordagem simétrica em Psicologia Social, na qual nem o pólo “indivíduo” nem o pólo “sociedade” seja *a priori* privilegiado.

Abstract

This dissertation deals with an intervention in the locality of Acari, occurred between 2003 and 2004, in the context of a municipal program (Quarter-Slum Program) developed the last ten years in Rio de Janeiro slums, analysed in the light of the contributions of science anthropologist Bruno Latour`s Actor Network-Theory. This teoretical and methodological operator is conceived as a form of facing the fabrication of facts, taking simmetrically nature and society, human and non-human. The researche`s objective is to follow the urban intervention process in Acari, describing the human and non-human actors involved and the effects of their actions in the local implantation network of the Quarter-Slum Program. Stressing out the construction of the intervention pratice, we search a symmetrical approach in Social Psicology in which nor the pole “individual”, nor the pole “society” shoud be *a priori* privileged.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

A Dissertação TECENDO AS REDES DO PROGRAMA FAVELA-BAIRRO EM ACARI elaborada por LETICIA DE LUNA FREIRE foi aprovada pelos membros da banca examinadora:

Prof. Dr. RONALD JOÃO JACQUES ARENDT _____

Prof^ª. Dr^ª. TERESA CRISTINA CARRETEIRO _____

Prof^ª. Dr^ª MÁRCIA DE OLIVEIRA MORAES _____

Introdução

A primeira vez que estive em Acari foi em março de 2000. Ainda cursando a graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), tinha acabado de me inserir em um recém-criado projeto de pesquisa como bolsista de iniciação científica do CNPq. O projeto, intitulado “Drogas e Comunidade: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais dos jovens de contextos desfavorecidos e a construção de metodologias de intervenção preventivas à marginalização”, era coordenado pela professora Teresa Carreiro, que na época retornara do pós-doutorado na França e estava retomando suas atividades na UFF.

Com o apoio do CNPq, o projeto integrava equipes de duas universidades – UFF e UnB – visando analisar de forma comparativa a realidade de duas comunidades brasileiras distintas, uma na cidade do Rio de Janeiro e outra em Brasília, no que se refere aos efeitos das drogas (consumo e tráfico) na socialização dos jovens, buscando ao mesmo tempo criar coletivamente estratégias de enfrentamento da questão.

Em nossa equipe, a comunidade escolhida foi Acari, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. Além de ter um intenso tráfico de drogas, motivado possivelmente pela localização estratégica e facilidade de acesso, Acari oferecia condições mais viáveis para nossa inserção através de contatos pessoais da coordenadora com membros da Pastoral do Menor, que há muitos anos desenvolve projetos naquela comunidade.

Sem dúvida, o êxito ou não de um projeto como esse começa a ser definido com a escolha da porta de entrada. No caso, o respaldo de membros da Pastoral do Menor facilitou enormemente nossa inserção no campo, tanto pelo fato de a Igreja católica ser uma instituição reconhecida e vista com bons olhos pelos moradores quanto pelo acolhimento institucional que concederam para nossas atividades. Mas, se por um lado, esse apoio foi fundamental para nossa inserção, por outro, trouxe-nos em alguns momentos dificuldades para manter a autonomia de nosso trabalho, exigindo de nós um certo “jogo de cintura” para lidar com o controle institucional. De qualquer modo, acabamos desenvolvendo grande parte de nossas atividades em instituições locais ligadas à Igreja católica até o final de 2002.

Um eixo importante do projeto consistia no desenvolvimento de diversos grupos regulares com crianças, adolescentes e adultos em duas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que oferecem atividades educativas, artísticas e culturais para a comunidade. Nestes grupos, que intitulamos “oficina da conversa”, buscávamos discutir questões relacionadas ao cotidiano dos participantes a partir da utilização de recursos lúdicos e dinâmicos que facilitassem a expressão de suas vivências e pensamentos sobre os temas sugeridos. Outros eixos de atuação de nossa equipe consistiam no desenvolvimento de atividades com mães e educadoras de uma creche comunitária dirigida por uma importante líder local e a realização de entrevistas com lideranças e representantes de instituições locais, abrangendo aproximadamente 100 moradores.

Experimentando o trabalho de campo como um rito de passagem (DaMatta, 1987a), ao longo desses anos aprendi a ouvir, a controlar meus preconceitos, a mudar meus pontos de vista e, sobretudo, aprendi a aprender com os moradores sobre o que significa viver naquela localidade. Dessa forma, compreendi, por exemplo, que “a favela de Acari” não existe, e sim que se trata de um universo de diversos “acaris”, com organizações e significações distintas: as comunidades de Parque Acari, Vila Rica e Vila Esperança, o Conjunto Amarelinho, micro-áreas como “Mangue-Seco” e “Fim do mundo”....

Ao mesmo tempo em que fui modificando minhas percepções, a própria comunidade também foi mudando, o projeto foi se reformulando, a equipe foi se renovando¹...

Já graduada, continuei a frequentar por alguns meses as reuniões e grupos de estudo da equipe, uma vez que meu interesse continuava vivo. Ao inscrever-me para a seleção do Mestrado em Psicologia Social da UERJ, apresentei um projeto voltado ao estudo da produção do estigma atribuído aos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Tendo notado que o estigma da categoria “favelado” era um tema recorrente e bastante mobilizador nas falas dos moradores de Acari, pretendia analisar sua construção histórica e social, focalizando seus efeitos no cotidiano dos moradores, bem como as estratégias criadas para fazer frente a esse estigma, que lhes inabilita para a aceitação social plena (Goffman, 1982).

¹ Em 2003, o projeto foi totalmente reestruturado, dando maior ênfase na relação dos jovens com o mundo do trabalho através da realização de oficinas de produção audiovisual, que se encontram em andamento nas mesmas instituições locais. Também a equipe foi praticamente renovada com a entrada de novos bolsistas dos cursos de Psicologia e Comunicação, uma vez que a maioria dos integrantes da equipe anterior estava concluindo a graduação.

Mesmo com o término de minha participação no projeto de pesquisa da UFF no final de 2002, fui ainda algumas vezes ao Acari, mantendo contatos esporádicos com alguns moradores até os primeiros meses do curso de mestrado.

A convite do meu orientador, professor Ronald Arendt, integrei-me ainda em 2003 ao grupo de pesquisa “Psicologia e Construtivismo”, que o mesmo coordena no PPGPS. Do grupo participam seus orientandos de graduação, pós-graduação (mestrado e doutorado) e convidados, que se reúnem semanalmente para estudar e discutir textos de autores contemporâneos como Michel Serres, Urik Beck e Bruno Latour, tendo como eixo central a relação indivíduo-sociedade.

Paralelamente à participação nesse grupo de estudo e às aulas das disciplinas do mestrado, continuava indo esporadicamente a Acari, ainda sem uma formulação mais clara de meu objeto de pesquisa. A partir de outubro daquele ano pude então passar a me dedicar inteiramente ao desenvolvimento de um trabalho de campo mais regular e sistemático. No entanto, quando voltei a frequentar Acari por ocasião da pesquisa no mestrado, percebi que a comunidade estava vivendo um processo que prometia mudar radicalmente a vida dos moradores: a intervenção do Programa Favela-Bairro.

Desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro desde 1994, o Programa Favela-Bairro tem como meta integrar as favelas à cidade, dotando-a de infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa é hoje reconhecido como uma das maiores e mais importantes ações desenvolvidas pela administração municipal, envolvendo diretamente quatro Secretarias (de Habitação, de Trabalho e Renda, da Fazenda e de Urbanismo).

No discurso dos moradores, percebia que era impossível passar incólume pelo assunto, fosse para despertar dúvidas sobre a real concretização do programa - trazendo à tona a descrença geral frente às promessas de políticos e ações do poder público na comunidade -, fosse para reativar o medo de uma provável remoção de suas casas para dar lugar aos novos equipamentos públicos previstos. Diante da movimentação de trabalhadores, engenheiros e máquinas que anunciavam o começo das obras na comunidade e mudava a rotina dos moradores, comecei a me interessar pelo processo que acontecia sob meus olhos e que tive a curiosidade e oportunidade de acompanhar desde o início.

Ao mesmo tempo, no grupo de pesquisa da UERJ, intensificava as leituras sobre a Teoria Ator-Rede, a partir do pensamento do antropólogo das ciências Bruno Latour. Também chamada de “sociologia da tradução”, os conceitos de tradução e simetria são a base desse dispositivo teórico-metodológico. Traduzir (ou transladar) significa produzir um desvio, deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos, etc, e é isso o que fazem os cientistas o tempo todo para transformar suas alegações em fatos. Na concepção de Latour, a Teoria Ator-Rede significa uma forma de analisar como os cientistas criam relações que antes não existiam e que de alguma maneira modificam os próprios elementos envolvidos, partindo de uma simetria entre os termos natureza e sociedade, erro e verdade, humano e não-humano. A Teoria Ator-Rede, portanto, nada mais é que o modo de seguir os atores - sejam eles humanos ou não-humanos - em sua prática, buscando descrever não apenas os elos produzidos, mas sobretudo os efeitos das associações.

Tendo em vista que o próprio Latour (2000) defende que todas essas questões sobre causas, efeitos e elos podem ser levantadas em todos os lugares, comecei a vislumbrar na proposta e nos conceitos da Teoria Ator-Rede um importante operador teórico e metodológico de análise do processo da intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari. Dessa forma, reformulei meu projeto de pesquisa para a realização de uma análise simétrica e processual da intervenção, destacando os efeitos engendrados pela interação dos diferentes atores (humanos e não-humanos) nela imbricados, tentando assim escapar de uma abordagem em Psicologia Social que privilegiasse seja o pólo “indivíduo”, seja o pólo “sociedade”. Com isso, redefini o objetivo geral da pesquisa, mais afinado com meus interesses pessoais e mais instigante do ponto de vista teórico, como: acompanhar o processo de intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, descrevendo os atores e suas ações.

Com a reestruturação da pesquisa, era preciso intensificar o trabalho de campo. Indo semanalmente a Acari, procurei inicialmente conversar com pessoas que já me conheciam e com as quais mantinha uma relação amistosa no intuito de que me indicassem pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquela nova situação que a localidade vivia, sob a intervenção do Programa Favela-Bairro.

Por mais que justificasse genericamente minhas idas frequentes à comunidade e meu interesse pelo processo da intervenção em função da pesquisa acadêmica, no início muitos

moradores ainda me identificavam pelo trabalho que havia desenvolvido anteriormente, às vezes inclusive cobrando meu retorno àquela atividade.

Tomando o trabalho de campo enquanto uma experiência humana, a questão da minha identificação no campo remetia ao que Berreman (1990) considera como o primeiro desafio do pesquisador: o controle de impressões.

Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas. (...) Ambas tarefas, como toda interação social, envolvem controle e interpretação de impressões, nesse caso, impressões mutuamente manifestadas pelo etnógrafo e seus sujeitos. As impressões decorrem de um complexo de observações e inferências, construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados, quanto privadamente, isto é, quando pensam que não estão sendo observados (p.125)

De acordo com este autor, o controle de impressões tem tanto um significado metodológico quanto substancial para o pesquisador, pois uma vez que ele surge diante dos sujeitos como um intruso, geralmente inesperado e frequentemente indesejado, as impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso. Embora não buscasse no meu trabalho de campo apreender propriamente “dados”, mas as práticas exercidas pelos agentes², o fato de me apresentar como psicóloga surtia efeitos interessantes, que interferiam diretamente na realização da pesquisa.

Durante o trabalho de campo, pude constatar que, quando me apresentava como psicóloga, predominava entre meus interlocutores a representação dessa profissão associada à atuação clínica, o que repercutia nas expectativas que depositavam sobre mim. Essa representação, presente no senso comum, persistia fortemente entre muitos dos moradores com os quais interagia, mesmo após longas explicações acerca de meu trabalho ali como psicóloga social e pesquisadora. De qualquer forma, a representação dessa profissão era positiva, vinculada a uma idéia de escuta e “ajuda”. Logo, posso dizer que, em geral, minha identificação como psicóloga favoreceu o estabelecimento de laços de confiança. E isso se deu de tal forma que em certas

² Utilizo essa expressão, ao invés de “atores sociais”, para me referir aos sujeitos da pesquisa no sentido de não confundi-lo com a noção de “ator” da Teoria Ator-Rede, que não se restringe aos humanos.

circunstâncias não pude me esquivar de atender a alguns pedidos de atendimentos clínicos, que, além de pontuais, muitas vezes se resumiam apenas a um apaziguamento do desejo dos moradores de serem ouvidos, momentos em que eu exercia apenas o papel de testemunha da história de suas vidas contadas por eles mesmos. Desse modo, resolvi encarar tais “atendimentos” não como um erro ou desvio de minha pesquisa, mas como uma outra maneira de apreender as percepções dos moradores, retribuindo-lhes ao mesmo tempo a escuta generosa que nunca me recusaram.

Porém, para muitos outros moradores o fato de ser psicóloga parecia não fazer muita diferença no tipo de relação que estabeleciam comigo, uma vez que eram guiados, sobretudo, pela lógica da reciprocidade. Assim, o que mais importava não era tanto a forma como me apresentava, mas como me comportava diante dos sujeitos no campo. Se minha conduta fosse sincera e respeitosa, eles passariam a confiar em mim e me tratar da mesma maneira.

Diferentemente, o fato de ser mulher não era possível de ser omitido, o que também interferiu na realização do trabalho de campo. Por ser aquele um contexto em que os papéis feminino e masculino são fortemente demarcados, estreitar relações com homens exigia de minha parte maior cautela, tanto para vencer suas resistências diante de alguém que além de ser “de fora” ainda é do sexo feminino, quanto para que minha aproximação não fosse interpretada como um interesse afetivo. Assim, mesmo que não fosse inicialmente minha intenção, acabei por estabelecer relações mais formais com os homens e de maior proximidade com mulheres - moradoras, lideranças locais, agentes comunitárias – já que essa característica comum agia como um fator de identificação, embora diferentemente vivenciada³.

Além disso, como anteriormente desenvolvi a maior parte de minhas atividades em Parque Acari, foi mais fácil manter contatos estáveis e regulares com moradores dessa comunidade, tanto por ela ser para mim mais familiar do que Vila Rica e Vila Esperança quanto por eu mesma ser mais conhecida entre seus moradores.

³ Para mim ficaram evidentes as diferenças existentes entre as concepções dos meus interlocutores e as minhas em relação aos espaços dos homens e das mulheres. Para estas, o espaço resume-se, na maioria das vezes, ao ambiente doméstico, ou seja, da casa e da família. Essa diferença ficava explícita quando, por exemplo, adolescentes do grupo que antes coordenava se espantavam por eu e minhas colegas de equipe termos mais de vinte anos e não sermos casadas ou mães, o que, naquele contexto em que esse é o destino quase “natural” das mulheres, não fazia para elas muito sentido. Para um maior aprofundamento, ver as discussões de DaMatta (1987b) sobre os diferentes papéis da mulher e do homem em nossa sociedade e suas implicações sobre os diferentes usos dos espaços da “casa” e da “rua”.

De todo modo, busquei sempre cultivar uma relação simétrica com todos os moradores de Acari, pois, como alerta Deslandes (1994, p.55), “é preciso ter em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade”. Assim, encarava minha relação com os moradores como uma situação de troca, reconhecendo a legitimidade e o valor do saber de cada um.

Quanto ao processo da intervenção do Programa Favela-Bairro, as conversas informais com moradores e líderes locais encadeadas ao longo do trabalho de campo foram me conduzindo ao contato com os representantes da prefeitura na comunidade que, segundo me indicavam, podiam ser encontrados na sede de uma das associações de moradores. Chegando lá, apresentei-me ao presidente da associação, que, apesar de receptivo, era tímido e econômico em suas palavras, contrariando minhas expectativas diante da função que ocupava. Demonstrando pouco conhecimento sobre a intervenção, chamou apressadamente duas agentes comunitárias de habitação que estavam próximas de nós, alegando que elas poderiam me atender melhor em relação às informações que queria.

Ao me apresentar novamente, dizendo-me interessada em conhecer como ocorre a intervenção, uma das agentes comunitárias perguntou-me, muito simpática, se eu pertencia a alguma ONG e, sem compreender a razão de sua pergunta, respondi que era da Universidade⁴. Atenciosas, explicaram-me muitas coisas sobre a organização e implantação do Programa. Diziam que “o Favela-Bairro é a transformação da favela em bairro” e que “aonde passa o Favela-Bairro não pode mais ser chamado de favela” e falavam com prazer do seu próprio trabalho, explicando-me que representam “os olhos da prefeitura na comunidade”, “a ponte da prefeitura com a comunidade”, atuando como elo de comunicação e interlocução entre ambos.

Ao ouvir essas explicações gerais, tive a sensação de encontrar nessa “ponte” as tradutoras por excelência do Programa Favela-Bairro na comunidade. Conforme me relatavam, cabe às agentes comunitárias traduzirem - ou transladarem, na melhor definição da Teoria Ator-Rede - aos moradores o significado da intervenção, convencendo-os de que ao colaborarem com

⁴ Só fui compreender essa pergunta muito tempo depois, quando notei as ligações das agentes com organizações não-governamentais, sendo uma de suas atribuições fazer a integração dos projetos implantados por ONGs nas comunidades atendidas pelo Programa Favela-Bairro.

sua implantação, eles seriam os maiores beneficiados. Ao mesmo tempo em que deveriam conscientizar, informar e orientar os moradores quanto ao uso adequado dos equipamentos públicos e angariar seu apoio à intervenção, por exemplo, as agentes comunitárias deveriam repassar suas demandas e reclamações à administração municipal. Ao serem essa ponte de mão dupla, comecei a vislumbrar na atuação das agentes comunitárias um fio inicial para acompanhar o processo da intervenção.

Dito de outro modo, se, de acordo com a Teoria Ator-Rede, numa rede nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, o que faz com que a rede tenha múltiplas entradas, posso então dizer que o trabalho de campo me conduziu a eleger as agentes comunitárias de habitação como a minha porta de entrada.

Com isso, tentei me aproximar da equipe de Parque Acari, reforçando os contatos semanalmente. Nos contatos iniciais, esforcei-me para controlar minha ansiedade e não fazer muitas perguntas, mas explicitar meus interesses e fazer com que minha presença fosse mais agradável do que incômoda. O fato de ser mulher e psicóloga, somados à minha própria conduta, contribuíram para que fosse conquistando aos poucos sua confiança e aceitação. Cheguei a deixar o número de meu telefone celular para que tivessem como se comunicar livremente comigo. No início, uma das agentes chegou a me ligar várias vezes na semana, confirmando informações a meu respeito e conversando amenidades. Conforme foi aumentando a sua confiança em mim, o número de ligações foi diminuindo.

Assim, em pouco tempo já estava sendo convidada para almoçar e ficar com as agentes em sua sala na sede da associação de moradores e, aos poucos, acabei me tornando parte da equipe. A sinceridade com que buscava me relacionar com elas e a espontaneidade com que me trataram durante quase um ano de convívio contínuo permitiu que alegrias e tristezas de nossa vida afetiva fossem compartilhadas, fazendo surgir ali uma amizade.

Tal como relata Foote-Whyte (1990), ao descrever as primeiras lições que aprendeu como observador participante em suas saídas iniciais com seu principal interlocutor, enquanto contava com a companhia e apoio das agentes comunitárias, sentia-me garantida por elas, inclusive para fotografar nas ruas, pois ninguém me perguntava quem era e o que fazia ali, diferente do que acontecia quando circulava sozinha. Isso me fez descobrir que minha aceitação

na comunidade dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse com “indivíduos-chaves” do que das explicações que pudesse dar.

Do ponto de vista de minha pesquisa, posso afirmar que as agentes se tornaram verdadeiras colaboradoras, seja me comunicando sobre eventos e situações ocorridas na comunidade quando não estava presente, seja me convidando para participar de reuniões e atividades externas, seja me apresentando lugares e pessoas. Foi através delas, por exemplo, que conheci também os agentes comunitários de Vila Rica e de Vila Esperança, o que me possibilitou identificar semelhanças e diferenças da atuação dos agentes e da implantação do programa nas três comunidades.

Em contrapartida, buscava não ser apenas espectadora do trabalho das agentes, mas ser-lhes útil de alguma maneira no desempenho de suas atividades. Colaborei, por exemplo, na elaboração e organização de um evento sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência realizado na comunidade. Nesse evento, ajudei a contatar e convidar um grupo de teatro para se apresentar, contribuí com idéias e uma pequena quantia de dinheiro para o lanche dos convidados, além de confeccionar de próprio punho um cartaz convocando a participação dos moradores.

Além disso, a máquina fotográfica que sempre carregava comigo serviu para registrar o evento e outras atividades externas para as quais me convidavam, como a cerimônia de formatura do curso de capacitação das agentes comunitárias da prefeitura, realizada na capela ecumênica da UERJ em junho de 2004, e a visita à comunidade Caminho do Lúcio, em Bangu, também sob a intervenção do Favela-Bairro, em setembro de 2004. Sempre com o consentimento ou pedido das agentes, fotografava os diferentes acontecimentos e depois entregava-lhes cópias das fotos. Tal como Zaluar (1985) em sua pesquisa na Cidade de Deus, descobri na fotografia alguma coisa que consideravam produtivo para eu fazer. Diferentemente do gravador, que aumentava a desconfiança, o uso da máquina fotográfica produziu efeitos positivos sobre minha aceitação entre as agentes na medida em que me tornei a “fotógrafa oficial” da equipe.

Seguindo as agentes como “sombra” em sua prática, percebi que ao longo do tempo elas também foram apreendendo e se envolvendo na prática do meu trabalho, o que me levou a consentir que em alguns momentos elas também me seguissem. Numa entrevista com uma moradora, por exemplo, uma agente me pediu para “assistir” como trabalhava e, para minha

surpresa, foi capaz de antecipar e prever muitas de minhas perguntas, sinalizando o entendimento que tinham sobre o meu trabalho.

Após me apresentar e relatar como a pesquisa foi sendo construída e fui me integrando aos agentes no campo - levando em conta que possa em algum momento ter me tornado o que Malinowski (1990) define como “um mal ou aborrecimento necessário” – passo, finalmente, à elaboração e estruturação do texto final. Assim, a dissertação divide-se em duas partes, estando os capítulos organizados da seguinte forma:

A primeira parte - *Escolhendo as linhas, preparando os instrumentos...* - representa, como o título metaforicamente sugere, uma apresentação prévia da posição em que falo, de onde falo e do que falo. Sendo assim, essa parte compõe-se de três capítulos. No primeiro capítulo, apresento o referencial teórico-metodológico da Teoria Ator-Rede a partir do pensamento de Bruno Latour, buscando justificar o recorte realizado em suas contribuições à Psicologia Social, e, ao final, descrevo a utilização de outros dispositivos metodológicos na pesquisa. No segundo capítulo, descrevo o cenário onde se deu a pesquisa (Acari), evidenciando sua complexidade enquanto um espaço ao mesmo tempo físico e simbólico. No terceiro capítulo, descrevo os acontecimentos e ações que deram origem e vêm conformando o Programa Favela-Bairro, localizando-o na história das intervenções públicas direcionadas às favelas cariocas.

Já a segunda parte – *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari* – trata dos efeitos gerados pela intervenção do programa na comunidade, referindo-se, por sua vez, ao trabalho de tecelagem propriamente dita da pesquisa. Esta parte divide-se em dois capítulos. No primeiro, descrevo e analiso o que pude ver e apreender (e também aprender) ao acompanhar as agentes comunitárias de habitação em sua prática na comunidade de Parque Acari à luz do método e conceitos propostos pela Teoria Ator-Rede. No segundo e último capítulo, faço uma análise da controvérsia favela/bairro, comparando as diferentes concepções dessas categorias, tanto entre os moradores de Acari quanto entre os representantes do poder público municipal. Por fim, destaco o caráter circular e dinâmico dessas categorias como uma questão que atravessa o processo de intervenção do Favela-Bairro na comunidade e que, da mesma forma, permeou a todo momento este trabalho.

Parte I

Escolhendo as linhas, preparando os instrumentos...

Capítulo I:

Referencial teórico-metodológico

“Se a Ciência possui certeza, frieza, distanciamento, objetividade, isenção e necessidade, a Pesquisa parece apresentar todas as características opostas: ela é incerta, aberta, às voltas com problemas insignificantes como dinheiro, instrumentos e know-how, incapaz de distinguir até agora o quente do frio, o subjetivo do objetivo, o humano do não-humano”

(Latour, 2001, p.33-34)

Antes de desenvolver meu eixo de argumentação, penso ser necessário justificar ao leitor que minha opção por unir neste capítulo os tópicos fundamentação teórica e metodologia, contrariando a habitual formalidade acadêmica, deve-se ao caráter difuso da principal referência que utilizo neste trabalho como lente para ver e lidar com meu “objeto” de pesquisa. A saber, a Teoria Ator-Rede, proposta por Bruno Latour como mutuamente teoria e método⁵.

No entanto, sendo este o texto inicial em que apresento quais foram as ferramentas de que lancei mão e como as manuseei ao longo dessa empreitada, o capítulo está organizado da seguinte forma: num primeiro momento, situo brevemente o percurso teórico de Bruno Latour, localizando-o no grupo de pesquisadores a que pertence e apresentando alguns dos princípios gerais importantes de seu pensamento; num segundo momento, evidencio os conceitos da Teoria Ator-Rede que me guiaram, fazendo-os operarem no andamento do trabalho, buscando em seguida justificar o recorte realizado em suas contribuições à Psicologia Social; por fim, descrevo a utilização de outros recursos metodológicos, apontando as possibilidades e limites que impuseram à pesquisa.

⁵ De acordo com Wilkinson (2004, p.2), embora muitas vezes a Teoria Ator-Rede seja considerada uma metodologia, “ela na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua re-conceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”.

A rede latouriana⁶

Nascido na França em 1947, Bruno Latour viveu sua formação inicial na cidade de Dijon, onde seguiu um curso muito tradicional que em nada o destinava a ser o inovador que se tornou (Dosse, 2003). Aceito para a agregação⁷ em filosofia em 1972, um ano depois saiu para prestar serviço militar na África como encarregado de pesquisa a fim de realizar uma investigação em sociologia do desenvolvimento. Durante os dois anos que passou na Costa do Marfim, Latour interessou-se pelas ciências sociais e, em especial, pela antropologia, começando a pensar na possibilidade de transpor as mesmas categorias de análise para uma investigação similar num laboratório científico. Decidido a compreender o que fundamenta a verdade científica, Latour mudou-se logo depois para o continente americano, onde desenvolveu sua primeira pesquisa de campo sobre a prática científica.

Desde então, Latour vem se tornando uma importante referência no estudo das ciências e das técnicas. Atualmente é professor visitante da London School of Economics e do Department of the History of Science da Harvard University e professor titular do Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI) da École Nationale Supérieure des Mines, podendo ser identificado como integrante do grupo de pesquisadores de Paris no campo da Sociologia das Ciências. Na verdade, juntamente com o diretor do CSI, Michel Callon, Latour vem propondo a criação de uma nova disciplina transversal, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, assumindo como objeto de estudo os processos que emergem da inovação científica e técnica: a Antropologia das Ciências (Dosse, 2003).

De acordo com Hernández (2003), Latour, juntamente com Michel Callon, desenvolveu nos anos 1980 um novo marco de análise sobre a ciência e a tecnologia a partir da reflexão e crítica da sociologia da ciência convencional e de suas investigações empíricas nos campos científico e técnico. Segundo esse autor, as principais influências de Latour e Callon provêm de duas fontes: a filosofia das ciências elaborada por Michel Serres, de quem tomaram emprestado o conceito de tradução, e o programa forte em sociologia do conhecimento, iniciado pelo filósofo-

⁶ Os dados biográficos foram coletados basicamente no texto “Um filósofo de campo”, no capítulo 1 do livro de François Dosse (2003) e no *site* do próprio Latour: www.ensmp.fr/~latour.

⁷ Na França, denomina-se agregação concurso para ser professor de nível de segundo grau.

sociólogo inglês David Bloor, do qual estenderam o princípio metodológico da simetria. Porém, outras influências podem ser identificadas nos trabalhos desses autores, como a noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari, e a noção de dispositivo, proveniente da filosofia de Michel Foucault.

Já em seu primeiro livro - *Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts*, publicado em 1979 em parceria com Steve Woolgar - Latour critica os estudos sobre a ciência até então desenvolvidos na medida em que mantiveram intacta a separação entre o conteúdo científico e o contexto social. Nas palavras dos autores, “é como se contexto e conteúdo fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso” (Latour; Woolgar, 1997, p.20).

Visando ultrapassar estes limites, Latour vem se dedicando ao estudo da ciência em construção, colocando entre parênteses ao mesmo tempo nossas crenças sobre a ciência e nossas crenças sobre a sociedade⁸. Com isso, amplia o Programa Forte formulado por David Bloor.

Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Com esse programa, tornou-se possível considerar o trabalho dos cientistas como uma construção social, influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a que pertencem. Por “programa fraco” Bloor designava a idéia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador e sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja idéia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico.

⁸ Latour (2000) descreve que há duas vozes contraditórias que falam ao mesmo tempo: a da ciência acabada (Ciência com C maiúsculo), que produz frases como “faça isto, faça aquilo” e considera fatos e máquinas suficientemente bem determinados, e a da ciência em construção (ciência nº2 ou Pesquisa), que diz que “o suficiente nunca é suficiente” e acha que fatos e máquinas, em fase de construção, estão sempre *subdeterminados*, ou seja, que nenhum fator isolado é suficiente para explicar o encerramento de uma controvérsia ou a certeza obtida pelos cientistas, faltando sempre alguma coisa para fechar de uma vez por todas a caixa-preta. O autor toma de empréstimo da cibernética a expressão caixa-preta para designar os fatos científicos tomados como indubitáveis, como por exemplo a dupla hélice do DNA. Para ele, fazer um *flashback* dessas caixas-pretas certinhas, frias e indubitáveis, permite revelar as incertezas, trabalhos, decisões, concorrências e controvérsias produzidas no processo de sua construção.

Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu, entre outros, o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro⁹. Desse modo, as explicações sociais, psicológicas e econômicas deveriam ser empregadas simetricamente, de modo a tratar nos mesmos termos dos vencedores e dos vencidos da história das ciências. Como dizem Latour e Woolgar (1997), ser simétrico significa fazer uma sociologia para compreender por que os franceses acreditam na astronomia da mesma maneira que para compreender por que eles acreditam na astrologia.

Esse princípio foi estendido por Latour e Callon às controvérsias sobre a sociedade, propondo então um *princípio de simetria generalizada*, no qual tanto a natureza quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de interpretação. Sugerindo uma antropologia simétrica (Latour, 1994), defendem que, além do erro e da verdade, também a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Para os autores, não há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambas efeitos de redes heterogêneas. Isso não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, e sim que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. Dito de outro modo, o princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário do hábito de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação, o que resulta na permanência de um esquema assimétrico (Dosse, 2003).

Questionando essas “grandes divisões”, Latour e Callon propõem ainda com esse princípio ultrapassar a dupla separação moderna entre os humanos e os não-humanos, defendendo que se dê igual importância de tratamento para a produção tanto dos humanos quanto dos não-

⁹ Latour (2002a) aborda a noção de crença num pequeno livro, cuja questão central consiste em “falar simetricamente de nós e dos outros, sem acreditar nem na razão nem na crença, respeitando ao mesmo tempo os fetiches e os fatos”. Neste texto, crença é definida como aquilo que separa construção e realidade, como o conjunto da operação na qual os modernos constroem a si próprios ao proibirem, com o objetivo de compreender suas ações, o retorno aos fetiches, os quais, todavia, eles próprios também utilizam. Procurando intensificar o diálogo entre os que falam de fatos e os que falam de fetiches, o autor propõe abandonar a noção de crença e, em contraposição, lança a noção de fe(i)tiche (*faitiche*)- um trocadilho com as palavras francesas *fait* (fato) e *fétiche* (fetiche) – para considerar a dimensão da prática, tomando construção e verdade como sinônimos, isentando-se de escolher entre um e outro.

humanos, estudando-os ao mesmo tempo¹⁰. Com isso, introduzem o mundo dos objetos no interior do campo de investigação das ciências humanas, o que, segundo o próprio Latour, “muda uma boa parte das ciências humanas que eram até então ciências sem objetos” (*apud* Dosse, 2003, p.141). Enquanto na teoria clássica da ciência, o objeto já está lá, é um dado da natureza que é transformado pela história, na Antropologia das Ciências o olhar se volta para os objetos em via de se constituir - “os objetos que estão quentes” (*ibid.*).

Ao assumirem que tudo o que há é interação, Latour e Callon vão ainda mais longe ao reivindicarem uma simetria total entre os humanos e os não-humanos. Conforme aponta Law (1992), podemos notar que quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, cartas. Nesta dissertação, minha comunicação com o leitor, por exemplo, se dá através de uma rede de objetos - do qual fazem parte o computador, a impressora, o papel, esse texto - e uma rede de pessoas - do qual fazem parte meus orientadores e os funcionários da secretaria do PPGPS/UERJ. Como diz o autor, essas várias redes participam do social, ajudando a moldá-lo e, em certa medida, ajudando a superar a relutância em ler esse texto, sendo, portanto, necessárias para se estabelecer o relacionamento social entre autor e leitor. Nesse sentido, o social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

Do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar os cientistas em ação, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre idéias. Para isso, é preciso prestar atenção aos detalhes da prática científica, descrevendo essa prática tal como os antropólogos descrevem tribos selvagens¹¹. A Teoria Ator-Rede nada mais é que o modo de seguir os atores em ação, considerando tanto os humanos quanto os não-humanos. Conforme salientam Latour e Woolgar

¹⁰ Em sua etnografia da prática científica, Latour utiliza o termo não-humano para se referir aos materiais, equipamentos e artefatos de inscrição e armazenamento dos dados científicos, apontando que estes só podem ser pensados em suas relações com os humanos. Segundo a definição do autor, “esse conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par “humano-não-humano” e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito e objeto. Um não-humano é, portanto, a versão de tempo de paz do objeto: aquilo que este pareceria se não estivesse metido na guerra para atalhar o devido processo político. O par humano-não-humano não constitui uma forma de “superar” a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente” (2001, p.352).

¹¹ Segundo Moraes (2003), Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas entendendo a palavra antropologia não em sua referência ao antropos-homem, mas ao estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas de outras civilizações e para frisar o sentido empírico de suas investigações.

(1997), o exame das atividades cotidianas de um laboratório permite-nos ver como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção social dos fatos, evidenciando o caráter idiossincrático, local, heterogêneo, contextual e diversificado das práticas científicas.

Contrário a todo pensamento dualista, Latour propõe então em seus trabalhos uma abordagem pragmática que não seja centrada nem só no técnico, nem só no social, mas capaz de respeitar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas relações, negando assim a própria separação entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório.

De acordo com o autor, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, de forma que a construção de fatos e máquinas somente é validada mediante a conjugação de interesses e mobilização de um grande número de aliados, o que o leva a afirmar que “a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (Latour, 2000, p.70). Isso significa que um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal (Moraes, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que uma ciência não se universaliza, e sim que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza¹².

Em *Ciência em ação* (2000), Latour compara a construção de fatos a um jogo de rugby, dizendo que uma afirmação, assim como a bola de rugby, está sempre em situação de risco, aguardando ser pega por algum jogador para sair do estado de estagnação. Para que se mova, é preciso que haja uma ação, que alguém a pegue e atire-a, sendo que o seu arremesso dependerá da hostilidade, velocidade, perícia ou tática dos outros. Tal como um jogo de rugby, a construção de fatos é um processo coletivo, em que o objeto é transmitido de um ator para outro, com a diferença de que na prática científica a afirmação vai se constituindo e se transformado à medida que passa de mão em mão. Conforme diz o autor, “todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta (...) eles não a transmitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (*op. cit.*,

¹² Latour e Woolgar (1997) definem “ponto de estabilização” como “o momento em que o enunciado desembaraça-se de todos os determinantes de tempo e lugar e de qualquer referência àqueles que o produziram, assim como ao processo de sua produção” (p.192). Embora, para Latour, não exista distinção prévia entre a atividade científica e as demais, a singularidade da ciência reside exatamente no seu poder de mobilização de um número enorme de recursos e aliados para produzir assimetrias, criando caixas-pretas que funcionam como “pontos de passagem obrigatória”, como se fossem atemporais e isoladas da sociedade (Latour, 2000).

p.171). Assim, o status de uma afirmação depende sempre das afirmações ulteriores, do que se faz depois com ela, ou seja, se ela é tornada mais fato ou ficção. Da mesma forma, um artigo se torna científico quando tem a pretensão de deixar de ser isolado, arregimentando muitos recursos e aliados; do contrário, se ninguém mais fizer algo com ele, será como se nunca tivesse existido.

No entanto, não basta aos cientistas fazer com que os outros tomem a afirmação em suas mãos, é preciso ainda evitar que estes a transformem tanto ao ponto de torná-la irreconhecível. Assim, a tarefa dos cientistas de transformar uma alegação em um fato científico torna-se ainda mais complexa, dependendo crucialmente da operação que Latour (2000) chama de *tradução* (ou *translação*), ou seja, da “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam” (p.178). Para Hernández (2003), o conceito de tradução, tomado de empréstimo da filosofia de Michel Serres, é o coração do dispositivo teórico de Latour. Tal é a importância deste conceito que a Teoria Ator-Rede é também conhecida como sociologia da tradução (Law, 1992; Callon, 1988).

Traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista: ao mesmo tempo em que alista outras pessoas para que elas participem da construção do fato, tenta controlar o comportamento delas para tornar previsíveis suas ações. Isto é, o cientista procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tentando ao mesmo tempo controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.

Descrevendo diversas táticas de deslocamento de interesses e objetivos, Latour (2000) esclarece que, além do significado linguístico de transposição de uma língua para outra, a noção de tradução tem aqui um significado geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (*op. cit.*, p.194). Por exemplo, um cientista que deseje produzir um novo medicamento para diabetes precisa, para obter o apoio necessário para o sucesso de seu empreendimento, convencer o maior número possível de pessoas (Ministro da

Saúde, presidente da Associação dos Diabéticos, dirigentes da indústria farmacêutica, jornalistas, alunos, colegas acadêmicos, etc) de que, ao ajudarem o seu laboratório, estariam favorecendo seus próprios objetivos. Com o uso de diversos dispositivos de inscrição¹³, o cientista traduz outros atores numa vontade única da qual ele se torna porta-voz. Ao começar a agir por muitos e não mais por apenas um, o cientista então cresce e se fortalece¹⁴. Todavia, para que a justaposição de interesses se torne duradoura, ratificando a alegação como fato e enfraquecendo os “discordantes”, a única solução é produzir associações cada vez mais fortes, mais resistentes às “provas de força”, isto é, “atar o destino da alegação com tantos elementos congregados que ela resista a todas as tentativas de desagregação” (*ibid.*, p.202).

Nessa concepção, ao invés de “descobridores de fatos”, os cientistas nada mais são do que escritores e leitores que buscam se convencer e convencer os outros a aceitar seus enunciados como se fossem fatos (Latour; Woolgar, 1997). Logo, não há razão sem negociação, sem essa política inventada pela ciência (Moraes, 2002)¹⁵. E é justamente dessa prática política que advém o poder da ciência - o poder de parecer apolítica, mera representante da natureza.

Sendo a ciência constituída por um processo de negociação em rede, Latour (2000) demonstra que há uma constante retroalimentação entre o lado de dentro e o lado de fora do laboratório, de forma que quanto maior, mais sólida e mais pura é a ciência lá dentro - dando a impressão de ser isolada da sociedade -, maior é a distância que outros cientistas precisam percorrer lá fora, recrutando investidores, despertando interesses e convencendo outras pessoas. Metaforicamente, Latour diz que “os cientistas puros são como filhotes indefesos que ficam no ninho enquanto os adultos se ocupam construindo abrigo e trazendo alimento” (*op. cit.*, p.258). Através de pesquisas de campo, o autor tem então produzido análises que expressam essa

¹³ Também chamadas de “móveis imutáveis”, as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, um pedaço de papel, um traço, permitindo novas translações e articulações ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação (Latour, 2001). No esforço de convencimento dos cientistas, elas desempenham então um papel extremamente importante, aumentando quer seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, quer seja a disciplina dos aliados cuja presença é necessária para convencer (Latour, 1990).

¹⁴ Um exemplo bem explorado pelo autor consiste no trabalho bem sucedido de Pasteur em capturar os interesses de diferentes grupos e indivíduos para suas experiências com micróbios em seu laboratório no final do século XIX. A esse respeito, ver: Latour, Bruno (1983).

¹⁵ Entende-se aqui por política “a atuação como porta-voz de forças que se molda a sociedade, forças das quais a pessoa é a única autoridade confiável e legítima”, como define Latour (1983), referindo-se à política praticada por Pasteur que o transformou em único e legítimo representante de inúmeras forças invisíveis e perigosas (os micróbios causadores da doença do antraz).

permeabilidade entre o lugar onde se realizam as práticas tecnocientíficas (o laboratório) e o seu entorno (Teixeira, 2001).

Pensar a ciência como uma rede de atores significa que ela não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela veracidade dos fatos por ela engendrados. Implica considerar estas noções - assim como as noções de natureza e sociedade - não como causas e sim efeitos alcançados a partir das tensões próprias à rede de atores. Ao invés de ser um lugar isolado, fechado e separado do mundo, o laboratório passa a ser aqui entendido então como o *locus* onde são constantemente redistribuídas a natureza e a sociedade (Moraes, 2002).

Dessa forma, Latour vem construindo uma antropologia das ciências que, em linhas gerais, tangencia a separação entre as entidades ontológicas natureza e sociedade, bem como a separação entre sujeito e objeto. Todo seu esforço concentra-se em problematizar a idéia da existência de uma rígida separação entre natureza e cultura, da dicotomia entre sujeito e objeto e de uma relação de domínio entre humanos e não-humanos – idéias fundadas pela/na modernidade - mostrando que, na realidade, tais pressupostos nunca vingaram.

No livro *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a tradicional divisão de tarefas em que a gestão da natureza cabia aos cientistas e a gestão da sociedade aos políticos tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta de fenômenos contemporâneos, como o buraco na camada de ozônio, embriões congelados e organismos geneticamente modificados. Isso porque a tentativa moderna de purificação dos domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação de híbridos (Ferreira, 2002). Essa proliferação de objetos que já não podemos considerar nem totalmente naturais nem totalmente sociais nos faz questionar sobre essa radical separação entre natureza e cultura produzida pelo mundo moderno. Conforme demonstra Latour, na prática, nunca paramos de criar esses híbridos, apenas recusávamos assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais, o que o conduz a afirmar de modo categórico que jamais fomos verdadeiramente modernos. É preciso então questionar este paradigma fundador para que possamos compreender nosso mundo atual.

Para lidar com esses híbridos que não se enquadram nas “grandes divisões”, Latour propõe um vasto movimento de expressão conjunta dos porta-vozes da sociedade e da natureza, através de um *Parlamento das coisas*. Um bom exemplo dado pelo autor (1997a) para testar essa idéia é a Conferência de Kyoto, no Japão, onde o clima aparece ao mesmo tempo como objeto

científico – um consenso formado entre os pesquisadores de que a emissão de poluentes a partir da queima de combustíveis, por exemplo, provoca alteração climática em todo o planeta – e como objeto político – que obriga as nações a tomarem uma ação frente a esta alteração que se estenda por todo o planeta. Nessa conferência, o efeito estufa é um híbrido que redefine as relações entre ciência e política, sendo “impossível separar claramente os que representam as nações e os que representam as nuvens, a circulação atmosférica, as correntes marinhas e as florestas” (*ibid.*). Assim, com o *Parlamento das coisas*, Latour pretende mostrar que a emergência desses híbridos clama por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão (Moraes, 2004).

Diante desses questionamentos, Latour redefine o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências, que, ao invés de ser a construção social, passaria a ser a *socio-natureza*, através do estudo desses híbridos de natureza e cultura, que Michel Serres chamou de *quase-objetos* (Latour, 1994). Não existe, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas *naturezas-culturas*, cujas produções Latour prefere denominar *coletivos*, associações de humanos e não-humanos.

A proposta latouriana consiste, portanto, numa abordagem simétrica, sustentada por um viés antropológico, que considere sob o mesmo plano a natureza e a cultura, ou o indivíduo e a sociedade, considerando essas entidades não como essências *a priori* estabelecidas, mas como entidades circulantes, efeitos das ações de atores em rede. Dessa forma, a própria antropologia perderia sua ligação exclusiva com as culturas, ou com as dimensões culturais, mas ganharia as naturezas, o que teria um valor inestimável (*op. cit.*). Além disso, uma vez que todas essas questões sobre causas, efeitos e elos podem ser levantadas em todos os lugares, abre-se um campo ilimitado de estudo para a antropologia (Latour, 2000).

É no intuito de produzir uma análise simétrica que destaque o movimento e a processualidade da intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, evidenciando os efeitos engendrados pela interação de diferentes atores (humanos e não-humanos), e escapando de uma abordagem que privilegie seja o pólo “indivíduo”, seja o pólo “sociedade”, que reconheci na Teoria Ator-Rede um operador teórico-metodológico relevante para a pesquisa.

A Teoria Ator-Rede

A Actor-Network Theory - aqui traduzida como Teoria Ator-Rede - é produto de um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, do qual fazem parte Bruno Latour, Michel Callon e John Law, entre outros.

Latour (1997b) percebe um grande descontentamento dos cientistas sociais quanto ao alcance de suas próprias análises, seja quando se concentram no nível micro, seja no nível macro. Para ele, isso resulta da tentativa desses cientistas de traçarem uma trajetória fazendo uso justamente de oposições como micro e macro, individual e estrutura. Diante disso, concebe a Teoria Ator-Rede (TAR) como um modo de dar atenção a este descontentamento, quando, ao invés de partir de oposições deste tipo, considera estas noções como entidades circulantes, desprovidas de uma natureza em si. Seguindo suas circulações, a TAR permitiria-nos apreender mais sobre a realidade do que definindo entidades ou essências.

Conforme indicado anteriormente, a TAR nada mais é que o modo de seguir os atores em ação, amparado por noções como simetria, tradução, ator e rede. O próprio Latour, no entanto, é o primeiro a criticar a teoria de rede de atores, admitindo uma série de restrições. Para ele (1997b), há quatro “pequenos problemas” na Teoria Ator-Rede: a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o hífen que liga o ator à rede. O problema então começa no nome, uma vez que as definições usuais das noções de teoria, ator e rede se chocam com o que a TAR significa em termos de uma proposta teórica-metodológica. Para melhor entendê-la e operacionalizá-la, é necessário destrinchar alguns conceitos básicos.

Quanto ao conceito de *teoria*, Latour retifica que a TAR não pode ser classificada como uma teoria do social, do sujeito ou da natureza. Não é uma teoria cujos princípios estejam dados de antemão, tampouco que possa se “aplicar” a algo, uma vez que o que está em jogo não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas a possibilidade de seguir a produção das diferenças (Moraes, 2003).

Segundo a definição de Latour (1997b), a TAR é uma teoria do espaço e fluídos circulantes numa situação não-moderna¹⁶. É, antes de tudo, um método¹⁷, um caminho para

¹⁶ O termo não-moderno (ou amoderno) foi criado por Latour para tangenciar as dicotomias e dissociações moldadas pela modernidade, como a que separa natureza e cultura, encarregando a ciência de representar as coisas e a política

seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social. Um dos efeitos propiciados por esta teoria-método é o de, através do Parlamento das coisas, permitir aos mais diferentes atores - ministro da agricultura, produtores agrícolas, lavradores, consumidores, por exemplo - uma forma de se expressarem sobre uma mesma questão – a soja transgênica -, já que se parte de uma relação simétrica entre os mesmos. Nesse sentido, todos estes atores, que diretamente interferem e são atravessados pela questão, teriam algo a dizer sobre ela, devendo suas falas serem igualmente consideradas.

Se a rede é sinônimo de ação e essa ação é também distribuída entre todos os atores, não há como privilegiar a atenção *a priori* a nenhum ator em especial, uma vez que não há um ator primordial, do qual emana a fabricação do mundo. Desse modo, tomar como objeto de análise a transformação de uma favela em um bairro implica em não se partir *a priori* de concepções do que seja “favela” e “bairro”, privilegiando, por exemplo, as definições dadas pela administração municipal, mas de acompanhar os desdobramentos dos diferentes sentidos produzidos pelas ações dos diversos atores (moradores, líderes locais, prefeitura, etc), bem como as disputas e tentativas de se encerrar a controvérsia, buscando-se fazer prevalecer uma afirmação como verdadeira.

Quanto ao conceito de *ator* na TAR, é preciso primeiramente diferenciá-lo do sentido tradicional de “ator social” da sociologia, pois, para Latour, ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo e sobre ele, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc. Ou seja, ator aqui não se refere apenas aos humanos, mas também aos não-humanos, sendo por esse motivo sugerido ainda por Latour (2001) o termo *actante*:

O grande interesse dos estudos científicos consiste no fato de proporcionarem, por meio do exame da prática laboratorial, inúmeros casos de surgimento de atores. Ao invés de começar com entidades que já compõem o mundo, os estudos científicos enfatizam a natureza complexa e controvertida do que seja, para um ator, chegar à existência. O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz – seus desempenhos – no quadro dos testes de laboratório. Mais tarde, sua competência é deduzida e integrada a uma instituição. Uma vez que, em inglês, a palavra “actor” (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes “actant” (actante), termo tomado à semiótica para incluir não-humanos na definição (p.346).

de representar os sujeitos. Não se trata, contudo, de criar uma nova dicotomia (modernidade X não-modernidade), mas de caracterizar a atitude de levar em conta ao mesmo tempo a constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega (Latour, 1994).

¹⁷ O próprio Latour parece aqui não se decidir em definir a TAR como teoria ou método.

De acordo com Latour, um ator é definido pelos efeitos de suas ações, de modo que o que não deixa traço na rede não pode ser considerado um ator. Ou seja, somente podem ser considerados atores aqueles elementos que produzem efeito na rede, que a modificam e são modificados por ela e são estes elementos que devem fazer parte de sua descrição. Porém, não há como anteciparmos que atores produzirão efeitos na rede, que atores farão diferença, senão acompanhando seus movimentos, atento aos seus possíveis impactos e repercussões.

Em relação ao conceito de *rede*, é preciso ressaltar que não há aqui qualquer alusão à idéia de rede ligada à cibernética. Enquanto rede em internet refere-se ao transporte de informações por longas distâncias sem sofrerem quaisquer deformações, na TAR esta noção remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes.

Do ponto de vista topológico, uma rede é uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos. De uma forma geral, a noção de rede da TAR é bastante próxima da noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari (1995) enquanto o modelo de realização das multiplicidades¹⁸. Diferentemente do modelo da árvore ou da raiz, que fixam um ponto, uma ordem, no rizoma qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro. De acordo com os autores (*op. cit.*, p.16), “uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza”. Tal como no rizoma, na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Assim, uma rede é uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó (Moraes, 2000). Na abordagem da TAR trata-se então de enfatizar os fluxos, os movimentos de agenciamento e as mudanças por eles provocadas, pois, como diz Latour (2002b), “não há informação, apenas trans-formação”, e é essa a principal característica da rede.

Latour enfatiza que o conceito de rede da TAR não deve, porém, ser confundido com o objeto a ser descrito, que é sempre também um ator em relação. Uma rede de atores não é redutível a um ator sozinho; nem a uma rede, mas composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados. Ela é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede capaz de redefinir e transformar

¹⁸ A esse respeito consultar o texto “Introdução: Rizoma”, in: Deleuze; Guattari (1995).

seus componentes (Moraes, 2002). Certamente Acari é uma rede composta por materiais heterogêneos, como os moradores, suas casas, suas ruas e becos, mas, ao mesmo tempo, Acari também é um nó, um elemento constitutivo de uma rede mais ampla, construída, por exemplo, em torno da idéia de “favela”. Assim, Acari é simultaneamente uma rede moldada por relações heterogêneas e efeito produzido por essa rede.

A utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando “ator” e “rede” como duas faces do mesmo fenômeno. Entretanto, o par ator-rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente pra dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. De todo modo, o que na TAR está sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos. Como bem define Latour (2003), “a Teoria Ator-Rede é mais como o nome de um lápis ou pincel do que o nome de um objeto a ser desenhado ou pintado”¹⁹.

Mas que tipo de desenho esse lápis ou pincel nos possibilita traçar? A originalidade da noção de rede na TAR reside em não reduzi-la à idéia de vínculo, mas em acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes (Moraes, 2003). Nesse sentido, o interesse do pesquisador consiste em seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos; fabricação que se faz em rede, através de alianças entre atores humanos e não-humanos. Assim, meu foco em Acari não foi apenas a identificação dos vínculos e alianças geradas em torno da intervenção do Programa Favela-Bairro, mas sobretudo a análise dos efeitos produzidos por estes vínculos.

Como sugere Latour em seu princípio de simetria generalizada, busquei nessa pesquisa não partir de uma priorização de um dos pólos indivíduo/sociedade, mas entendê-los como efeitos produzidos *a posteriori* na rede. É nesse sentido que Latour afirma que, na TAR, não há pontos de partida, mas apenas pontos de chegada. A relevância da contribuição do método da Teoria Ator-Rede reside justamente na possibilidade de mostrar como as assimetrias são

¹⁹ A tradução é de minha responsabilidade.

produzidas, através da descrição das ações dos atores, entendendo ação como uma prática coletiva, uma prática de mediação²⁰ que articula humanos e não-humanos.

Diante do referencial teórico-metodológico exposto, formulei a pergunta que norteou a pesquisa da seguinte forma: Quais os efeitos da intervenção do Programa Favela-Bairro nas redes de Acari? Tendo em vista que a abordagem da TAR propõe seguir os atores em sua prática e que “seguir é sinônimo de acompanhar um processo sem pressupor qual será o seu custo, o seu resultado” (Moraes, 1998), defini como objetivo geral da pesquisa *acompanhar o processo de intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, descrevendo os atores e suas ações*.

Uma questão que permeou todo o desenvolvimento da pesquisa e as discussões no grupo de estudo do qual participo no PPGPS/UERJ dizia respeito à importância da antropologia simétrica de Latour para a psicologia. No meu caso específico, a pergunta que buscava responder e sobre a qual indico aqui algumas considerações era a seguinte: o que a Teoria Ator-Rede pode contribuir para a Psicologia Social?

Embora em nenhum de seus trabalhos Latour tenha se debruçado sobre essa questão, ou mesmo tratado mais diretamente da psicologia, sua proposta de uma antropologia simétrica incide sobre alguns pilares de sustentação da Psicologia Social, podendo assim contribuir para a própria reformulação do campo.

Em síntese, ao propor uma nova abordagem das ciências, pragmática e centrada em noções como simetria e tradução, Latour permite ultrapassar dicotomias modernas como sujeito/objeto, natureza/sociedade. Entendendo “sociedade” não mais como causa, instância anterior aos indivíduos e que os influencia, mas como algo que é construído coletivamente, produto da fabricação do mundo, a teoria de rede de atores possibilita ultrapassar a distinção indivíduo/sociedade, rejeitando a ideia de determinação de uma instância sobre a outra, ou mesmo de humanos sobre não-humanos.

Conforme o próprio Latour (2001) define sociedade,

A palavra não se refere a uma entidade existente em si mesma, governada por suas próprias leis, oposta a outras entidades como a natureza; significa o

²⁰ O conceito de mediação contrasta aqui com a ideia de intermediário, de um transporte neutro de informações, referindo-se por sua vez à operação de transformação, de tradução, exercida pelos atores em rede. Tanto os humanos quanto os não-humanos agem, deslocam objetivos e contribuem para a definição de sua articulação.

resultado de um acordo que, por razões políticas, divide artificialmente as coisas em esfera natural e esfera social (p.355).

Sendo *sociedade*, em contraposição à natureza, um artefato da modernidade, Latour opta pelo termo *coletivo* para se referir às conexões entre humanos e não-humanos, ressaltando o caráter processual da fabricação do mundo. Com o termo “coletivo” no singular, Latour pretende enfatizar “o trabalho de coletar em um todo”, significando “tudo, e não dois separados” (2004, p.116-117). Já com o uso do termo no plural, o autor designa as múltiplas associações de humanos e não-humanos que compõem a matéria-prima do coletivo. Assim, na Psicologia Social, por “social” estaríamos nos referindo não mais às interações entre indivíduos, mas a coletivos de humanos e não-humanos em um constante processo de ação e transformação mútua.

Tais questões ainda não têm tido grande repercussão no interior da psicologia, o que nos deixa um pouco solitários em nossas reflexões no grupo de pesquisa da UERJ, mas, ao mesmo tempo, animados diante do desafio²¹. Numa entrevista recentemente publicada, o professor do Departamento de Psicologia Social da London School of Economics and Political Science (LSE) Martin Bauer (Guareschi, 2003) aponta que a psicologia social até agora somente tem se dedicado à investigação das atitudes, das atribuições e identidades, o que seria uma espécie de “software” da vida social, não tendo praticamente nada a dizer sobre coisas. De acordo com ele, há uma Psicologia Social da percepção do objeto, mas não da criação do objeto, pois para a Psicologia Social o objeto já está aí, o que faz com que não se interesse por sua objetificação. A construção de uma Psicologia Social da objetivação, de como se criam os objetos seria, portanto, um campo ainda em aberto.

A meu ver, trazer para a Psicologia Social a metodologia adotada por Latour de seguir os atores em ação significa enfatizar o empírico e não mais ignorar os não-humanos, tratando simetricamente humanos e não-humanos, assim como indivíduo e sociedade, possibilitando não apenas identificar as redes e conexões estabelecidas, mas desvendar o processo de como as diferenças são construídas.

²¹ Numa rápida consulta à Base de Dados da CAPES disponível na Internet, pode-se verificar a quase ausência do referencial teórico proposto por Bruno Latour em teses e dissertações em psicologia no Brasil. Uma exceção é o trabalho de Moraes (1998), que busca pensar uma “psicologia em ação” a partir da Teoria Ator-Rede.

Conforme aponta Moraes (2003), em lugar de vínculos entre homens, a Psicologia Social trataria de seguir os vínculos entre humanos e não-humanos, perguntando-se pelos efeitos que tais vínculos produzem. Da mesma forma, o termo social não designaria a matéria de que é feita alguma coisa, mas os processos através dos quais são construídos os fatos, a cognição. Assim, a Psicologia Social não lidaria com o homem em sociedade, mas acompanharia o processo de fabricação do homem e dos objetos²².

Por outro lado, aceitar o convite da Teoria Ator-Rede para sustentar um olhar simétrico em nossos estudos significa nos colocarmos nos pontos de incerteza, significa correremos os riscos de estarmos nesse lugar, de pesquisarmos sem termos as respostas como garantias prévias (Moraes, 1998). Ciente dos riscos, aceitei o convite.

Aceitando-o, tive ainda que lançar mão de algumas ferramentas que fornecessem à pesquisa uma base mínima de apoio, isto é, utilizar dispositivos metodológicos que pudessem favorecer a apreensão de um conhecimento mais amplo do meu campo de estudo e facilitar minha inserção nele. A seguir, descrevo quais foram os dispositivos por mim utilizados e que efeitos produziram no desenvolvimento da pesquisa.

Dispositivos metodológicos da pesquisa

Pesquisa bibliográfica e documental

Inicialmente, a pesquisa consistiu numa fase exploratória, durante a qual realizei um levantamento bibliográfico de trabalhos de interesse em torno de minha temática. Disso resultou basicamente uma análise da literatura existente sobre Acari e sobre as políticas públicas direcionadas às favelas cariocas, com o intuito de explorar a possível singularidade do Programa Favela-Bairro na atualidade. Ainda nessa fase, pesquisei diversos documentos (jornais, informativos, materiais de divulgação, etc), em especial os confeccionados pela prefeitura, que me fornecessem maiores informações sobre a história, organização e implantação do programa. Parte da análise desse material encontra-se no segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

²² Sobre as contribuições dos estudos das ciências ao campo geral da psicologia, no sentido de se conceber uma psicologia não-moderna, ver Arendt (2004).

Entrevistas

Ainda buscando reconstituir a história do programa e abordar os impasses de sua implementação do ponto de vista dos seus gerenciadores no âmbito da administração municipal, entrevistei duas funcionárias da Secretaria Municipal de Habitação: uma engenheira sanitária que trabalha como assessora da gerência do Programa Favela-Bairro e uma socióloga que coordena a Participação Comunitária, setor responsável pela atuação das agentes comunitárias nas localidades atendidas pelo programa.

As duas entrevistas realizadas foram do tipo semi-diretivas, ou seja, apresentadas sob a forma de um roteiro preliminar de perguntas, que se molda à situação concreta de entrevista, visto que o entrevistador tem liberdade de acrescentar novas perguntas a esse roteiro, com o objetivo de aprofundar e clarificar pontos que ele considere relevantes aos objetivos do estudo (Contandriopoulos *et al. apud* Moura, 1998). Entre as perguntas previamente elaboradas, busquei fundamentalmente apreender informações sobre a organização, estrutura e implantação do Programa Favela-Bairro, bem como captar as vivências e opiniões pessoais dos entrevistados a esse respeito. Na abordagem proposta pela pesquisa, as entrevistas puderam ainda ser consideradas como uma forma de transportar a realidade investigada e criar inscrições que se tornariam, posteriormente, meus “móveis imutáveis”.

Uma vantagem do uso dessa técnica foi certamente a de fornecer informações mais específicas e detalhadas, pois, na medida em que estava face-a-face com as entrevistadas, interagindo com elas, as entrevistas me possibilitavam esclarecer aspectos que não haviam ficado suficientemente claros nas respostas iniciais ou mesmo nos materiais por mim coletados. A total permissão das entrevistadas para o uso de gravador e a posterior transcrição das fitas também propiciou um registro mais rigoroso, abrangente e fidedigno às suas idéias.

Por outro lado, na medida em que o gravador passava a fazer parte da interação, sua presença também produzia efeitos na mesma. Nas entrevistas realizadas na prefeitura, o gravador mediou as relações, contribuindo, por exemplo, para uma melhor definição de nossas posições: eu enquanto pesquisadora da UERJ interessada na estrutura do programa, elas enquanto representantes do poder público, falando então como porta-vozes da atual prefeitura.

Em Acari, tentei uma vez entrevistar uma moradora mediante o uso de gravador. Mas mesmo que ela já me conhecesse há três anos e demonstrasse confiança, o aparelho, nessa

situação, dificultou o desenrolar da entrevista, ocasionando inibição, insegurança e perda de espontaneidade em sua fala. Nos termos da TAR, diria que o gravador agiu como um ator, que ao mesmo tempo que sofria efeitos de nossas ações (o gravador era desligado a pedido da entrevistada quando ela se referia ao tráfico de drogas, por exemplo) também produzia efeitos em nossas ações (a entrevistada passava a selecionar em seu discurso o que podia ou não dizer diante do gravador ligado, por exemplo). Percebendo isso, acabei abandonando o uso de gravador na comunidade²³.

Fotografia

A utilização da fotografia como recurso metodológico também gerou efeitos interessantes na realização da pesquisa, alguns dos quais já foram abordados na introdução, como facilitadores de minha inserção e aceitação na comunidade. Mais do que para registrar as modificações no espaço físico da comunidade decorrentes da intervenção do Favela-Bairro, busquei utilizar a fotografia como extensão de minha capacidade de ver. Conforme diz Guran (2000), enquanto método de observação, o papel mais importante da fotografia não é apenas expor aquilo que é visível, mas sobretudo tornar visível o que nem sempre é visto.

Além disso, utilizei a fotografia como um recurso que me ajudasse também a contar a história dessa pesquisa, de como fui tecendo as redes em Acari. Para isso, optei, como sugere Guran, por intercalar em alguns momentos as fotografias à escrita, formando um todo com o texto escrito. Nessa articulação, a fotografia às vezes sucede o texto, apresentando-se como explicação complementar ou como evidência de um aspecto descrito ou documentado; às vezes funciona como ponto de partida para uma reflexão.

²³ Refiro-me também aqui ao cuidado e transparência que tive ao me apresentar aos moradores, evitando, por exemplo, ser identificada como jornalista ou que tivesse qualquer interesse em obter informações relacionadas ao tráfico de drogas, tendo em vista o relato de moradores sobre experiências anteriores bastante delicadas. Numa delas, uma líder religiosa foi constrangida e ameaçada por traficantes após a divulgação em um jornal popular de suas críticas à violência praticada pelo tráfico, após uma conversa que teve com uma jornalista, sem que ela tivesse conhecimento da gravação da conversa e da finalidade da mesma. Esta situação é frequentemente lembrada pelos moradores como uma espécie de “alerta aos estranhos”.

Trabalho de campo com observação participante

Acompanhar o processo de intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari na perspectiva da Teoria Ator-Rede exigia que eu realizasse trabalho de campo inspirada nos antropólogos. Segundo González Rey (1999), no trabalho de campo, o pesquisador tem uma presença e participação constante dentro da instituição, comunidade ou grupo que está investigando, constituindo-se ainda numa via essencial de treinar sua iniciativa e desenvolvimento intelectual, já que tem que elaborar suas próprias idéias frente ao que está ocorrendo no cenário de investigação. E foi assim que realizei trabalho de campo sistemático por um ano (outubro de 2003 a outubro de 2004), indo toda semana ao Acari, o que me possibilitou ter uma maior aproximação com os atores que visava acompanhar e descrever²⁴.

Para que pudesse seguir de perto os atores em sua prática, considerei como técnica mais indicada a observação participante, que Cicourel (1990, p.89), tomando de empréstimo a definição de Schwartz e Schwartz²⁵, concebe como

um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificado e sendo modificado por este contexto²⁶.

A peculiaridade e os problemas práticos colocados pelo trabalho de campo e, em consequência, pela observação participante derivaram justamente do fato de que eu, como pesquisadora, também fazia parte do campo de ação que visava descrever. Essa característica foi, por sua vez, o que me possibilitou uma das maiores vantagens deste método: captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, já que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (Deslandes, 1994).

²⁴ Mesmo após o mês de outubro, ainda fui ao Acari algumas vezes em situações diversas, por exemplo, como observadora no dia da eleição do presidente de uma associação de moradores em janeiro e como convidada para um almoço de aniversário de uma moradora em fevereiro de 2005.

²⁵ Morris S. Schwartz e Charlotte G. Schwartz, "Problems in participant observation", *American journal of sociology*, Jan., 1955.

²⁶ No caso da presente pesquisa, substituo aqui a expressão "colhe dados" pela expressão "acompanha e descreve suas ações", por ser mais adequada à abordagem proposta pela Teoria Ator-Rede.

Além disso, adotei a sugestão de Cicourel (1990) de valorizar e tornar público os processos da pesquisa de campo, incluindo os problemas e dificuldades por mim enfrentados no interior do próprio texto, cujo relato pode ser encontrado já na introdução e na segunda parte do trabalho.

Sem esquecer que nosso bem mais valioso enquanto pesquisador é a nossa capacidade de estranhar, compreendi ao longo do trabalho de campo que, como diz Cardoso (1997, p.103), “é neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas. A prática de pesquisa que procura este tipo de contato precisa valorizar a observação tanto quanto a participação”.

Diário de campo

É dessa possibilidade de estranhamento que se inseriu a dispendiosa tarefa de descrever e analisar em um diário de campo o dia-a-dia da pesquisa. Nesse diário relatei minhas percepções, vivências, impressões e sentimentos ocasionados durante o trabalho de campo em Acari, o que transformou esse instrumento num verdadeiro analisador de minha implicação na situação de pesquisa.

Reportando à teorização da Análise Institucional, por implicação refiro-me ao conjunto de condições (materiais e subjetivas) da pesquisa, partindo do pressuposto de que não há qualquer isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento. Analisar nossas implicações seria, portanto, analisar os “lugares” que ocupamos no mundo, analisarmos a nós próprios a todo momento no desenrolar da pesquisa.

Segundo Lourau (1993), as nossas implicações-enquanto-pesquisadores encontram-se ligadas ao próprio processo de institucionalização da pesquisa, que, por sua vez, está vinculado à institucionalização de uma certa ordem social, de modo que não podemos apreender teoria como aprendemos catecismo. Concordando com o autor, mais que apontar conclusões, busquei continuamente levantar questões. Afinal,

a pesquisa é uma criação permanente: consiste em interrogar conceitos, criticá-los e nunca meramente aplicar nossa teoria, de um modo meio mágico, fazendo uma espécie de encantação através da repetição mecânica das mesmas palavras. Pode dar certo no universo da fé, mas a pesquisa necessita de dúvidas e não de certezas prévias” (*op. cit.*, p.111).

Capítulo II:

Percorrendo Acari²⁷

“Não estamos muito perto, mas também não estamos muito longe”
(moradora de Parque Acari)

Acari é uma localidade na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, numa região em que predominam indústrias e residências, onde vive uma população genericamente identificada como pertencente às classes populares, com baixo poder aquisitivo e pouca qualificação para o trabalho. Geograficamente, Acari é uma área plana com poucas elevações, localizada no vale do Rio Acari²⁸, ou seja, não é um “morro”, palavra que, como nos lembra Souza (2001), ainda hoje é quase sinônimo de favela.

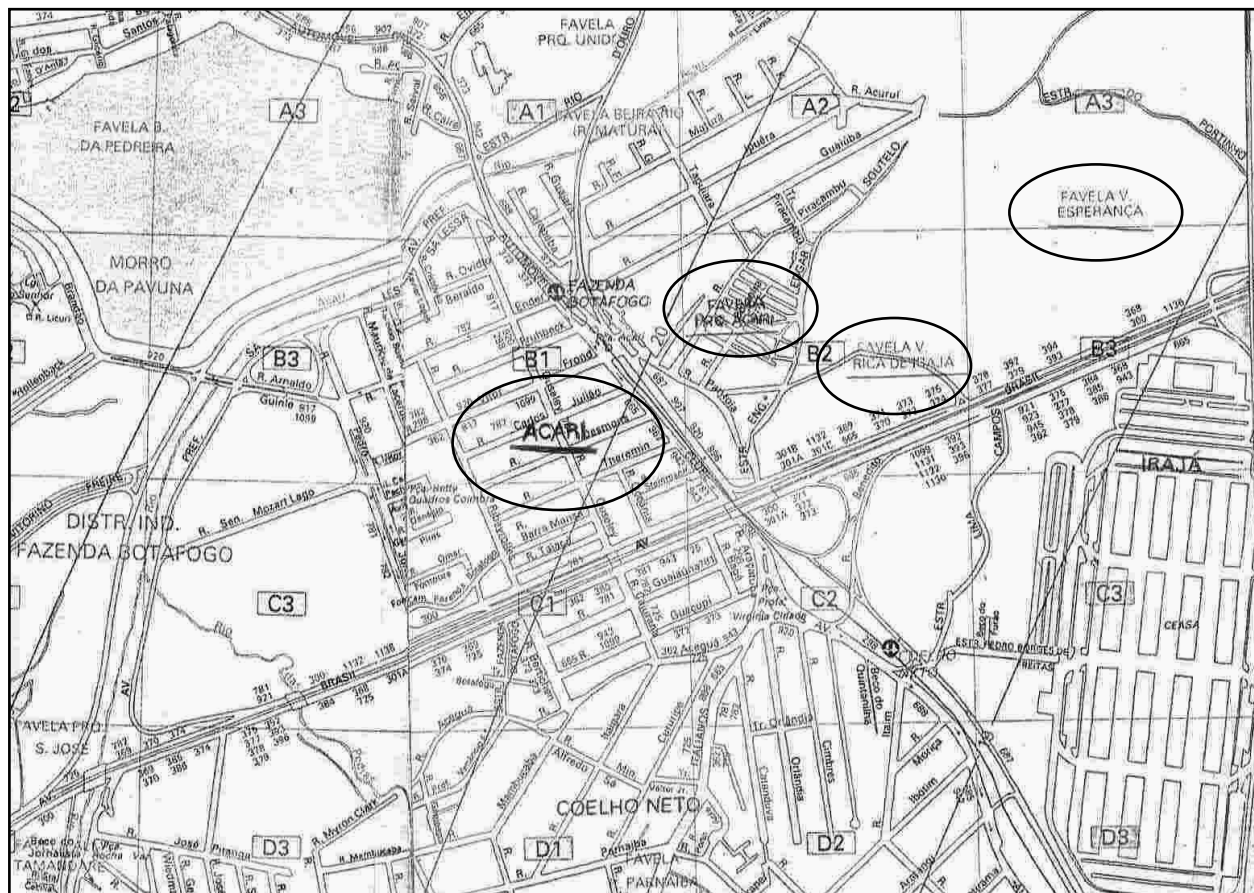
A aproximadamente 20 km do centro, Acari situa-se no cruzamento de dois importantes eixos rodoviários: a Avenida Brasil – a maior avenida da cidade, com 56 km de extensão ligando a Zona Oeste e grande parte da Zona Norte ao centro - e a Avenida Automóvel Clube - que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense (vide mapa abaixo). O acesso facilitado a diversos pontos da cidade por estas duas avenidas ampliou-se, em 1998, com a construção da estação do metrô Acari/Fazenda Botafogo²⁹ pelo Governo do Estado. Sendo a antepenúltima estação da linha 2, uma viagem do centro, partindo da estação Carioca (linha 1), ao Acari, dura

²⁷ Este capítulo foi elaborado basicamente a partir de três fontes: a coleta de dados no trabalho de campo de 2000 a 2002, o estudo etnográfico realizado por Marcos Alvito de Souza, publicado no livro “As Cores de Acari”, e as informações contidas nos Relatórios de Diagnóstico realizados em 2001 pela Secretaria Municipal de Habitação com fins à elaboração do Plano de Intervenção do Programa Favela-Bairro nas comunidades de Parque Acari, Vila Rica de Irajá e Vila Esperança. Estes relatórios têm como objetivo identificar a situação atual das favelas no que diz respeito à sua organização espacial e social, à infra-estrutura existente e sua eficiência de atendimento, às necessidades de serviços públicos e à sua problemática ambiental.

²⁸ O Rio Acari é formado pela junção de diversos rios, desaguando no Rio São João de Meriti a 1km da Avenida Automóvel Clube. Devido à sua atual poluição, com grande quantidade de lixo e entulho, há vários pontos de risco no baixo curso deste rio, onde são frequentes as enchentes em momentos de chuva forte.

²⁹ Fazenda Botafogo é um enorme conjunto habitacional, cujo nome refere-se a um dos maiores distritos industriais existentes na cidade. A estação do metrô foi construída exatamente entre Acari e Fazenda Botafogo, separando-os. É a única estação que possui nome duplo em função de um movimento dos moradores de Acari, que, num abaixo-assinado, exigiram a inclusão do nome de sua comunidade. Segundo alguns moradores, a construção desta linha do metrô teria, porém, isolado Acari de serviços públicos, como escolas, postos de saúde e creches situados nas redondezas.

em média 40 minutos, da qual durante boa parte podemos visualizar os bairros pelos quais passamos no percurso, em direção à Pavuna.



A localidade começou a ser ocupada na década de 1940 por migrantes do Nordeste e de outros estados do Sudeste que vinham para a região em busca de trabalho no incipiente setor industrial. Sendo afastada do centro da cidade, nessa época a localidade era um verdadeiro *brejo*, *era tudo lama*³⁰, e tinha como vizinhança grandes extensões de áreas verdes e algumas fábricas. A inauguração da Avenida das Bandeiras (atual Avenida Brasil) e o crescente desenvolvimento de indústrias na região motivou a rápida expansão da localidade, que foi adquirindo características identitárias próprias, criando, ao mesmo tempo, muitas diferenciações internas. Como resume um antigo morador, *Acari era um povoado, hoje isso aqui é uma cidade*.

³⁰ As expressões dos moradores coletadas no trabalho de campo estarão geralmente identificadas no texto apenas em itálico no intuito de ressaltar a relevância de tais categorizações, tal como os demais elementos da descrição.

Numa primeira impressão, os aspectos geográficos e sociodemográficos gerais podem evocar uma simplicidade, que, na verdade, é apenas aparente. Enquanto *uma cidade* no interior de outra cidade, com toda a amplitude, contrastes e heterogeneidade que a caracteriza, Acari tem hoje uma complexidade que ultrapassa tais critérios de definição. Pesquisando documentos de diferentes setores da administração municipal³¹, percebi não haver uma definição consensual nem mesmo sobre a delimitação geográfica de Acari.

Dependendo de quem e como vê, Acari pode ser tomado como um bairro, uma favela ou um complexo de favelas. Sendo assim, é preciso afinar meu olhar, ajustando melhor o foco sobre o que estou aqui designando Acari.

Vinculado à XXV Região Administrativa, o bairro de Acari tem como vizinhos os bairros da Pavuna, Coelho Neto, Irajá, Costa Barros, Jardim América, Parque Colúmbia, Barros Filho e Colégio. Consiste numa área fundamentalmente residencial de quadras planejadas, mas que também engloba algumas favelas, como Furão, Beira Rio e Parque Acari, totalizando uma população de 24.650 habitantes e com densidade demográfica de 153,53 hab/m², segundo dados do IBGE de 2000³².

Já Complexo de Acari refere-se, por sua vez, ao conjunto de quinze favelas da região. Embora tivesse encontrado diferentes delimitações das favelas que constituiriam este conjunto, esta denominação é certamente mais utilizada pela instituição policial, que concebe essas áreas como seus principais alvos de atuação no que tange à segurança pública e, sobretudo, ao combate ao tráfico de drogas.

Hoje estes espaços tem sido cada vez mais referidos pelo termo “comunidade” no discurso dos moradores, do poder público e das organizações da sociedade civil, demonstrando uma preocupação em evitar o caráter pejorativo e estigmatizante colado historicamente à palavra “favela”³³.

³¹ Refiro-me aqui a publicações, materiais de divulgação e relatórios técnicos produzidos especialmente pelas Secretarias de Habitação e de Assistência Social (antiga SMDS).

³² Acari corresponde a 12,51% da população total da XXV Região Administrativa (197.068 habitantes).

³³ Uma descrição mais detalhada sobre os diferentes sentidos atribuídos às categorias “favela”, “bairro” e “comunidade” tanto na concepção dos moradores quanto na dos representantes da prefeitura encontra-se no sexto capítulo.

Apesar da categoria “comunidade” sugerir uma imagem unificadora de Acari que é apropriada pelos moradores em certas situações, seu discurso evoca frequentemente a sua heterogeneidade, levando-nos a constatar a existência de vários “acaris”.

Pela diversidade e inexistência de uma delimitação única e consensual de Acari, tomarei em minha perspectiva aquela que encontrei entre a maioria dos moradores, que coaduna, por sua vez, com a da Secretaria Municipal de Habitação³⁴. Sendo assim, considero Acari a composição de quatro localidades distintas: o Conjunto Residencial Areal e as favelas Parque Acari, Vila Rica de Irajá e Vila Esperança.

Conforme dito anteriormente, não há consenso sobre essas definições. No entanto, quando moradores tomam o *valão* existente entre Parque Acari e Vila Rica como o divisor, frequentemente eles se referem como Acari apenas a Parque Acari, considerando todo o *outro lado* (Conjunto Areal, Vila Esperança e Vila Rica) como parte do bairro de Irajá. De fato, oficialmente esta última se chama Vila Rica de Irajá e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Areal também está registrada com esta localização. Outros moradores, porém, consideram Acari apenas as favelas Parque Acari e Vila Rica, que pela estreita proximidade constituiriam um único conjunto. É preciso ainda salientar que muitos moradores de Vila Rica, Vila Esperança e, sobretudo, do Conjunto Areal preferem se identificar como moradores do bairro de Irajá, tentando se esquivar do estigma de “favela”, já que o bairro de Irajá possui áreas mais nobres.

Buscando compreender a singularidade e os sentidos das apropriações que fazem de sua experiência, estarei priorizando, sempre que possível, as categorias utilizadas pelos próprios moradores. Passemos então à descrição de cada uma dessas *comunidades* que compõem aquilo que designo Acari.

A comunidade de Parque Acari

Parque Acari é a comunidade mais antiga, ocupada na década de 1940 por pessoas oriundas do Nordeste, interior dos estados do Rio e de Minas Gerais que vinham trabalhar no

³⁴ Segundo os Relatórios de Diagnóstico da Secretaria Municipal de Habitação citados anteriormente.

setor industrial em pleno crescimento (Souza, 2001). Nessa época, a região era um verdadeiro mangue cercado de mato. Conforme relatam antigos moradores, era preciso saírem de casa descalços até alcançar a estrada para que lá tirassem a lama dos pés e chegassem ao trabalho com os sapatos limpos.

Mesmo em condições precárias, o processo inicial de sua ocupação ocorreu de forma ordenada, sendo as casas de madeira construídas em alinhamento, com características de loteamento. Isto, porém, não impediu que os primeiros moradores enfrentassem obstáculos para garantir sua permanência no local, inclusive confrontos com a Polícia Militar, durante os quais *chegou a morrer gente*. Muitas ruas e becos de Parque Acari receberam os nomes de antigos moradores (alguns ainda vivos) que lutaram ou contribuíram de diferentes formas para a sua consolidação³⁵. Sobre a preocupação com a imagem positiva da comunidade, Souza (2001) analisa que seu nome original – Parque Proletário Acari – representou, acima de tudo, uma tentativa de afastar o estigma do favelado, dando ao local um nome que representasse à época algum prestígio, ironicamente um nome surgido no bojo de um programa de erradicação das favelas³⁶.

Chegando hoje a Parque Acari de metrô, logo se nota o contraste das casas e ruas da comunidade com as casas de estilo arquitetônico típico dos anos 1950 e 1960 presentes a alguns metros de distância em quadras de ruas planejadas, largas e asfaltadas, semelhantes as de um bairro residencial de classe média³⁷. Veja na foto ao lado um trecho da Rua Guaiúba³⁸.



³⁵ Como exemplo, temos o beco Leandro, em homenagem ao fundador da Escola de Samba Império de Acari, que existiu no final dos anos 60, chegando a desfilar nos anos de 1968 e 1969.

³⁶ Segundo Souza (2001, p. 280), o nome “parque proletário” surgiu num programa criado pelo prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth na época do Estado Novo, em 1942, cujo objetivo era erradicar as favelas e transferir seus moradores para “parques proletários”. Apesar de intensa propaganda, o programa não teve êxito, sendo erradicadas somente quatro favelas e transferidos entre 7 e 8 mil dos 250 mil favelados inicialmente previstos.

³⁷ Curiosamente, todas essas ruas possuem nomes indígenas: Rua Ipuera, Rua Maturá, Rua Tapuiará e Rua Guaiúba, esta última diretamente ligada a Parque Acari através de duas vielas ao longo de sua extensão.

³⁸ Todas as fotografias expostas neste capítulo foram tiradas por mim durante o trabalho de campo.

Repare no mapa mostrado anteriormente a regularidade das quadras e ruas à direita da estação do metrô (ponto A2 de localização no mapa). Chama ainda a atenção o contraste entre os suntuosos templos das igrejas católica e pentecostais presentes nestas ruas e os pequenos e múltiplos templos espalhados por Parque Acari. Apesar da proximidade e ligação direta entre as duas áreas, a relação entre os moradores “da Guaiúba” e da “favela” é de um grande distanciamento, que é reforçado por ambos os *lados*. Além do contraste do acabamento das moradias, um fator de distinção importante é a diferença de inserção social, o que faz com que alguns moradores destas ruas, que pagam regularmente suas contas de luz, água e telefone, se sintam prejudicados pelo *pessoal da favela, onde não se paga nada*³⁹.

Margeada pela Avenida Automóvel Clube, onde se localiza a estação do metrô, e parte da Avenida Brasil, Parque Acari constitui-se hoje no que poderíamos chamar de a porta de entrada de Acari, pois é nela que se situam as principais vias de acesso, inclusive à favela de Vila Rica e Vila Esperança, através da rua Piracambu e da estrada Edgar Soutello.

Em relação às demais favelas, Parque Acari é aquela com mais ruas regulares, amplas, asfaltadas e calçadas, com uma constante movimentação de pessoas e uma relativa circulação de veículos (vide fotografia ao lado). Por seu traçado regular, presença de casas de melhor acabamento e por ser a comunidade mais bem servida de comércio e serviços, ela é definida pelos moradores como *a zona sul de Acari*. Tem mais de dez templos



religiosos, em sua maioria de igrejas evangélicas, uma ampla e diversificada rede de comércio local, como padarias, salões de beleza, peixaria, farmácia, açougue, aviário, loja de móveis, videolocadora, mercearias, lanchonetes, armarinhos, etc.

³⁹ Recentemente, os moradores destas quatro ruas foram dispensados do pagamento do imposto territorial, alegando-se ser esta também uma área de baixa renda e “de risco” por conta das enchentes provocadas pelo transbordamento do Rio Acari em dias de chuva forte.

Porém, quanto mais adentramos a comunidade, as ruas regulares e asfaltadas vão dando lugar a becos sinuosos e vielas de terra batida, as casas de alvenaria de melhor acabamento vão sendo cada vez menos vistas e os estabelecimentos exclusivamente comerciais vão sendo substituídos pelas variadas *barracas*, anexas às próprias casas, onde vendem bebidas, lanches, doces, entre outros. Nos *fundos* da comunidade, no limite com um grande terreno de propriedade da empresa Ponto Frio, é possível ainda notar um aspecto de ruralidade, com cavalos pastando e criações de galinhas e porcos.

A principal rua de Parque Acari é a Piracambu. É nela que se concentram os maiores estabelecimentos comerciais e o prédio de dois pavimentos da Associação de Moradores da União do Parque Acari, cujo símbolo, pintado na fachada, é o desenho de duas mãos se apertando, uma branca e uma negra (vide foto ao lado).



Além de principal via de acesso, esta é uma das ruas mais movimentadas de Acari em virtude do número e diversidade de estabelecimentos comerciais. Próximo à Associação, podia-se notar até recentemente uma viatura da Polícia Militar, ali posicionada para inibir o comércio ilegal de drogas nas ruas.

Entre a favela e a Avenida Automóvel Clube, há o Conjunto Habitacional Pantoja, onde residem cerca de 600 moradores distribuídos em 171 casas, divididas em quatro blocos⁴⁰. Muitas de suas casas e principais acessos estão localizados na rua Pantoja, pertencente à favela, sendo este seu endereço oficial, embora a prefeitura exclua-o da definição de “favela”. Pela inexistência de fronteiras físicas que o separe da favela, julguei durante muito tempo que o conjunto fosse parte da mesma.

Na verdade, o que constatei foi a existência de uma grande ambiguidade em relação ao conjunto fazer ou não parte da favela, tanto entre os habitantes de seu entorno, quanto entre os

⁴⁰ Segundo seus próprios moradores, o conjunto foi construído pela prefeitura por volta de 1997 com o objetivo de ser *doado* a favelados de Acari. Com a mudança de governo, decidiu-se vender as casas a prestação para famílias de funcionários públicos, viabilizando-lhes moradia de baixo custo, fato que foi assim interpretado por uma moradora: *a prefeitura invadiu e depois vendeu*.

moradores do próprio conjunto. Entre os primeiros, há aqueles que não o consideram parte da favela, e outros sim, especialmente as crianças, que representam *as casinhas* em seus desenhos. Por parte dos moradores do conjunto, percebi que estes se diferenciam dos moradores da favela, não se vendo como parte dela do ponto de vista identitário, embora utilizem diariamente os serviços e comércio lá disponíveis. Por outro lado, identificam fortes semelhanças com o espaço da favela no que se refere à situação do conjunto como área de baixa renda - o que os isenta do pagamento de IPTU e água - e como “área de risco”, palco de confrontos entre bandidos e policiais. Para a prefeitura, mesmo que o endereço registrado seja de uma rua da favela, e não da Av. Automóvel Clube, o conjunto parece ter outro estatuto, que não se confunde com o da favela.

Quanto aos espaços formais de lazer, há uma constante lamentação dos moradores pela escassez de opções em Parque Acari. Para as crianças, há apenas duas praças localizadas nos fundos e na entrada da comunidade: a Praça Roberto Carlos⁴¹ - que antes se resumia a uma área de terra batida onde eventualmente se instalava um simplório parque de diversões e que, durante a intervenção do Favela-Bairro, foi acimentada e transformada numa quadra de esportes - e a Praça Pantoja, conhecida como *pracinha de Acari*, na Avenida Automóvel Clube em frente à rua Piracambu, que dispõe apenas de alguns brinquedos infantis quebrados e enferrujados e uma pequena quadra de cimento cercada por uma alta grade de proteção. Esta grade é curiosamente utilizada como uma espécie de *outdoor* da comunidade, estando nela sempre afixadas grandes faixas, divulgando eventos diversos, como o testemunho de um ex-bandido numa igreja evangélica, um show de pagode ou funk nas proximidades ou ainda os novos serviços oferecidos pela associação de moradores.

Entre os jovens, a maior procura é pelos bailes funk semanais e gratuitos na quadra da Associação de Moradores e nos arredores do Conjunto Residencial Areal. Uma outra opção que havia até recentemente era o Internet Beer. Situado, na verdade, *fora* da comunidade, este bar foi durante algum (pouco) tempo um local descontraído onde os jovens podiam dançar e assistir a

⁴¹ Esta praça foi assim batizada em homenagem ao cantor Roberto Carlos, que, em 1980, numa campanha da emissora de televisão Rede Globo, promoveu um show, cuja renda foi revertida para a comunidade e à Cruzada de São Sebastião, que na época atuava junto aos moradores num projeto de saneamento básico. Conta-se que o cantor teria ido ao Acari anunciar a doação, motivo talvez pelo qual muitos moradores apontem o próprio como o doador.

pequenos shows de funk, pagode e axé com os amigos, mas que, por cobrar ingresso, não atraía tantos jovens como os bailes⁴².

Apesar da escassez de espaços construídos exclusivamente para o lazer, as ruas e as lajes das casas representam espaços importantes para essa função, especialmente para as crianças, que neles cultivam brincadeiras tradicionais como jogar pião, futebol e soltar pipa.

Conforme demonstraram Mello e Vogel (1985) em um estudo sobre o uso dos espaços coletivos para fins de lazer no bairro do Catumbi, o princípio da diversidade dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade, concedendo à rua uma multiplicidade de significados ligados a seus usos contextuais, o que possibilita a coexistência de muitas atividades no mesmo espaço.

Tal como o que os autores perceberam no Catumbi, em Acari a mistura também não é um acidente, é o estilo da vida urbana nesse local. Assim, as ruas da comunidade podem adquirir diversas funções: de pátio para as crianças brincarem; de extensão da casa para as mulheres, que puxam seus banquinhos para fora para papear com as vizinhas e observar o movimento da rua; de local de trabalho para vendedores ambulantes, que circulam nas ruas vendendo pães e doces; de local para a atividade ilegal dos traficantes de drogas, que privatizam pontos estratégicos para também vender seus “produtos”; de palco de confronto entre policiais e traficantes; ou ainda de simples passagem para transeuntes e automóveis.

Na representação espacial dos moradores de Parque Acari, uma das referências mais importantes é a padaria Esquina do Pão Quente, que funciona todos os dias da semana. Pela qualidade, dimensão e, principalmente, localização, essa padaria constitui um importante e movimentado ponto de encontro na comunidade. Na mesma esquina, temos uma das raras bancas de jornais e o ponto de saída de kombis de uma cooperativa, que transportam passageiros para localidades próximas, como o bairro de Madureira e o município de São João de Meriti.

Como podemos perceber, Parque Acari é, portanto, o grande centro comercial e social de Acari, sendo muito bem definido por uma líder local como *a capital de Acari*.

⁴² Embora o nome do bar sugira uma alusão à tecnologia cibernética, esta era restrita ao nome, tendo em vista que o mesmo não dispunha de qualquer computador com acesso à internet. Em espaço reduzido, este estabelecimento funciona hoje apenas como um bar – Internet Bar – frequentado basicamente por homens, que se dividem entre a cerveja com os amigos e os jogos de fliperama.

A comunidade de Vila Rica de Irajá

Encravada entre Parque Acari e Vila Esperança, a favela de Vila Rica também é conhecida pelos moradores como Coroado. Esse era o nome de uma localidade de garimpeiros existente na telenovela Irmãos Coragem, líder de audiência em meados dos anos 1970. Marcada por precariedade material e muita violência, essa localidade se assemelhava à Vila Rica na época, onde havia muita pobreza e a presença do tráfico de drogas se tornava cada vez mais intensa.

Diferentemente de Parque Acari, Vila Rica sofreu uma ocupação mais desordenada, havendo uma grande quantidade de becos e vias estreitas e sinuosas, num terreno levemente inclinado. Esta foi a única comunidade que surgiu em terreno já explorado, ocupando-se áreas livres pertencentes a uma olaria e ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social, como consequência natural do processo de ocupação que vinha ocorrendo na região.

A expansão dos aterros indiscriminados dos manguezais foi aumentando a dificuldade de escoamento das águas da chuva, até que por volta de 1986 houve uma grande enchente, deixando as casas submersas em mais de um metro de altura. Este problema era enfrentado pelos moradores até recentemente, afetando a sua saúde e provocando perdas irreversíveis de bens. Com as obras do Favela-Bairro, as previsões de dias de chuva forte parecem agora ter deixado de despertar a apreensão dos moradores.

Embora as fronteiras mais significativas que distinguem Vila Rica e Parque Acari não possam ser vistas a olho nu, pode-se dizer que um limite concreto estabelecido entre elas é o *valão* (vide fotografia ao lado), uma canalização do Rio Acari que divide num grande trecho as duas comunidades e ficou assim conhecido por seu uso pelos traficantes que, disseminando a cultura do terror, ali despejavam os corpos de seus inimigos e desafetos (Souza, 2001).

A rua Olaria é a principal via de entrada



em Vila Rica, na área mais estruturada da comunidade, com serviços e comércios voltados para seu atendimento. É nela que encontramos a Associação de Moradores de Vila Rica de Irajá, fundada em 1979 sem grande participação dos moradores. Apoiada pela Fundação Leão XIII, a associação surgiu muito mais para atender a exigência de um projeto de implantação de rede de esgoto sanitário, sem a qual a comunidade não seria beneficiada, do que como um movimento espontâneo de organização política dos moradores.

A referência mais importante de Vila Rica é o Centro Cultural Areal Livre, mais conhecido como Quadra de Areia, situado na rua União. Descritivamente, tratava-se apenas de um grande campo de futebol de terra batida e murado, com poucas salas anexas⁴³. Sua importância deriva então de sua representação simbólica na história e vida da comunidade. Conforme descreve Souza (2001), a Quadra de Areia é um espaço comunitário que foi construído por um dos chefes do tráfico, visando proporcionar aos jovens do sexo masculino um local de lazer. Centro de uma atividade tradicionalmente masculina, o futebol, ela é um dos pontos de encontro mais importantes de jovens e homens adultos, bandidos e trabalhadores, pois é lá que eles “comentam tanto as jogadas de efeito quanto as incursões policiais, suas agruras financeiras ou profissionais, e, sobretudo, suas últimas conquistas amorosas” (*op. cit.*, p.36). Além das frequentes *peladas*, a quadra também era utilizada para a realização de reuniões do tráfico com a comunidade, cultos religiosos, assembléias da associação de moradores, festas comunitárias e até velórios de membros da alta “hierarquia” do tráfico de drogas local. Aliás, não há como ignorar a movimentadíssima *boca-de-fumo* existente hoje ali perto. Por tudo isso, a Quadra de Areia é, assim como a Esquina do Pão Quente em Parque Acari, o grande centro social de Vila Rica.

Além da Quadra de Areia, outro equipamento comunitário importante é o Centro Educacional Comunitário Senhor do Bonfim (CECSB), uma instituição ligada à congregação salesiana da Igreja católica que oferece atividades sócio-educativas e profissionalizantes para crianças e adolescentes da comunidade. É nessa área do CECSB, onde a maioria dos moradores é de origem nordestina, que se concentram os dois forrós existentes - uma das poucas opções de lazer relatadas, principalmente pelas mulheres, em contraposição à Quadra de Areia, que é um espaço quase que exclusivamente masculino. Por esta origem comum de muitos moradores, as

⁴³ Com o recente estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado e diversas ONGs, o Centro Cultural Areal Livre passou a funcionar num outro anexo, com salas mais amplas e equipadas para atender a população, oferecendo atividades como alfabetização de adultos, atendimento psicológico, canto coral, curso de culinária e informática.

festas juninas eram até alguns anos atrás o grande evento social de Acari, nas quais as disputas entre as *caipiras* significavam momentos de intensa confraternização e alegria, descritos pelos moradores antigos sempre com muito saudosismo⁴⁴.

Em Vila Rica, há ainda outras referências que não podem ser desprezadas. Em primeiro lugar, refiro-me ao Cruzeiro, construído pela Igreja católica num pequeno descampado no ponto mais alto de Acari, mas que foi logo apropriado por um chefe do tráfico pela visão estratégica da região que o local proporciona. Mesmo que pequeno em dimensões, constitui forte referência na história da comunidade.

Em segundo lugar, refiro-me ao prédio de dois pavimentos onde funciona o Núcleo de Ações Sociais e Preventivas de Saúde, próximo à Associação de Moradores de Vila Rica. Este prédio era a antiga *Pousada*, onde, na década de 1980, o chefe do tráfico patrocinava uma série de atividades para a comunidade, como bailes funk, apresentações de pagodeiros e sambistas famosos, forró e distribuição de doces para as crianças no dia de São Cosme e Damião e no Dia das Crianças (Souza, 2001). Anos depois, o prédio foi reformado e ampliado pelo chefe sucessor do tráfico, no intuito de transformá-lo num posto médico. Em 1996, o governo do Estado “reinaugurou” a obra do tráfico, reformando-a e estabelecendo ali o Núcleo de Ações Sociais e Preventivas de Saúde.

Em Vila Rica é onde também encontramos o prédio onde funcionou o Posto de Policiamento Comunitário, no curto período da ocupação da polícia civil em 1996. Hoje, temos em seu lugar o 9º Batalhão da Polícia Militar Base de Segurança Acari, que é chamado pelos moradores apenas de *DPO*, em referência às Delegacias de Policiamento Ostensivo. Curiosamente, este prédio também pertencera ao tráfico, sendo depois doado a um pastor evangélico, antes de ser apropriado pelo Estado (Souza, 2001).

Por fim, chamo a atenção para a curiosa ligação entre o tráfico de drogas e o poder público que pode ser desvendada pela reconstituição da história de algumas das instituições mais importantes de Vila Rica, levando-nos assim a concordar com uma moradora de que *os bens dos bandidos depois sempre ficam com o Estado*.

⁴⁴ Segundo antigos moradores, nas festas juninas de rua, as diversas quadrilhas *se visitavam* e disputavam a melhor apresentação (cada uma representava um grupo e local), mas foram se extinguindo devido a ocorrência cada vez maior de situações de violência na comunidade.

A comunidade de Vila Esperança

Este local era um grande manguezal que foi sendo aterrado pelos próprios moradores de forma desordenada e precária, sem dispor de infra-estrutura mínima, como energia elétrica e água encanada. Nessa região, antigos moradores contam que havia uma grande quantidade de caranguejos, rãs, cobras, tatus e até jacarés. Sendo a região mais recentemente ocupada, Vila Esperança ainda exhibe alguns barracos feitos de tábuas de madeira, esgoto a céu aberto e muita lama em áreas que até então não foram atendidas pelas obras do Favela-Bairro.

No início dos anos 70, um grupo de cerca de 50 pessoas, entre moradores do Conjunto Habitacional Areal e trabalhadores da olaria que ali funcionava, se uniram para promover uma ocupação ordenada do terreno, como tentativa de se estabelecer no local. A própria Associação de Moradores de Vila Esperança surgiu justamente como instrumento de resistência e formalização de uma estratégia de luta contra as ameaças de remoção.

Embora os moradores tivessem convocado uma reunião com diversos representantes dos órgãos públicos com vistas a regularizar a ocupação, isto aconteceu apenas 25 anos depois, no âmbito de um programa de regularização fundiária do Governo do Estado chamado “Projeto Meu Pé de chão”, que visava “a “titulação das famílias de baixa renda, moradores em favelas, através da concessão de uso, com direito real”⁴⁵.

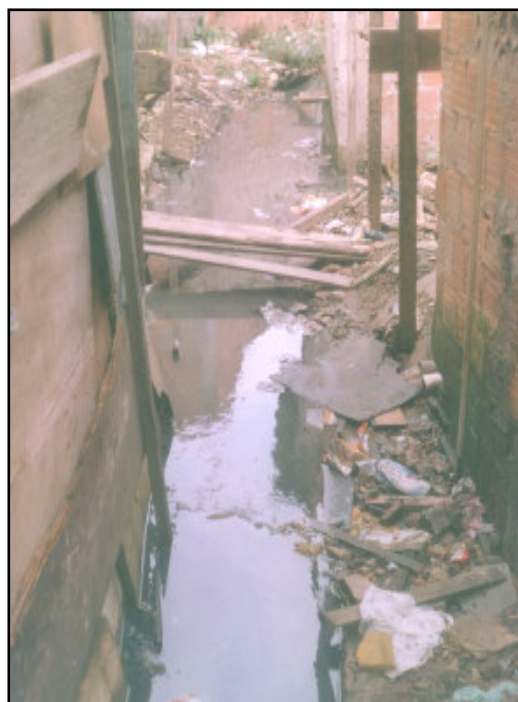
Com a expansão da comunidade no entorno das vias de acesso, principalmente a rua Enora, os barracos foram aos poucos sendo substituídos por construções de alvenaria. A partir da década de 1980, com a implantação de rede de água e esgoto em alguns trechos pelo PROFACE⁴⁶, Vila Esperança passou a oferecer um melhor padrão de vida, ocasionando o seu crescimento.

Nos *fundos* da favela, podemos hoje identificar um campo de futebol, um *lixão* e uma propriedade rural, o *sítio*, que, segundo Souza (2001) nos dá a idéia de como era Acari na década de 1940, uma espécie de “zona rural” do antigo Distrito Federal.

⁴⁵ Informações coletadas em folheto de divulgação do programa, que me foi fornecido pelo líder do grupo em todo o processo, um senhor que, além de experiente na organização de outras ocupações, fundou a Associação de Moradores de Vila Esperança, em 1981, hoje presidida por sua esposa.

⁴⁶ Programa de Favelas da Cedae, desenvolvido entre 1983 e 1985, com o objetivo de levar sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas, incorporando-as à rede dos seus bairros (Burgos, 1998).

Uma de suas últimas áreas ocupadas é um terreno alagadiço, impróprio a construções, gerando aos moradores inúmeros problemas decorrentes das frequentes inundações. Ironicamente, os moradores chamam esta área de Mangue Seco, nome tirado de uma novela da Rede Globo. Todos a consideram como a mais pobre e precária da localidade – o que pode ser visto na foto ao lado -, motivo pelo qual não se escapa das visitas “guiadas” pelos líderes locais (Souza, 2001). Ainda hoje, áreas disponíveis continuam sendo invadidas por grileiros que improvisam demarcações de lotes e abertura de acessos, sobretudo no limite norte da comunidade.



Colada à Vila Rica e ao Conjunto Habitacional Areal, a comunidade de Vila Esperança tem também como vizinho o conjunto residencial IAPAC, construído pelo Instituto de Aposentaria e Previdência dos Comerciantes, que não faz parte de Acari. Por este seu “cercamento”, a favela encontra-se pouco visível aos olhos dos que passam pelas grandes vias de circulação urbana. Mesmo assim, a sua principal via de acesso é a Avenida Brasil, embora também se possa chegar a ela através das vielas de Vila Rica. Há duas passarelas próximas sobre essa avenida que conectam a comunidade com a região onde se encontra a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA).

A “invisibilidade” desta comunidade também é representada pelos moradores das favelas vizinhas. Ao perguntarmos a uma moradora de Parque Acari o quanto ela conhecia Vila Esperança, a mesma demonstrou total desconhecimento, rebatendo-nos, surpresa, com outra pergunta: *isso é aqui no Acari?* Fazendo a mesma pergunta a uma moradora de Vila Rica, esta respondeu afirmativamente, tratando-se de verificar se nos referíamos ao mesmo local: *o fim do mundo?* Segundo nos disse, pela distância e localização, é assim que Vila Esperança é jocosamente chamada pelos moradores das duas outras comunidades⁴⁷.

⁴⁷ Posteriormente, outros moradores explicaram-me que o *fim do mundo* refere-se, na verdade, à área que vem sendo ocupada há aproximadamente uns dois anos, onde encontramos uma população recém-chegada bastante pobre,

Finalmente, pode-se dizer que o centro de referência principal da vida da comunidade de Vila Esperança é a rua Enora, trecho onde se localiza a sede da associação de moradores e que conta com edificações de bom padrão e uma grande força comercial.

O Conjunto Residencial Areal

Este conjunto residencial (vide foto à direita) foi construído pelo antigo Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários numa área onde antes havia um imenso laranjal, sendo inaugurado em 1949, logo após a construção da Avenida Brasil. Destinado às classes populares, ele é constituído de 600 apartamentos de cerca de 12m², distribuídos em quatro blocos, contando com um total de vinte entradas diferentes.



Seus primeiros moradores foram famílias removidas de quatro favelas extintas da cidade: Morro do Chacrinha, em Copacabana, Praia do Pinto, na Gávea, Esqueleto, no Maracanã, e Catacumba, na Lagoa. Mesmo sem licença oficial para a ocupação, estas famílias foram instaladas no conjunto pela própria prefeitura do antigo Distrito Federal (Souza, 2001).

Segundo me informou um funcionário da associação de moradores do conjunto, a intenção era que ele fosse depois repassado para a administração do Governo do Estado, no entanto, está tão aquém dos padrões mínimos de construção exigidos pelos órgãos competentes que o processo está embargado e *agora não se sabe quem é o responsável pelo conjunto*. De acordo com a estimativa desse morador, no conjunto vivem hoje aproximadamente 2500

residindo em toscos barracos de tábuas de madeira. Além das precárias condições de habitabilidade, o local é assim apelidado por situar-se no extremo limite das comunidades de Vila Rica e Vila Esperança, sendo a área mais distante dos serviços e grandes vias de circulação de Acari. Por a ocupação dessa área ter ocorrido após a confecção dos Relatórios de Diagnóstico realizados pela SMH, motivada pela implantação do Favela-Bairro na localidade, a área não foi englobada à intervenção. Além disso, a ocupação impediu a construção de equipamentos públicos previstos de serem construídos na área. Esses aspectos serão melhor abordados na segunda parte da dissertação.

moradores, sendo bastante difícil estipular o número, já que os apartamentos abrigam de um único morador até três famílias.

Entre os moradores da região, o conjunto é chamado simplesmente de *Amarelinho* em referência à cor das fachadas dos prédios, pintados nos anos 1980 numa das raras e mínimas reformas realizadas desde sua construção. A deterioração dos prédios é hoje notadamente visível e preocupante.

Embora muitos o considerem parte de Acari, o conjunto possui uma organização independente, contando com instituições religiosas, sociais e educativas, além de uma associação de moradores própria, criada em 1981, cuja sede localiza-se no térreo de um dos prédios. Apesar da precariedade da construção, o Amarelinho, por ser uma área oficialmente tida como urbanizada, desfruta de alguns benefícios negados à “favela”, sendo a comunidade com a maior concentração de iniciativas governamentais e não-governamentais de Acari (Souza, 2001).

Costurando alguns pontos...

Embora estas comunidades se constituam de maneira autônoma, com representações e perfis sociais relativamente distintos, cada uma inclusive com uma associação de moradores própria, de um modo geral, possuem muitas características físicas, urbanísticas e infra-estruturais semelhantes. Na verdade, a própria delimitação geográfica destas comunidades é bastante difícil de ser percebida por quem é *de fora*, uma vez que, na verdade, o que se nota é a inexistência de fronteiras físicas bem delimitadas, destacando-se à primeira vista muito mais uma continuidade dos espaços. Ao longo do tempo, pude então notar que a distinção e hierarquização destes espaços se dão no nível das representações, mas produzem efeitos diretos sobre a vida dos moradores. Como já havia notado Souza (2001), mais do que físicas, as fronteiras são simbólicas.

Assim como a comunidade de Parque Acari é representada positivamente por eles como *a zona sul* ou *a capital* de Acari devido a seu grau mais elevado de urbanização e maior disponibilidade de bens e serviços, seus moradores são vistos como similares a uma classe média urbana, com maior poder aquisitivo e melhores condições de moradia, educação e trabalho. Além de estarem de fato mais próximos das grandes vias de circulação (Avenida Brasil, Avenida Automóvel Clube e a própria linha do metrô), sendo facilitado o acesso a qualquer parte da

cidade, estes moradores compartilham com maior frequência de valores próximos aos da classe média urbana em geral, que vê a favela e seus moradores com maus olhos. Buscando um reconhecimento enquanto uma espécie de elite de Acari, estes moradores acabam criando formas de se diferenciar daqueles que consideram ser verdadeiramente *os favelados*.

É nesse sentido que há, por sua vez, uma representação negativa das comunidades de Vila Rica e Vila Esperança entre os moradores de Parque Acari, que as concebem como *a favela* propriamente dita, devido à maior incidência de pobreza, à maior precariedade das construções das moradias, dos becos e vielas, e da presença mais ostensiva do tráfico de drogas, com *meninos* nas ruas portando *radinhos* (walkie-talkies) e exibindo potentes armas de fogo. Do mesmo modo que Vila Rica e Vila Esperança são vistas como áreas mais pobres, violentas e perigosas, tais características são estendidas a seus moradores. Certa vez, fazendo uma analogia de Acari a uma cidade complexa e hierarquizada, uma moradora resumiu para mim que Parque Acari seria a *zona sul*, Vila Rica seria o *subúrbio* e Vila Esperança seria *tipo a zona oeste*

Esta forma de categorizar e qualificar os espaços produz efeitos diretos no cotidiano dos moradores e no seu modo de ocupar estes espaços. Por verem negativamente Vila Rica e Vila Esperança, os moradores de Parque Acari evitam circular por estas comunidades, assim como relacionar-se com os que lá residem. Ao perguntar algo referente à Vila Rica, muitos moradores de Parque Acari alegavam desconhecimento, justificando-o pelo fato de não terem o *costume de andar lá pra dentro*, mesmo que o *lá* deles, o distante, fosse para mim tão próximo, a poucos metros de distância. No sentido inverso, pude notar o mesmo *costume* entre os moradores de Vila Rica. Com isso, percebi que a circulação de seus moradores restringe-se quase sempre à sua própria comunidade. Este fechamento dificulta também a circulação de informações de utilidade pública, fazendo com que os moradores desconheçam e não se beneficiem de serviços públicos e projetos assistenciais e culturais presentes nas demais comunidades, recorrendo muitas vezes a serviços e instituições *fora* de Acari, fisicamente mais distantes.

O contraste entre a minha percepção inicial dos espaços e a percepção dos moradores demonstra que o mesmo ambiente não é vivenciado da mesma maneira por indivíduos ou grupos diversos, pois esta vivência está diretamente relacionada à sua experiência cotidiana, à dimensão do vivido. Segundo Mello e Vogel (1983), um sistema de espaços existe em conexão com um sistema de valores e ambos são impensáveis sem a existência de um sistema de atividades, ou

seja, de uma prática efetiva de valores e espaços. Nesse sentido, penso Acari tanto como um *espaço* - algo que tem uma existência material, com propriedades mas sem qualidades - quanto como um *lugar* - algo que é simbolizado, habitado, valorado, sentido e constantemente recriado pelos indivíduos (Briggs, 1972), ou seja, como um espaço simultaneamente físico e simbólico.

No que tange às referências comuns na representação simbólica dos moradores das quatro comunidades, podemos dizer que a maior delas se referia justamente a uma instituição que não se situava no interior de nenhuma delas, embora estivesse bastante próxima principalmente de Parque Acari, localizando-se na Avenida Automóvel Clube, em frente à estação do metrô.

Refiro-me aqui à antiga Fábrica da Esperança, uma organização não-governamental ligada a uma federação de igrejas evangélicas, liderada pelo famoso pastor Caio Fábio. Ocupando as antigas instalações da indústria Formiplac, esta era a maior construção de Acari, com seis andares e uma grande área de extensão. Do alto de seu prédio era possível ter-se uma visão panorâmica de toda a região. Criada em 1994, a Fábrica era uma das mais importantes ONGs do país, tendo sido até prestigiada com a presença do Presidente da República em sua inauguração. Disponha de creche, atendimento médico, cursos profissionalizantes e diversos projetos sociais para crianças e adolescentes de Acari, sendo seu objetivo final “tirar os jovens do tráfico”, segundo me afirmou uma ex-funcionária⁴⁸. Participar de seus projetos era sinônimo de *status* entre os jovens. Em consequência de falhas na sua administração e no controle do uso dos recursos, a Fábrica foi desativada, gerando grande insatisfação entre os moradores⁴⁹. Estes sempre lembram-se dela com saudade, descrevendo-a como um marco na vida e na história da comunidade. Após passar para o domínio da prefeitura, o prédio da Fábrica foi implodido em 2002 para dar lugar a um hospital público. Este processo foi acompanhado com grande comoção pelos moradores, inclusive por crianças, que me disseram ter chorado ao presenciar a implosão.

⁴⁸ A Fábrica da Esperança chegou a ter 55 projetos sociais graças a parcerias com o Governo do Estado, empresários e outras entidades.

⁴⁹ Na verdade, o projeto começou a decair junto com a queda do prestígio de seu coordenador, o pastor Caio Fábio, apontado em 1998 como divulgador do dossiê Cayman, sobre uma suposta conta de políticos num paraíso fiscal.

Outra referência comum é a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA), localizada do outro lado da Avenida Brasil, onde muitos moradores de Acari trabalham como balconistas e carregadores⁵⁰.

Uma referência de outra ordem é a semelhança das inscrições presentes nas ruas e construções das quatro comunidades. Em seu estudo sobre o que denomina “os símbolos acarianos”, Souza (2001) identifica uma grande variedade de pinturas de cunho religioso e símbolos de etnicidade nas ruas e becos de Acari: salmos bíblicos, imagens de Nossa Senhora Aparecida, pinturas e orações de São Jorge, São Cosme e Damião e Doum, desenhos e escritos em alusão a times de futebol, como Flamengo e Vasco, além da frequente inscrição das iniciais “T.C”, de Terceiro Comando, anunciando ao visitante desprevenido a facção criminosa que comanda o tráfico de drogas na área. Conforme mostra o autor, mesmo no conjunto Amarelinho, que busca se diferenciar das favelas, podemos encontrar os mesmos símbolos presentes em Parque Acari, Vila Rica e Vila Esperança, como salmos bíblicos escritos nas paredes dos prédios, desenhos alusivos ao Flamengo, pinturas de São Jorge, Nossa Senhora Aparecida, São Cosme e Damião e Doum, além da habitual inscrição “T.C”.

Diante do quadro geral exposto, podemos assegurar que estas semelhanças não fazem de Acari um espaço homogêneo. “A favela de Acari” que parece não existir para os moradores, existe, no entanto, para a mídia e o restante da cidade, que a concebem como uma totalidade estereotipada, negligenciando assim suas diferenciações internas. Tudo que acontece em seu entorno é noticiado nos jornais simplesmente como tendo ocorrido em Acari⁵¹. Dessa forma, Acari foi sendo representado no imaginário social urbano com uma imagem negativa, construída principalmente a partir do destaque no cenário nacional dos seguintes acontecimentos:

- O reconhecimento de um intenso tráfico de cocaína, chefiado pelo traficante Cy de Acari, conhecido por sua política “assistencialista” (Souza, 2001). Essa política foi também adotada, por outros chefes do tráfico, como o famoso Jorge Luís. Criados na própria localidade,

⁵⁰ Segundo informações da Secretaria Municipal de Habitação, a CEASA é inclusive a proprietária de uma grande parte do terreno ocupado pelos moradores de Acari, obtido através de convênio com o antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

⁵¹ Um exemplo é o de uma emboscada montada por traficantes contra um comboio da polícia militar, atingindo 14 carros e ferindo 12 pessoas em outubro de 2003. Embora o fato tenha ocorrido na Avenida Martin Luther King Jr, no Morro da Pedreira, que compõe o chamado Complexo de Acari, o mesmo é noticiado apenas como tendo ocorrido “em Acari” (O Globo, Rio, 21/10/03).

esses primeiros traficantes utilizavam seu poder e dinheiro para ajudar e atender às necessidades da sua comunidade, pagando aluguel de quem não tinha condições financeiras, comprando remédios para os doentes e promovendo festas. A comunidade, por sua vez, lhes retribuía com gratidão, respeito e apoio às suas ações⁵². No início dos anos 80, Acari já era então controlado por quadrilhas de traficantes, configurando-se como um dos principais alvos das temidas incursões policiais. Segundo moradores antigos, antes dessa época o consumo e tráfico de drogas existiam de forma mais fragmentada e velada na localidade. Os indivíduos envolvidos nestas atividades tinham maior respeito pelos moradores, sentindo-se mesmo envergonhados de serem flagrados com drogas pelos mais velhos e líderes religiosos. Hoje eles parecem ter rompido com essa regra de convivência, manipulando drogas e armas de fogo na frente de crianças, mulheres e idosos, sem exibirem qualquer preocupação com a discrição. *Não há mais o respeito de antes*, lamentam os moradores mais antigos, desejosos de abandonarem a comunidade.

- A existência da conhecida “Feira de Acari”, que no final da década de 1970 e início dos anos 80 funcionava próximo à Parque Acari. Conhecida por vender produtos e peças de automóveis roubados, a feira foi jocosamente apelidada de “Robauto”. Proibida em 1996 pelo poder público, hoje funciona em seu lugar a Feira Comunitária⁵³, onde todo domingo são comercializados gêneros alimentícios em geral como frutas, verduras, legumes e carnes, além de utensílios domésticos, roupas e pequenos objetos. Tendo todas as características de uma grande feira tradicional, a variedade de produtos e o preço baixo atraem muitas pessoas, inclusive moradores de bairros vizinhos, fazendo do domingo um dia especialmente agitado em Acari.

- O caso do desaparecimento de onze jovens, alguns moradores de Acari, depois de sequestrados num sítio no município de Magé, em julho de 1990. Ao que as investigações indicavam, os jovens, dos quais três eram assaltantes de cargas, haviam sido assassinados por policiais militares, que dias antes os ameaçaram de morte pelo não recebimento de uma parte de uma propina⁵⁴. Ainda sem desfecho, este caso culminou no surgimento de um movimento de mulheres que ficou conhecido internacionalmente como “Mães de Acari”, que cobrava a

⁵² A gratidão da comunidade pôde ser vista no enterro de Jorge Luiz em meados de 1996, onde estiveram presentes 3000 pessoas, que seguiam num cortejo de treze ônibus para o último adeus.

⁵³ A feira, realizada em Parque Acari, próximo à Avenida Automóvel Clube, é dita “comunitária” apenas pelo fato de a diretoria da associação de moradores ter conseguido a isenção de impostos e licença para os feirantes.

⁵⁴ Para maiores informações sobre o caso, consultar Nobre (1994).

apuração das mortes e a punição dos culpados. Comparadas às *Madres da Plaza de Mayo*, estas mulheres transpuseram a dor do âmbito familiar para o domínio público, politizando seu sofrimento e tornando-se símbolos mundiais da luta pelos direitos humanos (Nobre, 1994). Até hoje não se encontrou nenhum dos corpos dos desaparecidos nem ninguém foi punido, exceto o próprio movimento, com o assassinato brutal de sua líder, a “mãe” Edméia, em janeiro de 1993.

- A ocupação de Acari envolvendo 400 policiais civis em 26 de abril de 1996. Conforme descreve Souza (2001), quatro meses antes, a “favela de Acari”, juntamente com as favelas de Vigário Geral e Parada de Lucas, foi reconhecida pelo secretário de segurança do estado do Rio de Janeiro, general Nílton Cerqueira, como “zona vermelha”, ou seja, área onde há um “alto grau de perigo”. Segundo o autor, a ocupação de Acari teria sido fruto de uma conjuntura muito especial, envolvendo a opinião pública e o destaque dado ao tema da violência urbana, o *ethos* militar imposto ao aparelho de segurança pública; e as eleições municipais a serem realizadas seis meses depois. Para Benjamim (1998), a ocupação teria sido motivada pela descoberta de um engenhoso depósito de armas e drogas numa casa de Acari e principalmente pela morte, após a prisão, do traficante Jorge Luís, que ali controlava o tráfico nesta época. Este último fato teria deixado Acari “acéfala”, sendo então esperada uma guerra entre quadrilhas na disputa do espaço, que poderia ser evitada pela ocupação policial. Pois como afirmou o então chefe da Polícia Civil⁵⁵, “já que todo mundo queria tomar Acari, nós tomamos primeiro” (*op. cit.*, p.99). Após um levantamento minucioso, os policiais chegaram às três da manhã do dia previsto à Acari, que em duas horas já estava tomada. Como foi dito anteriormente, os policiais usaram como base de operações um prédio que, segundo os moradores, havia sido construído por traficantes. A operação manteve durante dois meses cerca de 40 policiais civis por dia em Acari, estabelecendo um convívio relativamente pacífico com os moradores, evitando-se o uso da violência e a repressão indiscriminada. De acordo com os moradores, a ocupação havia realmente trazido de volta a tranquilidade em Acari. Por esse motivo, o fim da operação foi fortemente lamentada, sobretudo com a posterior chegada dos policiais militares, que os moradores tanto temiam. Após o curto período da ocupação, os moradores voltaram a se sentir duplamente desprotegidos. De um lado, pelos riscos que a presença dos traficantes (estes agora cada vez menos vinculados à comunidade) lhes impunham, e de outro, pelo medo das ações truculentas e

⁵⁵ Hélio Luz foi chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro entre junho de 1995 e setembro de 1997.

arbitrárias dos policiais militares, que, por não reconhecerem e nem agirem de acordo com a distinção entre *trabalhadores* e *bandidos* (Zaluar, 1985) acabavam sendo vistos como inimigos, ironicamente batizados pelos moradores de *comando azul*.

- Em 2001, Acari destacou-se na mídia como “o pior bairro do Rio de Janeiro”, conforme apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio, elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e a Prefeitura da Cidade. Este relatório apontou Acari como o bairro com pior índice de desenvolvimento humano (IDH), comparado aos países mais pobres da África⁵⁶. As desigualdades constatadas pelo relatório foram amplamente divulgadas nos meios de comunicação. Oportunamente, um jornal popular abordou o assunto convidando uma família de moradores de Acari para passar um dia na Lagoa, apontada como o melhor bairro do Rio na pesquisa. A matéria, intitulada “96 anos em 1 dia”, procurou mostrar o abismo existente entre os dois bairros, afirmando que para Acari alcançar o índice de desenvolvimento humano da Lagoa seria necessário quase um século. Na foto, a família de Acari - um casal e seus três filhos, todos negros - aparece num pedalinho sob a forma de um imponente cisne branco na Lagoa Rodrigo de Freitas. Embora fascinados com tudo o que viram, o senhor de 45 anos que há 14 mora em Acari resume a opinião geral da família: “não quero me mudar para a Lagoa, mas os direitos sociais são iguais”⁵⁷. Entre os demais moradores, a pesquisa repercutiu negativamente, sendo por eles vista como mais uma forma de *desmoralizar* Acari, ratificando a sua *imagem ruim*. De todo modo, é interessante notar como essa entrada de Acari novamente em cena despertou, nesse contexto, uma série de iniciativas governamentais.

A partir da divulgação dessa pesquisa, Acari passou a ser um dos focos principais das políticas de assistência social, como a construção do primeiro restaurante popular municipal e a ampliação da distribuição de benefícios como o Cheque-Cidadão⁵⁸. Cabe lembrar que no ano

⁵⁶ O índice de desenvolvimento humano (IDH) é calculado através da renda familiar *per capita*, da expectativa de vida, da taxa de alfabetização de maiores de 15 anos e do número médio de anos de estudo.

⁵⁷ Maria, Eliane. 96 anos em um dia – família de Acari vai à Lagoa e vê de perto a diferença constatada em relatório da ONU. Extra, Rio de Janeiro, 1 abr. 2001. Geral, p. 11.

⁵⁸ Programa do Governo do Estado que atende cerca de 45.000 famílias com renda *per capita* inferior a R\$50,00/mês. Através das instituições religiosas nas próprias comunidades, as famílias beneficiadas recebem um cheque mensal de R\$100,00 a ser trocado nos supermercados cadastrados por produtos alimentícios, não podendo ser usado para compra de bebidas alcoólicas nem cigarros.

seguinte seria disputada a eleição para o Governo do Estado e que, com essa visibilidade, Acari poderia ser uma vitrine importante na campanha pela continuidade desse grupo político no poder.

Da mesma forma, a prefeitura também começou nesse momento a priorizar Acari em suas ações e programas. Dois exemplos são nesse sentido de grande importância por atingir de forma direta a vida de praticamente todos os moradores de Acari, buscando atender algumas de suas maiores necessidades: saúde pública e infra-estrutura urbana. Assim, segundo as últimas previsões da prefeitura, em 2005 a localidade passará a abrigar no terreno da antiga Fábrica da Esperança o primeiro hospital municipal da Zona Norte (H. M. Ronaldo Gazola), apontado como podendo ser um dos maiores e mais completos hospitais gerais do país⁵⁹. Além disso, já no início de 2003 Acari começou a receber as obras de intervenção do Programa Favela-Bairro, que tem como meta integrar as favelas à cidade, dotando-a de infra-estrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais⁶⁰.

Conforme apontado no início do capítulo, Acari está estrategicamente situado na confluência de duas importantes avenidas e diferentes bairros, sendo servido de um diversificado comércio e de opções de transporte público para qualquer ponto da cidade, contando assim com a vantagem de *ter tudo perto*, como dizem os moradores.

Embora a partir de 2002 a localidade começasse a sofrer um processo especial no que tange aos investimentos do poder público, sobretudo do governo municipal, sua integração com a cidade ainda é, sob alguns aspectos, frágil. Por mais que tenham se enraizado na localidade e se apropriado dos espaços, tendo ao longo de décadas inclusive construído diversas iniciativas e projetos nas comunidades, os moradores não gozam plenamente de seu estatuto de cidadão, sendo este inclusive visto como privilégio de poucos⁶¹.

⁵⁹ Na verdade, embora sua construção já estivesse finalizada desde a metade de 2004, sendo prevista sua inauguração no mesmo ano, até fevereiro de 2005 o hospital ainda não havia sido inaugurado, restando a instalação de equipamentos e alocação de funcionários. Nessa época, moradores me diziam que os médicos estavam se recusando a trabalhar no hospital por considerarem Acari uma “área de risco”, alegando que a prefeitura não lhes garantia a segurança necessária.

⁶⁰ Informações mais completas sobre a organização e estrutura do Programa Favela-Bairro constam no capítulo seguinte, mas a prefeitura disponibiliza informações no site <http://www.rio.rj.gov.br/habitação/favela_bairro.htm>.

⁶¹ No grupo de adultos que coordenava no projeto da UFF, muitos moradores entendiam cidadania como um privilégio, especialmente daqueles que possuem maior escolaridade e ocupam uma posição social de maior prestígio ou autoridade, não se identificando nesse ponto de vista como cidadãos.

O fato de não possuírem, por exemplo, o título de propriedade do terreno que ocupam - embora sua garantia seja um dos objetivos incutidos no Programa Favela-Bairro, como veremos no capítulo seguinte - impede os moradores de serem *beneficiados* com alguns direitos cidadãos. Como diz uma líder local, *nós só temos os tijolos, não somos proprietários de nada*. Ainda que se sinta dona de sua casa, no sentido de que em cada tijolo que foi sendo acrescentado estão contidos os esforços e as alegrias de sua vida naquele lugar, para ela, não ter esse reconhecimento do ponto de vista do Estado inibe o exercício de seu direito de poder reclamar e exigir qualidade na prestação de serviços públicos.

Além desse reconhecimento legal, os moradores demandam um reconhecimento social, em que lhes seja concedido tratamento igualitário e respeito. A imagem negativa que Acari continua a evocar no imaginário social urbano e a ausência de políticas sociais abrangentes faz com que eles sejam estigmatizados por *morar na favela* e frequentemente se refiram à sua comunidade como *esquecida* pelos governantes e *atrasada* em relação às demais regiões da cidade. Comparam Acari inclusive às favelas da Zona Sul, que, se também não contam muito com o poder público no suprimento de suas necessidades, ao menos dispõem de um grande número de iniciativas da sociedade civil organizada.

Desse modo, parece, portanto, que não basta constatar a necessidade de obras de intervenção urbana e de garantia de direitos básicos como saúde, educação e saneamento que assegurem uma melhor qualidade de vida para os moradores. É preciso reconhecer a existência das inúmeras fronteiras simbólicas que separam a *favela* do *bairro*, mesmo quando ambos se situam literalmente no mesmo plano.

Apenas dispondo de uma lógica que englobe ao mesmo tempo sua semelhança e sua diferença em relação aos demais espaços urbanos, poderemos compreender que Acari é a cidade, mas também é uma *comunidade*, que seus moradores são cidadãos da *polis*, mas esta por vezes os ignora. Por tudo isso, é preciso relativizarmos a relação de Acari com a cidade, deslocando nosso olhar etnocêntrico e desmembrando a própria noção de distância. Só assim poderemos compreender, como diz a moradora na epígrafe do capítulo, porque Acari é, ao mesmo tempo, *perto e longe*.

Capítulo III:

O Programa Favela-Bairro na história das políticas públicas direcionadas às favelas da cidade do Rio de Janeiro

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lútreis de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim.

E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”
(Trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, 19/05/68)⁶²

“É preciso remover as favelas que surgem por aí diariamente e tranquilizar aqueles que ainda desejam morar e investir na cidade ainda maravilhosa”
(Trecho da carta de um leitor ao Jornal O Globo, 26/07/04)

Após descrever o cenário onde se desenvolve a maior parte da pesquisa, apresento neste capítulo o programa de intervenção urbana que nele será analisado, abordando sua constituição, objetivos, estrutura e organização. Para compreender os princípios e mentalidade que conduzem essa proposta de intervenção nas favelas, considero que não é possível desvincular o Programa Favela-Bairro do próprio contexto histórico das políticas públicas voltadas a esses espaços. Nesse sentido, antes de descrever o programa, situo-o nesse contexto, buscando assinalar as semelhanças e diferenças na maneira de conceber as favelas no ambiente da cidade.

A história das favelas coincide com a história do Rio de Janeiro. Do seu surgimento na passagem para o século XX⁶³ até hoje, as favelas passaram a compor a paisagem da cidade, tornando-se indubitavelmente sua marca. Mas uma marca indesejável desde que surgiu, um tumor a ser extirpado do corpo da cidade, quando esta ainda era capital federal e espelhava-se nos

⁶² Jesus, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1983 (10ª edição).

⁶³ Diversos estudos apontam o surgimento da primeira favela por volta de 1900, no Morro da Providência. Por falta de opção, mas com a permissão do Ministério da Guerra, o morro começou a ser ocupado por famílias de soldados de vários estados que, após a campanha de Canudos, haviam seguido para o Rio de Janeiro à procura de apoio e assistência do Governo Federal. Promessas oficiais descumpridas, atrasos e indiferenças obrigaram-os a se adaptar ao “precário habitat” (Medina, 1964).

padrões urbanos europeus⁶⁴. Mesmo assim, as favelas não pararam de crescer e se multiplicar, complexificando-se cada vez mais em termos de organização interna e diversidade social.

Passado mais de um século, sua contribuição econômica, política e cultural para a história do Rio de Janeiro é inegável, embora ainda persista no imaginário social urbano uma representação negativa das favelas e seus habitantes. Se, por um lado, as favelas deixaram de se constituir em um problema sanitário ou moral, tornando-se reconhecidamente uma questão que transcende o problema do déficit habitacional, por outro, aparecem hoje com frequência na mídia como a “caixa-preta” da política de segurança pública, foco transmissor da violência e da criminalidade na cidade⁶⁵.

A persistência desta representação negativa das favelas nos remete à sua história enquanto objeto de práticas autoritárias e de diferentes modalidades de controle, seja por parte do poder público, seja por parte de instituições sociais, como a Igreja católica. O propósito deste capítulo de situar o Programa Favela-Bairro na história das políticas públicas direcionadas às favelas cariocas nos conduz, inevitavelmente, a tentar reconstituir esse percurso, evidenciando as representações que regeram (e regem) as intervenções do Estado sobre estes espaços.

Embora focalize as políticas públicas, não há como desprezar a atenção dispensada pela Igreja católica às favelas, pois, sendo uma das primeiras instituições a intervir decisivamente sobre a vida e o destino de seus moradores, teve muitas de suas ações incentivadas e apropriadas pelo Estado. Enquanto para a Igreja católica as favelas representavam um campo privilegiado para realizar a educação moral e cristã junto aos pobres - vistos como carentes de orientação -, para o Estado elas representaram durante muito tempo um inimigo interno a ser combatido. De modo geral, podemos dizer que a descoberta do “problema favela” pelo poder público surgiu

⁶⁴ Analisando documentos de 1900 no Arquivo Nacional, Zaluar e Alvito (1998) concluem que, diferentemente do que se afirma com frequência na literatura sobre a favela, esta começou a ser percebida como um “problema” – sanitário e policial – praticamente no momento em que surgiu, quando os morros da cidade já eram vistos pela polícia e por alguns setores da população como locais perigosos e refúgios de criminosos.

⁶⁵ É interessante notar a persistência dessa representação através das cartas de leitores dos jornais. No jornal O Globo, uma leitora acusa as favelas de estabelecerem um clima de guerra na cidade, defendendo sua extinção como a solução para o problema da insegurança da classe média urbana: “*é urgente remover favelas, barreiras humanas para encastelar traficantes, palco de tragédias em épocas de chuva, exemplos internacionalmente divulgados da péssima qualidade de vida que nossa sociedade oferece aos seus pobres. Nossas favelas hoje só atendem aos interesses de políticos, religiosos e bandidos. Para os cariocas, andar por vias expressas cercadas de favelas como Avenida Brasil, linhas Amarela, Vermelha e outras é como andar em Bagdá*” (23/01/04).

muito mais do incômodo que causava à urbanidade da cidade do que de uma postulação de seus moradores (Burgos, 1998).

De acordo com Carvalho *et al* (1998), as intervenções públicas nas favelas do Rio de Janeiro remontam à década de 1940, com a experiência de remoção de algumas favelas do centro da cidade e a transferência de seus moradores para os chamados “Parques Proletários”, durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), no primeiro período do Governo Vargas.

Nessa primeira política habitacional formalmente destinada às favelas, o problema era concebido numa abordagem sanitária, na qual a sua erradicação era justificada como uma ação de saúde pública, já que estes espaços eram tidos como impróprios e insalubres. Cabe lembrar, contudo, que o próprio Código de Obras de 1937, o primeiro a reconhecer legalmente a existência das favelas, já as definia como “aberração” e propunha a sua eliminação e substituição por “núcleos de habitação de tipo mínimo”, orientando a construção de habitações proletárias para serem vendidas a pessoas reconhecidas como pobres (Leeds; Leeds, 1978). Foi a partir dessa orientação que se concebeu a experiência dos parques proletários, cuja moldura é a representação dos habitantes das favelas não como possuidores de direitos, mas como “almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (Burgos, 1998, p.28). É nesse sentido que Leeds e Leeds (1978) afirmam que a autoridade da administração dos parques sobre os moradores era total, sendo respaldada por diversos mecanismos de controle⁶⁶.

O objetivo deste projeto de higienização das favelas era transferir suas populações para alojamentos temporários, enquanto se construía nos locais das favelas as casas definitivas, de alvenaria. No entanto, o projeto não concretizou seu objetivo, sendo construídos, entre 1941 e 1943, apenas três parques proletários (nos bairros da Gávea, do Caju e do Leblon), que, ao invés de temporários, tornaram-se moradia definitiva das populações transferidas, passando, anos mais tarde, a ser também considerados favelas.

⁶⁶ Por exemplo, os moradores tinham carteiras de identificação que deviam apresentar à noite nos portões guardados, que eram fechados às 22hs, e toda noite, às 21hs, o administrador falava num microfone aos moradores sobre acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para dar as “lições morais” julgadas necessárias (Leeds; Leeds, 1978).

Diante de um suposto plano autoritário da prefeitura de remover todos os favelados para os parques, os moradores das favelas começaram a se organizar politicamente, criando, em 1945, as comissões de moradores como resistência ao deslocamento forçado, conquistando ainda o apoio de diferentes segmentos da intelectualidade. Segundo Burgos (1998), esse impulso organizativo dos favelados foi suficiente para despertar nos setores conservadores da cidade o velho temor da revolta das massas, que, reforçado pelo crescimento do Partido Comunista na época, era traduzido no *slogan* “é necessário subir o morro antes que os comunistas desçam”.

Preocupada com a infiltração comunista nas favelas e com a perda de sua hegemonia na condução do problema da pobreza urbana, a Igreja Católica buscou intensificar sua ação nas favelas. Para isso, criou, em 1946, através da Arquidiocese do Rio de Janeiro e com o apoio da prefeitura, a Fundação Leão XIII, com o objetivo de “dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro” (Burgos, 1998, p.29). Contrapondo-se à pedagogia populista e autoritária estado-novista, a Fundação combinava a perspectiva moralizante da Igreja ao estímulo do associativismo das favelas (Carvalho *et al*, 1998). Ao invés da repressão e da coerção, defendia-se a persuasão e a negociação, considerando que as favelas deveriam ser recuperadas e seus respectivos moradores reeducados através do trabalho de “pessoas treinadas na compreensão da psicologia dos favelados” (Fundação Leão XIII, 1955)⁶⁷.

Entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII atuou em 34 favelas, onde criou centros sociais, escolas e ambulatórios, além de implantar em algumas delas serviços básicos como luz, água e esgoto. Embora reforçasse a luta contra o remocionismo, o trabalho assistencialista da Fundação Leão XIII não deixou de introduzir novas formas de controle do mundo popular, baseadas em um amplo movimento de cristianização das “classes pobres” (Carvalho *et al*, 1998).

Motivada pela crescente politização do problema favela, a Arquidiocese do Rio de Janeiro fundou ainda, em 1955, a Cruzada São Sebastião, com o intuito de dar “solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro”. Visando uma atuação mais incisiva, buscava-se desenvolver “uma ação educativa de humanização e cristianização no sentido

⁶⁷ De acordo com relatórios da instituição, para “cuidar da melhoria humana dos nossos irmãos favelados”, a Fundação Leão XIII defendia que “antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança, prestar-lhes serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva, senão convivendo com eles, partilhando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigos deles e lhes apontando caminhos novos para a sua vida atribulada” (Fundação Leão XIII, 1955).

comunitário, partindo da urbanização como condição mínima de vivência humana e elevação moral, intelectual, social e econômica” (III Congresso Brasileiro de Serviço Social, 1965 *apud* Slob, 2002, p.27).

Diferentemente da Fundação Leão XIII, a Cruzada empenhou-se em realizar um programa habitacional e de saneamento nas favelas, tendo grande atuação em diversas delas entre 1955 e 1960⁶⁸. Tal empenho conferiu à Cruzada um papel importante enquanto representante da população favelada junto ao Estado, o que não impediu, entretanto, a chegada dos próprios moradores das favelas à arena política (Burgos, 1998)⁶⁹.

A reação da administração municipal a essa politização do problema favela veio logo depois, em 1956, com a criação do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Higiênicas (SERFHA). Sem recursos, a atuação do SERFHA restringiu-se inicialmente a apoiar algumas iniciativas da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião, respaldando da mesma forma a concepção da favela como um problema moral. Desse modo, pode-se dizer que, na década de 1950, o recuo da ofensiva remocionista imobilizou o poder público, cedendo à Igreja Católica praticamente o monopólio da intervenção nas favelas (Carvalho *et al*, 1998). Após uma reestruturação em 1960, o SERFHA trouxe a prefeitura novamente à cena, tornando-se assim “o primeiro organismo oficial voltado precisamente para a urbanização das favelas” (Valladares, 1978, p.23).

Entre 1961 e 1962, o SERFHA buscou uma aproximação com as favelas, estimulando inclusive a formação de associações de moradores, mediante um acordo com este órgão. Apesar de buscar promover a comunicação e cooperação entre o poder público e as favelas, na prática o que se configurava era apenas a substituição da Igreja pelo Estado, mantendo-se a tendência a subordinar politicamente os moradores das favelas⁷⁰. De acordo com Burgos (1998, p.33), “no

⁶⁸ Uma das empreitadas mais conhecidas da Cruzada São Sebastião neste período é a construção de um conjunto de prédios, apelidado de “cruzada”, na antiga Praia do Pinto (Leblon), constituindo-se na “primeira experiência de alojamento de favelados nas proximidades da própria favela” (Valladares, 1978, p.23). Sobre essa experiência, consultar: Slob, 2002.

⁶⁹ Conforme destaca este autor, a atuação da Cruzada São Sebastião como interlocutor dos moradores das favelas junto ao Estado, por exemplo nas negociações com a prefeitura contra a remoção de algumas favelas, não impediu que, em 1957, os moradores das favelas criassem uma entidade autônoma para negociar seus interesses e lutar por melhores condições de vida: a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal.

⁷⁰ Segundo Burgos (1998, p.31), “revelador disso é o acordo que cada uma das novas associações é obrigada a assinar com o SERFHA, pelo qual assumem um caráter híbrido, que confunde sua identidade de representante dos moradores com a de interlocutores do Estado junto aos mesmos”. Por exemplo, um dos compromissos assumidos

lugar da estratégia católica de formar lideranças tradicionais, o Estado oferece uma alternativa com resultados mais imediatos – a cooptação de lideranças”. De todo modo, esta experiência pioneira de um diálogo relativamente aberto entre favelas e governo durou pouco mais de um ano, sendo abruptamente interrompida pela demissão de seu coordenador, José Arthur Rios, pelo então governador Carlos Lacerda, em meio a uma onda de protestos públicos⁷¹.

Conforme podemos perceber, até a década de 1960 todos os projetos e intervenções realizados nas favelas do Rio de Janeiro giraram em torno de duas tendências de ação – extinção ou introdução de melhorias nas favelas - não havendo chegado a uma solução de seu melhoramento ou de sua extinção definitiva (Valladares, 1978). Porém, a partir dos anos 1960, quando o Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal, inaugurou-se uma nova forma de tratamento das favelas, motivada pela completa reorganização dos serviços sociais do então instaurado Estado da Guanabara.

Com o fim do SERFHA em 1962, a administração de Carlos Lacerda (1960-1965) criou no mesmo ano a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB), cuja missão era construir unidades habitacionais para famílias de baixa renda⁷². Inicialmente, a COHAB manteve as duas perspectivas frente ao problema favela - a urbanização e a remoção -, até finalmente priorizar a segunda como a melhor solução. Assim, entre 1962 e 1965, a COHAB tentou urbanizar algumas poucas favelas, sendo que sua maior realização foi a construção de quatro conjuntos habitacionais destinados a abrigar ex-moradores de favelas removidas das áreas centrais: Cidade de Deus, em Jacarepaguá, Vila Kennedy, em Senador Camará, Vila Aliança, em Bangu, e Vila Esperança, em Vigário Geral. Contando com financiamento de uma agência internacional, a COHAB, portanto, iniciou uma era de erradicação na política relativa à favela tanto a nível estadual quanto nacional, apesar dos objetivos expressos de dar assistência às

pelas associações seria o de “contribuir para a manutenção da ordem e o respeito à lei nas favelas, garantindo, ainda, o cumprimento das determinações da coordenação e do governo”.

⁷¹ De acordo com Leeds e Leeds (1978), tal fato teria sido motivado pelo interesse de legisladores poderosos que sentiram-se ameaçados o suficiente com a possível independência política dos moradores das favelas para pedir a demissão de Rios a Lacerda, que assim obedeceu. Já para Burgos (1998), a demissão de Rios foi motivada pelo fato de que o SERFHA trazia a marca do governo anterior, tendo sido criado durante a rápida gestão de Negrão de Lima (1956-1957), na prefeitura da então capital federal, nomeado por Kubitschek.

⁷² Após 1964, a COHAB tornou-se um órgão nacional, mas organizado a nível estadual.

favelas para melhorar, construir casas e, com a ajuda da subordinada Fundação Leão XIII, urbanizar (Leeds; Leeds, 1978)⁷³.

Considerando que a favela era uma solução extremamente funcional⁷⁴ para a maioria de seus moradores e que, com o golpe militar em 1964, o governo federal passou a dispor do poder, da centralização e dos recursos para sua erradicação total⁷⁵, o fortalecimento da resistência popular à remoção forçada dos moradores para os conjuntos distantes do centro da cidade era inevitável. Fato que acabou se refletindo nas eleições estaduais de 1965, com a vitória de Francisco Negrão de Lima representando a oposição ao governo militar⁷⁶.

Nesse período seguinte, Valladares (1978) destaca que a política direcionada às favelas foi, num certo momento, marcada pela ambiguidade. Enquanto a COHAB, órgão estadual, desenvolvia sua ação no sentido da remoção das favelas e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais, a administração municipal de Negrão de Lima criava, em 1968, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO), composta por um grupo de intelectuais interessados em viabilizar uma proposta de urbanização democrática das favelas. Segundo a autora (*op. cit.*, p.25), “a existência simultânea desses dois organismos, sob uma mesma administração, com objetivos tão diametralmente opostos com relação a uma questão única – a favela -, é exemplo evidente da enorme contradição que até então sempre se verificava na prática de uma política de favela”.

⁷³ Através do chamado “Acordo do Trigo”, a USAID, United States Agency for International Development, teria destinado uma verba de três milhões de dólares para a realização de obras de urbanização de favelas e construção de habitações de baixo custo (Valladares, 1978). No entanto, como advertem Leeds e Leeds (1978), a jogada de Lacerda para obter apoio internacional e a tentativa de urbanização de favelas e sua posterior remoção devem ser vistas no contexto da política nacional pré-golpe militar, pois foi devido ao seu interesse em disputar a presidência que Lacerda teria julgado oportuno seguir uma linha mais conservadora nos anos 60.

⁷⁴ Algumas vantagens funcionais da favela descritas por Medina (1964) seriam: a ausência ou o reduzido pagamento de aluguel, a ausência de despesa com transporte, e a maior facilidade de encontrar emprego fora dela ou de, pelo seu volume populacional, prestar serviços pagos aos demais moradores.

⁷⁵ Segundo Perlman (1977), a principal instituição através da qual o governo canalizava este poder era o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 para dirigir, disciplinar e controlar o financiamento de um sistema habitacional destinado a promover a casa própria para as famílias brasileiras, especialmente as de rendas inferiores, cuja função, a nível estadual, ficaria a cargo da COHAB, com os recursos emprestados pelo BNH.

⁷⁶ Também como resultado dessa resistência à remoção, temos a criação, em 1963, da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, com a finalidade de representar os interesses de todos os favelados, divulgar suas razões de oposição à remoção, tomando uma posição política frente a ela e, ainda, ajudar a organizar os moradores, para o auxílio mútuo (Perlman, 1977). Como resposta a esse amadurecimento organizacional das favelas, o Estado começou a criar novos mecanismos para o seu controle político, sendo o principal deles a reforma da Fundação Leão XIII que, no mesmo ano, passou de órgão vinculado à Igreja a autarquia do Estado (Burgos, 1998).

O trabalho inovador desenvolvido pela CODESCO não chegou, entretanto, a se concretizar de forma mais ampla⁷⁷, sendo interrompido, ainda em 1968, com a criação, pelo governo federal, de um órgão que assumiria a função de ditar uma política única de favela para os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Na contramão do projeto da CODESCO, que apostava na capacidade organizativa e participativa dos moradores das favelas, a CHISAM defendia a construção de conjuntos habitacionais para a extinção total das favelas, as quais definia como um “espaço urbano deformado”, habitado por “uma população alienada da sociedade por causa da habitação” (Burgos, 1998, p.36). Retornava-se assim, agora em âmbito nacional, à representação da favela presente nos anos 1940, retomando com toda força o viés remocionista⁷⁸. Entre 1968 e 1975, cerca de 60 favelas foram destruídas e em torno de 100 mil pessoas foram removidas, número que não chegou a abalar o seu acelerado ritmo de crescimento⁷⁹.

Durante a década de 1970, percebia-se um esvaziamento da política remocionista, ocasionado pelo alto custo financeiro e político destas operações. Ao longo desse processo, podemos dizer que, quanto mais se intensificava a repressão às favelas por parte do poder público, maior era a capacidade de resistência de seus moradores, o que acabava por contribuir para o próprio fracasso dos programas⁸⁰.

⁷⁷ A CODESCO realizou, com sucesso, três projetos de urbanização: Brás de Pina, Morro União e Mata Machado.

⁷⁸ Vale lembrar que, como aponta Valladares (1978), o programa de ação visando a liberação dos espaços ocupados pelas favelas teria ainda sido motivado por outros fatores, como o processo de especulação imobiliária que acompanhou o ritmo de crescimento urbano e “os interesses da Cidade”, calcados numa postura da classe média e da imprensa que estigmatizava as favelas como “núcleos marginais da sociedade” e via o favelado como “parasita do Estado”. Além disso, a construção de habitações populares em larga escala visava atender o interesse de incrementar as atividades da construção civil no Rio de Janeiro no período.

⁷⁹ Lago (2000) mostra que a política de remoção de favelas implementada no período tinha claramente um caráter seletivo, completando um conjunto de ações públicas e privadas voltadas para a sobrevalorização das áreas centrais da Zona Sul, Tijuca e Méier, de onde foram removidos 70 % dos domicílios. Além da ação coercitiva, o poder público intensificou o controle sobre o processo de favelização na cidade, contribuindo assim para o redirecionamento dos fluxos migratórios para as periferias. Segundo a autora, essa tendência ao “fechamento” dos bairros nobres à população pobre e o consequente acelerado crescimento das periferias aprofundaram o modelo dual de segmentação social do espaço metropolitano, levando inclusive alguns estudiosos a preverem o desaparecimento das favelas no final dos anos 70, o que, no entanto, não se confirmou.

⁸⁰ Sobre a resistência à remoção, o interessante estudo de Valladares (1978) analisa as diversas estratégias encontradas pelos ex-moradores de favelas transferidos para conjuntos habitacionais para fazer frente às imposições do poder público, como por exemplo o atraso dos mutuários no pagamento das prestações, cuja média em todos os conjuntos chegou a 77%. Aliando a escassez de recursos a uma posição de recusa do programa oferecido, os moradores conseguiam driblar o sistema, permanecendo gratuitamente no conjunto por um determinado espaço de

Outro fator decisivo para esvaziar o remocionismo teria sido, conforme Burgos (1998), o deslocamento do público-alvo dos investimentos do BNH, que passou a utilizar grande parte dos recursos a princípio disponíveis para a remoção das favelas no financiamento de projetos habitacionais para as classes média e alta, o que lhes garantiria um retorno financeiro imediato. Além disso, como o remocionismo também tinha o objetivo implícito de dismantelar a organização política das favelas, pode-se considerar que isso já vinha sendo realizado com sucesso desde 1964⁸¹.

Assim, constata-se a partir da metade da década de 1970 uma nova dinâmica, resultante da acomodação de dois movimentos opostos: o controle exercido pelo poder público sobre o associativismo favelado e a resistência popular à remoção (Carvalho *et al*, 1998). Paralelamente a um certo apagamento das políticas públicas nas favelas⁸², passa a predominar neste período uma dinâmica clientelista, efeito direto da cena política anterior, combinando controle e troca de lealdade política por pequenos benefícios. Com a redemocratização do país, os moradores das favelas voltaram a representar um eleitorado importante, atraindo a atenção dos políticos, especialmente em épocas de eleições. Exemplar do poder eleitoral das favelas foi a vitória de Leonel Brizola nas eleições diretas para o governo do estado em 1982, enquanto uma alternativa à ditadura e ao clientelismo.

Segundo Carvalho *et al* (1998), a mudança da atmosfera política se fez refletir na postura da prefeitura em relação às favelas, que passou então a operar iniciativas importantes, tais como a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) - ainda na gestão do prefeito nomeado Israel Klabin -, com o objetivo de desenvolver serviços assistenciais nas favelas, e a realização de um Cadastro das Favelas da Cidade do Rio de Janeiro para funcionar como base de informações para as ações da recém-criada secretaria.

tempo. Quando se esgotavam as estratégias de burlar o sistema e as pressões institucionais passavam a restringir as ações individuais, ao mutuário não restava outra opção senão a onerosa volta à favela.

⁸¹ As transformações políticas ocorridas a partir de 1964, bem como a suspensão da maior parte das eleições, acarretaram o enfraquecimento do papel político-eleitoral das favelas. Com isso, as favelas “perderam seu maior poder de barganha” (Perlman, 1977, p.250) e tiveram muitas de suas entidades representativas capturadas pelo governo, o que teve como um dos efeitos mais perversos a inversão do papel das associações de moradores, que passaram de representantes dos moradores das favelas junto ao Estado a representantes do Estado junto àqueles.

⁸² Conforme afirma Burgos (1998), o PROMORAR teria sido o último programa integrado executado pelo governo militar em relação às favelas, optando pela sua urbanização.

A partir de experiências pontuais, a SMDS criou, em 1981, o Projeto Mutirão, uma tentativa de utilizar o sistema de mutirão para, através do trabalho voluntário dos moradores, realizar pequenas obras de acesso, pavimentação, água e esgoto nas favelas. Como preconizado pela SMDS, o objetivo final do projeto não era a intervenção urbanística, mas a promoção do desenvolvimento social, o que justificava sua ênfase na participação da comunidade.



Na fotografia acima (do arquivo pessoal de uma freira da Pastoral do Menor), vê-se moradores de Acari trabalhando em obras de esgoto na comunidade em 1981.

Descartando-se a alternativa da remoção em massa, cada vez mais reconhecida como autoritária e ineficaz, o debate em torno da polarização entre remoção e urbanização passa a ser substituído na década de 1980 pelo desafio de integrar as favelas ao restante da cidade.

Nesse sentido, o Governo Brizola desenvolveu diversas ações voltadas às favelas, das quais destacou-se o Programa de Favelas da Cedae (PROFACE), que, entre 1983 e 1985, levou sistemas de água e esgoto a cerca de 60 favelas, incorporando-as às redes dos seus bairros. Do ponto de vista da democratização das relações entre as favelas e a esfera estatal, as ações empreendidas não foram, entretanto, capazes de alterar a estrutura clientelista do período anterior (Carvalho *et al*, 1998). A diferença era que então a lógica clientelista não se alimentava mais da ausência do associativismo ou de sua subordinação a políticos tradicionais, mas da vinculação das novas lideranças locais à burocracia das agências governamentais⁸³. Ainda na década de 1980, o Estado começou a ter que disputar espaço nas favelas com a contravenção (jogo do bicho) e, logo depois, com o narcotráfico, que lentamente foram se apropriando de muitas organizações populares como forma de controlar e angariar o apoio da população local, além de impor novos obstáculos à democratização da cidade.

⁸³ No caso do PROFACE, era conferido grande poder às lideranças locais, de modo que ficava a cargo das associações de moradores administrar o pagamento da mão de obra e encargos sociais dos trabalhadores durante a realização das obras, mediante o repasse a elas das verbas e de assistência técnica da CEDAE.

Com a eleição do primeiro prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, em 1986, as favelas passaram a se constituir em objetos de atenção quase exclusiva da prefeitura. Por sua vez, o governo do estado, sentindo-se isento de compromissos para com a resolução dos problemas das favelas e demonstrando sua oposição ao partido do novo prefeito, esvaziou, na gestão Moreira Franco, as linhas de ações que vinham sendo desenvolvidas (Carvalho *et al*, 1998).

Sozinha⁸⁴, de concreto a prefeitura pouco pôde fazer, senão dar continuidade às experiências do Projeto Mutirão, ainda sem grande amplitude devido à escassez de recursos⁸⁵. Após diversas reformulações, em 1989 o projeto evoluiu para o Projeto Urbanização Comunitária/ Mutirão Remunerado, constituindo a “primeira etapa de transformação das favelas em bairros populares”, tendo como premissa a criação de infra-estrutura mínima, melhoria ambiental, implantação de espaço físico para o atendimento social e a participação da comunidade em todo o processo (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003, p.52). No governo Saturnino Braga, através da formulação do Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos do Município do Rio de Janeiro, já se reconhecia, portanto, a necessidade de integrar as favelas à cidade (Burgos, 1998).

Dessa forma, conclui-se que a década de 1980 representou um significativo avanço na integração social das favelas, já não renegadas como parte da paisagem. Rejeitando alternativas segregadoras, como a remoção, e ampliando o acesso de seus moradores a alguns serviços públicos básicos, novos obstáculos, contudo, se colocaram para o poder público, como o acelerado crescimento das favelas⁸⁶ e a aderência violenta do tráfico de drogas a estas localidades.

⁸⁴ O princípio de que as prefeituras teriam maior proximidade para com os problemas que afligem a população, podendo agir de forma mais ágil e adequada às características locais foi consagrado na Constituição de 1988, que dotou de autonomia financeira os municípios, assim como atribuiu-lhes uma série de responsabilidades (Carvalho *et al*, 1998).

⁸⁵ Burgos (1998) cita que o orçamento da SMDS não chegou a ultrapassar os 2% do total da despesa realizada nesses anos no município, número pouco maior do que no período anterior, quando o orçamento da SMDS variou entre 1 e 1,5%.

⁸⁶ Para Lago (2000), três fatores contribuíram para a retomada do crescimento das favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 80: 1)- a retração do padrão periférico de crescimento metropolitano caracterizado pela produção extensiva de lotes populares que, trinta anos antes, gerou oportunidades de acesso à casa própria para ambos segmentos sociais de baixa renda; 2)- o enorme aumento do contingente relativo e absoluto de pobres; e 3)- as transformações, a partir das eleições de 1982, no quadro político fluminense, que marcaram o início de um período de legitimação das favelas por parte do poder público, reduzindo as barreiras para novas ocupações e para expansão das já existentes.

A avaliação e as reflexões sobre as dificuldades e limites das experiências empreendidas nestes anos foram consolidando cada vez mais a percepção de que era preciso criar um programa de intervenção global nas favelas, que concentrasse esforços de diversos órgãos governamentais, atacando simultaneamente os problemas de infra-estrutura (Carvalho *et al*, 1998).

É a partir da legitimidade cada vez maior assumida por esta percepção, no âmbito da prefeitura, que se elaborou e vem se desenvolvendo o Programa Favela-Bairro.

Transformando favelas em bairros populares

“Ser poder público não é fácil, ele tá sempre devendo...”

(engenheira da Secretaria Municipal de Habitação)

A necessidade de se criar um programa global de integração das favelas à cidade foi consolidada na década de 1990, sobretudo através de dois eventos.

Em primeiro lugar, a realização do Primeiro Seminário sobre Áreas Favelizadas, Política de Urbanização e Meio Ambiente, promovido pela SMDS no contexto da Conferência Mundial Rio-92⁸⁷. Após amplas discussões, o seminário lançou como proposta final promover “ações visando a uma urbanização de áreas favelizadas que permite melhoria das condições ambientais de moradia. As intervenções devem ser de natureza preventiva e corretiva, não devendo ser pontuais, mas comiserando as áreas de influência (bairro, R.A, etc) e áreas limítrofes” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003, anexo). Afirmava-se que a integração física e social das favelas só seria possível mediante a “articulação entre as instituições que desenvolviam o trabalho físico, aneladas aos promotores de ações sociais de educação, saúde e cultura” (*ibid.*). Além de propor uma política integrada, a própria definição dos temas para a formação dos grupos de trabalho⁸⁸ do seminário já apontava os aspectos conceituais que norteariam a metodologia implementada no Programa Favela-Bairro.

⁸⁷ Evento realizado na cidade com vistas a definir acordos internacionais sobre questões ambientais.

⁸⁸ Os temas dos grupos de trabalho foram: a urbanização das favelas, a participação popular e a qualidade de vida, a política de saneamento básico e a transformação de áreas favelizadas, a ocupação de espaços urbanos e o meio ambiente e a questão cultural e a gestão do espaço coletivo (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003).

Em segundo lugar, a elaboração do Plano Diretor Decenal da Cidade⁸⁹, sancionado pelo prefeito Marcello Alencar em 1992, através da participação democrática dos órgãos públicos em consulta à população. O Plano Diretor tinha por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes, normas e procedimentos que deveriam guiar o desenvolvimento urbano e social do Rio de Janeiro pela década seguinte. No artigo que define a política habitacional a ser adotada pelo município, prescrevia, entre outros, a “urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa renda” e a “implantação de lotes urbanizados e de moradias populares” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p.64). No Plano Diretor, o problema das favelas e loteamentos irregulares é reconhecido como questão de suma importância para o futuro do município, consolidando o viés urbanizador e definindo como meta a integração das favelas à vida social e política da cidade.

Cabe notar que, ainda em 1992, foi feito um contato da prefeitura com uma equipe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tinha vindo ao Rio por outras razões e foi convidada a conhecer duas experiências do Projeto Mutirão Remunerado⁹⁰.

Como reflexo de todo esse movimento, foi criado, em 1993, durante a primeira gestão do prefeito César Maia, o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), composto por membros de diversos órgãos e secretarias da prefeitura. Para atender às premissas do Plano Diretor em relação à política habitacional, o GEAP sugeriu a criação da Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH), com a transferência das equipes do Projeto Mutirão para a nova secretaria. Mas há outro ponto a se considerar. Segundo o relato de uma engenheira da atual Secretaria Municipal de Habitação que entrevistei, até 1992 *qualquer coisa que se falava de favela, era a SMDS que atuava e isso causava uma grande insatisfação por parte dos moradores das favelas, que consideravam aquele um atendimento de segunda categoria*. Uma das motivações para a criação da SEH teria sido então a tentativa de *incorporar as favelas à lógica de atendimento da cidade como um todo*, tomando-as como parte das áreas de planejamento da cidade a que pertenciam⁹¹.

⁸⁹ O Plano Diretor é uma exigência da Lei Orgânica presente na Constituição Federal de 1988 para cidades com mais de 20 mil habitantes, tendo a validade de dez anos.

⁹⁰ Embora a metodologia do projeto tenha surpreendido a equipe do BID, ele não cumpria algumas exigências do banco para concessão de financiamento, como a obrigatoriedade de licitação de projetos e de obras.

⁹¹ Segundo a mesma entrevistada, a criação da Secretaria Municipal de Habitação em 1994 não modificou muito a lógica centralizadora anterior de tratamento das favelas. Se antes tudo que dizia respeito às favelas era tratado pela SMDS, agora essa centralização ocorre através da SMH, pois, como diz, *tudo que é de favela cai hoje aqui dentro*.

Além disso, o GEAP estabeleceu que a política habitacional do município seria implementada através de seis programas: 1)- regularização de favelas, 2)- regularização de loteamentos, 3)- requalificação de moradias coletivas (cortiços), 4)- reassentamento de famílias em áreas de risco, 5)- regularização fundiária e titulação, e 6)- fomento e produção habitacional.

No que se refere ao programa de regularização de favelas, este é dividido em três sub-programas, conforme a dimensão das áreas de intervenção: *Bairrinho*, para favelas de 100 a 500 unidades habitacionais, *Favela-Bairro Popular*, para favelas de 500 a 2500 unidades habitacionais, e *Grandes Favelas*, para favelas com mais de 2500 unidades habitacionais. O Programa Favela-Bairro, portanto, é originalmente apenas um dos vários programas propostos pelo GEAP, apesar de ser hoje considerado o carro-chefe do conjunto dos programas direcionados às favelas. Seu objetivo é “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade” (GEAP, 1993, *apud* Carvalho *et al*, 1998, p.38).

Em janeiro de 1994, a SEH começou a tomar medidas no sentido de executar o programa. Para isso, estruturou e desenvolveu com êxito um projeto-piloto na Favela do Andaraí em articulação com as Secretarias de Obras e de Desenvolvimento Social, contribuindo assim para a liberação de recursos para as primeiras 16 áreas de intervenção, abrangendo 23 favelas. A seleção inicial das áreas foi feita por critérios eminentemente técnicos: favelas bem consolidadas, escolhidas através da consulta aos órgãos que detinham a experiência em favelas e loteamentos, áreas com intervenções já realizadas pela prefeitura e áreas com características diversificadas de ocupação de encostas e planas, beira de rio e de baía, linha férrea, etc (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003).

Conforme estes critérios, optou-se por começar pelas favelas de porte médio, com 500 a 2500 domicílios, ou seja, com uma população estimada entre 2 mil e 10 mil moradores. As razões alegadas para esta escolha foram o alto custo envolvido em favelas maiores (apenas 14) e a dispersão em favelas menores (350). O objetivo, nesse caso, era “privilegiar áreas que apresentassem condições de se completar um quadro de introdução de melhorias, fechando-se um processo de urbanização” (Carvalho *et al*, 1998, p.39). Nas palavras da engenheira entrevistada, *fazer com que aquela favela viesse pra uma condição de bairro mais fácil*.

Com isso, foi elaborado um “ranking” de todas as favelas conforme o grau de dificuldade para se *chegar à condição de bairro*, de onde foram selecionadas as 16 áreas com o menor índice, que integrariam a primeira fase do programa⁹².

A partir de 1993, a prefeitura do Rio manteve contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no intuito de adequar o programa às exigências da organização e, com isso, obter um financiamento que permitisse executá-lo de forma mais segura e extensa. Os entendimentos com o BID levaram à formatação do contrato e do regulamento operacional, o que significou a consolidação da estrutura do Favela-Bairro como um todo. Em 1994, a prefeitura criou a atual Secretaria Municipal de Habitação (SMH), que investia cerca de R\$ 43 milhões no programa, e recebeu a primeira missão do BID na cidade para exame e definição do convênio.

Após esse processo de adequações, o prefeito César Maia lançou, no final de 1995, um decreto criando o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP-Rio), assinando em seguida o contrato com o BID, que financiaria US\$300 milhões para a implantação do Favela-Bairro.

Os critérios finais da seleção do total de 54 favelas para a primeira fase do programa foram os seguintes (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003, p.69):

- dimensão entre 500 e 2500 domicílios, o que corresponde a 60% da população de favelas da cidade;
- déficit de infra-estrutura, estimado pela porcentagem de domicílios com serviços inadequados de água potável e esgotamento sanitário;
- carência socioeconômica, avaliada em cada favela pela média de fatores como a porcentagem de chefes de família com renda de até um salário mínimo e porcentagem de domicílios cujos chefes são analfabetos;
- grau de facilidade de urbanização, avaliado em termos da existência de infra-estrutura prévia e do custo e complexidade em complementá-la;

⁹² Andaraí, Parque Royal, Canal das Tachas/Vila Amizade, Grotão, Serrinha, Ladeira dos Funcionários/Parque São Sebastião, Caminho do Job, Escondidinho, Morro da Fé, Vila Cândido/Guararapes/Cerro-Corá, Chácara Del Castilho, Mata Machado, Morro dos Prazeres, Morro União, Três Pontes, Fernão Cardim.

- dimensão estratégica, considerando a existência de programas complementares já planejados, localização em relação a outras ações planejadas nas redondezas e factibilidade de realização do projeto no momento previsto.

Visando as necessidades do programa, adotou-se na SMH uma estrutura orgânica matricial que propiciasse a descentralização de decisões, a integração entre a gerência e as coordenações e a contratação, através de concurso público, de escritórios de arquitetura. Estruturada dessa forma, a secretaria permitiria também uma maior integração com outros órgãos e secretarias, além de uma maior funcionalidade no trabalho das diversas coordenações, que passariam a ser convocadas de acordo com a etapa de implantação dos programas (projeto, obra e pós-obra).

Como nos demais programas da secretaria, a primeira etapa de implantação do Favela-Bairro consiste na realização do concurso público e licitação dos escritórios de arquitetura interessados, que possuem autonomia para a elaboração dos projetos⁹³ a serem avaliados por membros da Secretaria Municipal de Habitação, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Instituto Municipal Pereira Passos (IPP)⁹⁴. Nessa etapa atuam basicamente duas coordenações: a Coordenação de Projetos, que estabelece as exigências, avalia e fiscaliza os projetos a serem executados, e a Coordenação de Participação Comunitária, que dirige o trabalho dos agentes comunitários que atuam na área para *fazer a ponte entre a prefeitura e a comunidade*. Definida a área e a proposta urbanística, membros da Gerência do Programa Favela-Bairro agendam, através da Associação de Moradores, uma assembléia na comunidade, com a finalidade de apresentar aos moradores o plano de intervenções e a equipe que o executará. Nessa assembléia, os moradores votam a aprovação do projeto, podendo sugerir modificações de acordo com as necessidades da comunidade.

Na segunda etapa de implantação do programa, tem início a execução do plano de intervenções aprovado, quando a favela é “invadida” por engenheiros, arquitetos, trabalhadores,

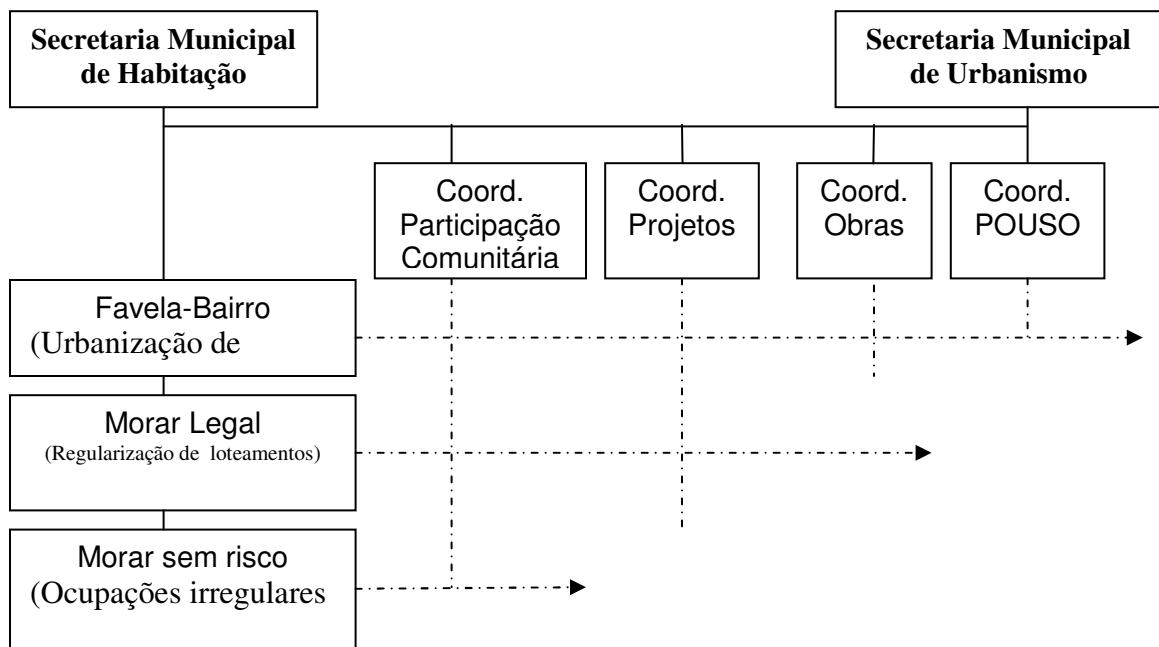
⁹³ O escopo de projetos definido pela prefeitura deveria ser constituído de diagnóstico simplificado, plano de intervenções, projeto básico e projeto executivo. Para Carvalho *et al* (1998), a atribuição de autonomia aos escritórios de arquitetura na elaboração do plano de intervenções é uma das novidades do desenho institucional do programa.

⁹⁴ Para maiores informações sobre o concurso para seleção de equipes, os critérios que nortearam o julgamento, bem como as propostas metodológicas vencedoras na primeira fase do programa, ver: Duarte *et al* (orgs), 1996.

fiscais, tratores e britadeiras. Durante essa etapa se intensifica a atuação dos agentes comunitários, que, diariamente na área, passam a acompanhar a realização das obras e fazer um trabalho de conscientização e mobilização dos moradores no sentido de que eles assumam o papel de co-responsáveis pela intervenção, colaborando e fiscalizando todo o processo.

Com o término das obras, começa a etapa de regularização fundiária da favela, possivelmente a mais lenta de todas, visto que somente a partir de 2001 foram tomadas medidas importantes em nível local e nacional visando ao estabelecimento de mecanismos e políticas de regularização fundiária de longo alcance⁹⁵. Sendo essa questão da alçada da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), essa secretaria é convocada a atuar junto à SMH na instalação do Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO) na área, cuja função é executar todo o processo de regularização urbanística. O POUSO tem sua equipe básica formada por um engenheiro ou arquiteto, uma assistente social e um ou mais agentes comunitários, constituindo-se ao mesmo tempo num *ponto de referência dos moradores e ponto de vigília da prefeitura*, conforme me relatou a engenheira entrevistada.

O diagrama a seguir ilustra o sistema matricial descrito:



⁹⁵ Em dezembro de 2004, quase dois anos depois de o governo federal anunciar o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária, moradores da Quinta do Caju foram os primeiros do país a receber a escritura definitiva de suas casas, através de um convênio firmado entre a prefeitura do Rio e o governo federal. A comunidade havia recebido obras de urbanização do Favela-Bairro há dez anos (Jornal O Globo, Rio, 20/12/04).

Diferente do que historicamente vinha ocorrendo com as políticas públicas direcionadas às favelas, é importante aqui destacar que o Programa Favela-Bairro não foi interrompido ou sofreu grandes mudanças com a entrada do novo prefeito Luís Paulo Conde, em 1997. Para além da relevância social do programa, penso que dois aspectos contribuíram para isso. Em primeiro lugar, o interesse de Conde em manter a popularidade do programa associada à sua imagem, mesmo porque essa teria sido a grande vitrine de sua campanha para concorrer às eleições municipais⁹⁶. Em segundo lugar, o convênio firmado com o BID, envolvendo a prestação de contas de grandes somas de dinheiro, que teria, de certa forma, protegido o programa das idiosincrasias político-partidárias.

Em 1999, quando foi finalizada a primeira fase de execução do Programa Favela-Bairro⁹⁷, um novo contrato foi assinado entre a prefeitura e o BID para a sua continuidade. No contrato PROAP-2-Rio/BID, do total de US\$ 300 milhões, cerca de US\$ 34,5 milhões seriam destinados às políticas sociais do programa, visando atingir principalmente a “população em risco social – crianças, jovens e mulheres que possam ser vítimas de violência” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002, p.7). Através de parcerias com as Secretarias de Desenvolvimento Social (SMDS) e do Trabalho e Renda (SMTb), o programa sofreu nos anos seguintes um pequeno redirecionamento, atribuindo maior ênfase à promoção social e desenvolvimento econômico das comunidades.

Em outubro de 2003, o prefeito César Maia, então em seu segundo mandato, e as equipes da SMH e da SMTb estiveram na sede do BID, em Washington, onde participaram de um seminário em comemoração aos 10 anos do Favela-Bairro. Na ocasião, o programa foi reconhecido como uma experiência inovadora e bem-sucedida, o que vem possibilitando a atual negociação da prefeitura com o BID para o estabelecimento de um terceiro contrato, a ser assinado em 2005, o que totalizará US\$ 1 bilhão para a ampliação do programa⁹⁸.

⁹⁶ Luís Paulo Conde foi secretário municipal de urbanismo e integrava a equipe idealizadora do Programa Favela-Bairro na gestão do prefeito César Maia, sendo por este apoiado como candidato na eleição seguinte.

⁹⁷ Segundo dados divulgados pela prefeitura, a primeira fase do programa (1994-2000) atendeu 54 favelas, beneficiando cerca de 250.000 pessoas.

⁹⁸ Segundo anúncio da secretária de habitação Solange Amaral, nessa terceira fase do programa está previsto um atendimento especial aos jovens no sentido de integrá-los, por meio das atividades culturais, ao bairro em torno, além da criação de um fundo destinado à melhoria habitacional (Jornal O Globo, Economia, 22/02/04).

Nas eleições municipais de 2004, do que pude acompanhar, notei que praticamente todos os candidatos à prefeitura reconheciam a relevância social do Favela-Bairro e mesmo os maiores adversários políticos do atual prefeito defendiam a sua continuidade. Luís Paulo Conde e César Maia, agora em partidos oponentes, disputavam a prefeitura e, por conseguinte, a paternidade do programa. Utilizando a popularidade e aceitação do programa como uma das principais “bandeiras” de sua campanha eleitoral, César Maia foi então eleito para um terceiro mandato como prefeito da cidade.

Entretanto, mesmo sendo uma experiência em andamento, com grande repercussão e visibilidade, o Favela-Bairro não é imune a críticas.

As avaliações feitas pelo Instituto Pereira Passos (IPP), em conjunto com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da UFRJ, mostraram que o acesso à água, ao esgoto e à coleta de lixo foi realmente maior nas favelas atendidas pelo programa. No entanto, no que se refere aos indicadores de educação e renda, os reflexos ainda são bastante tímidos⁹⁹.

O programa também vem sendo criticado por ser implantado de modo desigual nas favelas, o que se evidencia pela realização de obras mal feitas, incompletas e sem manutenção em algumas comunidades em detrimento de outras, onde a qualidade das obras é exibida a comitivas de estrangeiros e dirigentes de bancos como um exemplo do seu sucesso¹⁰⁰. Além disso, se, por um lado, o programa não visa intervir na organização política das favelas, por outro, a participação comunitária é um ponto ainda problemático, ocorrendo de forma instrumentalizada, já que os moradores permanecem excluídos do processo de elaboração do plano de intervenção em sua comunidade.

De todo modo, como demonstra a análise de Carvalho *et al* (1998), uma das características mais salientes do Favela-Bairro é o fato de que seus contornos vão sendo definidos à medida em que ele vai sendo implantado. E é essa flexibilidade do programa que permite que outras possibilidades de intervenção possam ser incorporadas, como trabalho, educação, lazer, esporte e cultura, de forma que o programa passa a ocupar hoje um papel central na política social da prefeitura.

⁹⁹ Os dados da pesquisa foram divulgados no jornal O Globo, Economia, de 22/02/04.

¹⁰⁰ Sobre o assunto, ver a matéria *Problemas variados cercam o Programa Favela-Bairro*, publicada no jornal O Globo, Rio, de 18/05/03.

No entanto, como chamam a atenção os autores, se, por um lado, essa flexibilidade favorece as soluções criativas e se a independência dos escritórios de arquitetura inviabiliza os arranjos clientelistas, por outro, essas mesmas qualidades expõem o programa a uma imensa variedade de soluções “políticas” correspondente tanto às características empíricas das comunidades, quanto às dos técnicos envolvidos na sua execução, o que tende a tornar o Estado muito distante e a noção de público, bastante longínqua¹⁰¹.

¹⁰¹ O trabalho de campo realizado pelos autores numa favela sob a intervenção do Favela-Bairro mostrou que a atitude mais frequente dos moradores em relação ao programa baseava-se no sentimento de que o programa era uma conquista “pessoal”, ora do presidente da associação de moradores, ora de uma liderança informal da favela, ora, ainda, do arquiteto que conduzia as obras e detinha “grande influência na prefeitura”. Assim, os autores concluíram que, ao contrário dos pressupostos do programa, “o Estado, de qualquer forma, o braço impessoal e universalista da sua política, permanece distante da percepção do homem comum” (1998, p.52).

Parte II

Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari

Capítulo IV:

Seguindo as agentes comunitárias em ação

“Aonde passa o Favela-Bairro não pode mais ser chamado de favela. É a transformação”.

(agente comunitária de habitação)

Tendo apresentado o Programa Favela-Bairro no capítulo anterior, descrevo nesta segunda parte o que pude perceber e analisar do processo de sua implantação em Acari à luz da Teoria Ator-Rede. Conforme dito na introdução, optei por acompanhar esse processo a partir da atuação dos agentes comunitários – cujo papel de representar a prefeitura nas comunidades é aqui melhor discutido.

Quem são os Agentes Comunitários de Habitação?

Os primeiros Agentes Comunitários de Habitação eram mulheres que trabalhavam na área de educação sanitária e que, em 1983, foram recrutadas pela antiga Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para atuar nas comunidades onde se desenvolviam os projetos de mutirão. Com a criação da Secretaria Municipal de Habitação, as agentes foram integradas aos programas habitacionais, ficando a administração e o acompanhamento de seu trabalho a cargo da Coordenação de Participação Comunitária. Sua missão institucional é:

divulgar a Política Habitacional da Cidade do Rio de Janeiro, otimizando a compreensão e o envolvimento da população no processo de transformação urbana e de melhoria da qualidade de vida dos moradores através de parcerias e do estímulo às práticas de ajuda mútua, de cooperação e solidariedade como uma nova força de transformação da sociedade e de redução dos níveis de pobreza dos cidadãos (CIEDS, s/d, p.8).

Além desse papel multiplicador, são objetivos dos Agentes Comunitários de Habitação:

- Repassar e discutir com os moradores informações e conhecimentos sobre o ambiente urbano, obras de urbanização e serviços de saneamento básico, condutas individuais e coletivas em relação à comunidade atendida;
- Atuar, na condição de representante da Municipalidade, como elo de comunicação e interlocução democrática entre a Prefeitura e a Comunidade, promovendo a integração e o repasse das informações entre os dois lados;
- Assessorar na formação de empreendedores sociais para que estes estabeleçam um elo entre os grupos organizados da comunidade, órgãos e instituições do entorno, no sentido de integrar e promover ações conjuntas na transformação da comunidade em bairro;
- Promover atividades, reuniões, campanhas e eventos que mobilizem os moradores e seus representantes, para incentivar o aumento do grau de sua participação no planejamento e na execução de políticas públicas, a cargo da Prefeitura, e na realização de iniciativas empreendedoras da comunidade;
- Fazer o acompanhamento regular dos trabalhos executados na comunidade pela Prefeitura, em parceria com os moradores, identificando e retratando suas demandas e necessidades, a partir dos debates e reuniões com a comunidade¹⁰².

Como foi citado no capítulo anterior, os agentes comunitários representam a *ponte entre a prefeitura e a comunidade* durante as três etapas da intervenção do Favela-Bairro (elaboração de projeto, obras e pós-obra). Selecionados nas próprias comunidades, os agentes eram inicialmente pessoas de nível escolar médio que trabalhavam para a prefeitura em situação irregular – seu trabalho era remunerado, mas não tinham qualquer vínculo empregatício -, constando na prestação de contas do município como gasto com *serviços gerais*. Como tentativa de legalizar sua situação e facilitar o pagamento de salários, em julho de 2003, a prefeitura firmou um convênio com o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento

¹⁰² A relação completa dos objetivos a serem alcançados e as atividades a serem desenvolvidas pelos agentes comunitários em cada fase de implantação do Favela-Bairro consta nos textos produzidos pela Coordenação de Participação Comunitária que estão em anexo.

Sustentável (CIEDS), uma organização não-governamental que se encarregaria de financiar os agentes comunitários¹⁰³.

Mas, se o que motivou inicialmente a parceria com a ONG foi a solução de problemas administrativos, hoje é dela a responsabilidade pela seleção¹⁰⁴, capacitação¹⁰⁵ e acompanhamento de todo o trabalho dos agentes comunitários que atuam nas áreas atendidas pelo Programa Favela-Bairro, através do convênio com o BID. Apenas os agentes que atuam no programa de regularização de loteamentos (Morar Legal), financiado pela Caixa Econômica Federal, continuam submetidos diretamente à Coordenação de Participação Comunitária da SMH.

Embora essa nova vinculação dos agentes comunitários do Favela-Bairro tenha favorecido a regularização do seu trabalho e a garantia de direitos trabalhistas, elevando-os à categoria de assalariados, a entrada da ONG produziu um novo tipo de relação entre agentes e coordenação, cuja adaptação tem gerado conflitos. Se há anos os agentes vinham construindo uma relação de proximidade e pessoalidade com a coordenadora da Participação Comunitária, que os fazia se sentirem acolhidos e valorizados, quando o CIEDS ocupou esse lugar, passou a prevalecer uma relação mais distante e impessoal com a equipe de técnicos e coordenadores da ONG, motivando queixas dos agentes pela burocratização e falta de reconhecimento do seu trabalho.

Enquanto no início os agentes eram poucos e desenvolviam seu trabalho nos bastidores, hoje eles desempenham um papel estratégico nas comunidades atendidas pelo Favela-Bairro. Sob a coordenação do CIEDS, tem-se hoje cerca de 150 Agentes Comunitários de Habitação - divididos em equipes que variam de 2 a 6 integrantes, dependendo da comunidade – e cerca de 30 Supervisores de Área – geralmente, os agentes mais experientes, com a função de acompanhar o trabalho de uma ou mais equipes nas comunidades. Entre os agentes predomina a faixa etária de 30 a 40 anos e a escolaridade média (13 anos de estudo), sendo ainda a grande maioria do sexo

¹⁰³ O objetivo do CIEDS é “formar indivíduos e grupos facilitando o desenvolvimento de seus projetos voltados para a melhoria da vida de suas comunidades”, sendo uma de suas áreas de atuação a assessoria à gestão social de políticas públicas. Para maiores informações, ver o site: www.cieds.org.br.

¹⁰⁴ Recomenda-se que o candidato tenha experiência em trabalho comunitário, resida na comunidade atendida ou próximo dela, possua o ensino fundamental completo, mais de 18 anos, criatividade, desembaraço, boa redação e senso de equipe (CIEDS, s/d).

¹⁰⁵ No CIEDS, os agentes fazem um curso de capacitação de 132hs durante seis meses. Alguns dos conteúdos programáticos do curso são: o surgimento das favelas cariocas e o aumento da pobreza; atuais políticas de urbanização: o estatuto da cidade e a regularização fundiária; direitos humanos; o papel do agente comunitário; diagnóstico local e planejamento participativo; meio ambiente e redação.

feminino (90%), característica que, segundo as próprias agentes, facilita sua receptividade nas comunidades, inclusive em relação à desconfiança do tráfico de drogas¹⁰⁶.

Na implantação do Programa Favela-Bairro em Acari, cada uma das comunidades que o compõem é tratada de maneira totalmente independente. Para a prefeitura, portanto, Acari está dividido em três comunidades distintas, tendo cada uma um projeto de intervenção, um escritório de arquitetura, uma empreiteira executora e uma equipe de agentes comunitários responsável. Assim, as equipes de Acari se caracterizavam da seguinte forma:

➤ *Parque Acari* - A equipe era composta por três agentes comunitárias, sendo duas moradoras da comunidade. Pouco antes de iniciar meu trabalho de campo, a equipe havia trocado de supervisora por problemas de relacionamento. Em janeiro de 2005, com o término das obras, o CIEDS transferiu uma das agentes para uma comunidade no bairro de Vila Isabel.

➤ *Vila Rica de Irajá* - Quando iniciei meu trabalho de campo haviam cinco agentes comunitárias, sendo uma moradora da comunidade. Ao longo de 2004 a equipe sofreu muitas mudanças, estando no final do ano composta por apenas três agentes (duas antigas e uma transferida de outra área), além da substituição de sua supervisora pela mesma que passou a coordenar a equipe de Parque Acari.

➤ *Vila Esperança* - A equipe era composta por três agentes comunitários, um homem e duas mulheres, sendo uma moradora da comunidade. É a única equipe que não sofreu mudanças ao longo da pesquisa, permanecendo com a mesma supervisora de área.

Além de as equipes apresentarem características distintas em função do grau de coesão e afinidade de seus integrantes, havia, como se pode ver, uma rotatividade entre os agentes e supervisores nas comunidades, às vezes motivada por problemas administrativos, às vezes por motivos pessoais e afetivos. De qualquer forma, isto não chegou a prejudicar minha pesquisa, já que durante o período de trabalho de campo a equipe com que mantive uma relação mais próxima permaneceu praticamente estável.

Segue então uma breve apresentação das personagens protagonistas da pesquisa - as agentes comunitárias de Parque Acari¹⁰⁷:

¹⁰⁶ Sobre o perfil social, econômico e cultural do agente comunitário, ver: CIEDS, s/d.

- Suzana: Viúva e mãe de duas adolescentes, tem 36 anos e é moradora *da comunidade* há 20 anos. Já trabalhou como vendedora em lojas, mas antes de se tornar agente comunitária fazia *biscates*. Mesmo contratada pelo CIEDS, continuou revendendo produtos de cosmética e perfumaria, além de manufaturar e vender artesanato com flores artificiais;
- Norma: Solteira, tem 37 anos e mora no Conjunto Pantoja há quatro anos. Antes de se tornar agente comunitária, já havia trabalhado como auxiliar de enfermagem, acompanhante e agente de saúde;
- Natasha: Separada e mãe de um menino, tem 40 anos e já trabalhou como assistente em salão de beleza, mas estava desempregada quando se tornou agente comunitária. Orgulha-se em dizer que hoje mora em um *bairro formal* da Zona Norte.
- Ana Lúcia: Solteira, 30 anos, mora em Santa Cruz e já trabalhou como babá, empregada doméstica, operadora de caixa, balconista e vendedora. Como supervisora da equipe, tem reuniões semanais com as agentes na comunidade.

Não obstante o “laboratório” das agentes comunitárias fosse a própria comunidade, já descrita no segundo capítulo, sua sala na associação de moradores também sediava alguns “experimentos”, como reuniões, redação de relatórios, etc. Era uma sala pequena e sem janela, dando a impressão à primeira vista de ser improvisada. Seus únicos móveis eram uma mesa retangular com quatro cadeiras, uma prateleira e um banco de madeira. Sobre a mesa, havia sempre muitos papéis, relatórios, folhetos e revistas, além de um livro de atas de capa preta – uma espécie de diário de atividades das agentes. Na parede, havia papéis divulgando projetos e serviços na comunidade, fotografias de ruas e becos indicando o “antes” e o “depois” das obras de pavimentação, um grande mapa da intervenção do Favela-Bairro em Parque Acari e um cartaz com uma lista dos nomes das ruas e becos da comunidade e a palavra “OK” ao lado daquelas onde já haviam sido realizadas reuniões com os moradores. O quadro de cortiça com fotos da

¹⁰⁷ Mantenho aqui o formato itálico para identificar falas e expressões dos meus interlocutores incorporadas ao texto. Com exceção de pessoas públicas, os nomes citados são fictícios, sendo os das agentes escolhidos pelas mesmas.

equipe em momentos de maior descontração e as mensagens de apoio e religiosas, como “Deus não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos”, personalizavam o ambiente.

Ao longo do tempo, percebi que os cuidados das agentes com a sala variavam de acordo com o seu ânimo em relação ao trabalho. Assim, quando se sentiam satisfeitas com seu desempenho e reconhecimento, demonstravam prazer em arrumar a sala, decorando-a com vasos de flores confeccionados por Suzana e renovando as fotos e mensagens do mural. Já quando o desânimo prevalecia na equipe, ele ficava visível não apenas em suas expressões, mas também na maneira mais burocrática e impessoal com que passavam a se relacionar com o ambiente e objetos de sua sala.

Segundo as agentes comunitárias comunidade afora

Tal como Latour, que em seu livro *Ciência em ação* (2000) seguiu cientistas e engenheiros sociedade afora, apresento aqui o que pude ver e apreender ao seguir as agentes comunitárias comunidade afora.

Após a apresentação das personagens, cabe antes ainda situar o momento em que cheguei em Acari e comecei a “seguir-las”. Em janeiro de 2004, quando fiz os primeiros contatos com a equipe de Parque Acari, a comunidade já havia passado pela etapa de licitação das obras e elaboração do plano de intervenção do Favela-Bairro. Portanto, todas as informações que obtive sobre essa etapa resultam de opiniões e visões de quem participou do processo, a partir de relatos que me foram apresentados, e não de minha própria observação.

Por exemplo, um antigo morador que compareceu à assembléia de apresentação e aprovação do plano de intervenção em junho de 2003 contou-me como esta transcorreu, podendo eu analisá-la apenas a partir do seu relato. Segundo ele, nessa reunião os técnicos da prefeitura e do escritório de arquitetura licitado expuseram, através de um mapa, o que seria construído e modificado na comunidade, tendo os moradores a oportunidade de fazer críticas e sugestões ao projeto. No entanto, enquanto os técnicos que o produziram identificavam claramente no mapa a área representada como um todo, os moradores, por sua vez, pareciam não reconhecer naquela inscrição a comunidade onde vivem. Talvez por essa dificuldade, muitos moradores pareciam ser levados a aceitar o projeto mais pelas promessas de melhorias e *boas intenções* contidas no

discurso dos técnicos diante do mapa do que por terem uma clara noção do que aquilo implicaria concretamente na estrutura de sua comunidade. Desse modo, a maioria dos moradores acabava dominada por uma preocupação em relação aos efeitos da intervenção na vida individual de cada um, isto é, se suas casas seriam ou não removidas para dar lugar à construção de algum dos equipamentos urbanos previstos. A situação da assembléia ressuscitava, assim, o fantasma da remoção, vestígio das ações autoritárias do Estado nos anos 60 e 70.

Logo que foi aprovado o projeto, iniciou-se a segunda etapa do programa, de maneira que quando conheci as agentes comunitárias as obras em Parque Acari já estavam em andamento há alguns meses¹⁰⁸. De qualquer forma, seja qual fosse o momento em que chegasse, acredito que minhas observações nunca dariam conta de tudo o que acontece e envolve o processo da intervenção do Favela-Bairro na comunidade. Vamos, portanto, à descrição dos atores e os efeitos percebidos nas cenas que presenciei, seguindo a direção das agentes comunitárias.

Começo descrevendo a primeira atividade da equipe na comunidade que pude acompanhar – a chamada *reunião de rua*.

Cena 1: Num dia de janeiro pela manhã, chego a Acari de metrô e sigo para a sala da Participação Comunitária na sede da associação de moradores. Ao encontrar as agentes, estas me convidam para participar da reunião que fariam com moradores de um beco e para a qual estavam terminando de separar alguns materiais (folhetos, papéis e prancheta). Preparando-se para sair, prendem um papel na porta com o aviso “A equipe está na comunidade” para quem viesse lhes procurar e, em seguida, trancam a sala. Quando saímos da associação, ouvimos repetidas vezes o som de fogos. Na comunidade, estes fogos são lançados por “olheiros”¹⁰⁹ como aviso da chegada de policiais na área, alertando não apenas os traficantes, mas os próprios moradores do perigo de um provável confronto. Com isso, as agentes recuam e decidem aguardar um pouco mais na sala até a comunidade novamente se *acalmar*. Passados uns trinta minutos, as agentes verificam a volta do movimento normal da rua e vão em direção ao Beco Rodrigues, enquanto eu as sigo atentamente para não me perder pelos caminhos tortuosos. O beco é sem saída e foi recentemente pavimentado, embora seja fechado por um portão gradeado. Por questão de

¹⁰⁸ Em Parque Acari, Vila Rica e Vila Esperança as obras começaram respectivamente em julho, setembro e outubro de 2003.

¹⁰⁹ Olheiros é como são chamados no tráfico de drogas aqueles integrantes que têm a atribuição de vigiar as entradas da favela para comunicar aos traficantes a chegada da polícia.

segurança, muitos moradores, aliás, vêm aumentando os muros de suas casas e transformando becos em verdadeiros *condomínios fechados*. Conforme soube depois, os becos fechados por portões eram considerados pelas empreiteiras como áreas privadas, não podendo receber obras públicas de pavimentação. Diante disso, a estratégia criada pelos moradores consistia na retirada provisória dos portões que, após a realização das devidas obras, eram recolocados. Ao ouvirem os fogos, os moradores do beco também haviam se recolhido, de maneira que as agentes tiveram que convocá-los de casa em casa para participarem da reunião, para a qual haviam sido avisados mais cedo. As agentes tinham por hábito comunicar as reuniões aos moradores apenas no mesmo dia, às vezes algumas horas antes, pois diziam que só assim eles não esqueciam e as aguardariam no local e hora combinados. Tal estratégia remete ao modo particular com que os moradores vivenciam sua temporalidade, voltada sempre para a urgência e o presente imediato. A reunião no beco tinha o objetivo de fornecer informações e recolher dúvidas e reclamações dos vinte moradores presentes sobre a intervenção. Na estreita área comum do beco, estávamos todos dispostos de pé em círculo. O sol e calor intenso sobre nossas cabeças parecia só incomodar a mim, que procurava em vão uma sombra para me proteger. Norma, a agente mais comunicativa, inicia a reunião apresentando sua equipe e eu como pesquisadora da UERJ. Em seguida, pergunta aos moradores: *o que seria o Favela-Bairro para vocês?*. Alguns moradores dão respostas evasivas como: *melhoria, não haver mais becos, saneamento básico, abrir ruas, energia...* A agente completa afirmando que *o Favela-Bairro é tudo isso*, mas que ainda falta muita coisa a ser feita. Em seguida, as agentes começam a estimular a participação e união dos moradores para lutarem por seus direitos, reforçando que *o morador também é fiscal* e possui responsabilidades sobre a manutenção das obras, devendo, por exemplo, *respeitar os limites para a construção das casas e o espaço público, não invadindo-o*. Acentuam que *favela é nome de planta* e que são essas pequenas ações que ajudam a mudar a imagem negativa do lugar e a enfrentar a discriminação que sofrem por *morar em comunidade*. Uma agente ressalta que os moradores devem valorizar o fato de que Acari vem sendo privilegiado nas ações da prefeitura, pois *nem a Rocinha, que é a maior favela, tem um hospital*. Uma moradora concorda, dizendo que *pobreza não é irresponsabilidade*. As agentes aproveitam ainda a reunião para eleger um *representante do beco*, que teria a função de repassar-lhes as solicitações e reclamações daqueles moradores referentes às obras. Como as próprias agentes me explicaram, os representantes de ruas também

são uma espécie de *ponte*, porém, *entre os moradores e as agentes comunitárias*. Durando aproximadamente 40 minutos, a reunião progride com conversas paralelas de moradores com as agentes, que lhes tiram dúvidas e dão orientações específicas sobre instalação sanitária, distribuindo folhetos explicativos. Encerrando a reunião, as agentes anotam as reclamações num papel e pedem que os moradores assinem a lista de presença.

Como se pode perceber, durante toda a reunião as agentes procuram convencer os moradores de um determinado sentido do Favela-Bairro e da própria concepção do que seja favela para fisgá-los como aliados da intervenção. Arregimentando diversos recursos, como comparações, folhetos, lista e uma boa retórica, as agentes tornam seu discurso convincente, persuadindo os moradores de que possuem uma co-responsabilidade sobre a intervenção e de que ao apoiarem-na estariam agindo em prol de seus próprios interesses. Sendo as tradutoras por excelência do Favela-Bairro na comunidade, conforme anunciei já na introdução deste trabalho, as agentes comunitárias são portanto também um ator, na acepção da Teoria Ator-Rede, uma vez que suas ações produzem efeitos inegáveis no processo da intervenção.

Os fogos

Logo no início da cena, fica nítido que os fogos representam um ator (não-humano) que afeta diretamente o cotidiano dos moradores e o trabalho das agentes comunitárias, forçando-as a modificarem suas ações, se reorganizarem e adiarem a reunião. Como diria Latour (2002a), os fogos aqui “fazem-fazer”, isto é, incitam um sentido, provocando uma nova ação/reação dos moradores e das agentes. Em meu trabalho de campo, os confrontos entre policiais e traficantes, anunciados previamente pelo lançamento de fogos, foram um dos primeiros elementos que percebi atuarem nas redes do Favela-Bairro nas três comunidades de Acari.

Nos dias em que a comunidade estava sob a ocupação intensiva da polícia¹¹⁰, o que durante o ano de 2004 foi bastante frequente, as ruas rapidamente se esvaziavam. Enquanto para os traficantes os fogos anunciavam a presença da polícia, para os moradores eles anunciavam a possibilidade de haver tiroteios, induzindo-lhes novas ações em sua maneira de ocupar e perceber os espaços públicos, como ruas e becos, que passavam então a se tornar lugares perigosos, colocando em risco a vida de qualquer transeunte distraído. Como me relatou uma moradora,

¹¹⁰ Geralmente nestes casos as polícias militar e civil atuavam juntas.

cujo sobrinho de 16 anos foi morto por policiais quando estava próximo de bandidos no momento da invasão, sem que tivesse qualquer envolvimento com o tráfico, *quando a gente ouve barulho de fogos a gente já vai logo procurando nossos filhos na rua*. Para seu filho de 10 anos, que, como as demais crianças da comunidade, faz da rua o espaço privilegiado para o lazer e a brincadeira, *o ruim de morar aqui são os tiros e não poder ficar mais na rua*.

Da mesma forma, os riscos de um provável confronto entre policiais e traficantes forçavam, em diversas situações, uma modificação no trabalho das agentes comunitárias, bem como impediam a própria realização de atividades externas na comunidade, como reuniões de rua com moradores e vistorias de obras. Assim como os moradores, as agentes ficavam então recolhidas em sua sala, onde muitas vezes passavam dias inteiros.

Certa vez, porém, a *invasão* policial¹¹¹ se deu enquanto duas agentes e uma funcionária da SMH faziam uma ronda de monitoramento na comunidade¹¹². Na sala da Participação Comunitária, eu e Norma aguardávamos preocupadas sua chegada. Aflita, Norma tentava telefonar sem sucesso para o celular de Suzana. Algum tempo depois, elas chegaram bastante tensas. Suzana relatou ter ficado *com as pernas bambas* quando se viram diante de bandidos armados prontos para o confronto e resolveram alojar-se na casa de uma moradora. Visivelmente nervosa, desabafou dizendo que, mesmo morando ali há 20 anos, nunca se acostumou com isso e que *não consegue viver mais em comunidade*.

Como se pode perceber, tanto o tráfico quanto a polícia - ou melhor, a conjugação desses dois atores nas situações de confronto – produzem efeitos na vida dos moradores de Acari e no trabalho das agentes comunitárias, modificando sua rotina, seja através da imposição de normas e comportamentos, seja suscitando emoções e sentimentos.

¹¹¹ Interessante notar que os moradores utilizam o termo “invasão” tanto para as facções criminosas que buscam controlar o comércio ilegal de drogas em outras áreas quanto para a polícia que entra nas comunidades para coagir e reprimir o tráfico local. O medo dos moradores provém, na verdade, dos efeitos violentos do confronto armado entre policiais e traficantes, embora acusem mais frequentemente os primeiros pela morte de inocentes, vítimas de bala perdida.

¹¹² A ronda de monitoramento é uma atividade realizada pelas agentes comunitárias juntamente com uma funcionária da SMH de 15 em 15 dias com o objetivo de vistoriar e garantir a não ocupação de áreas livres destinadas à construção de equipamentos públicos previstos pela intervenção.

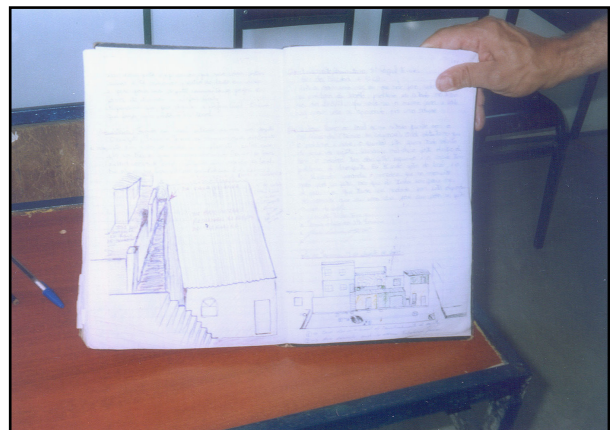
O livro de atas e os relatórios das agentes

Para além da tensão e mal-estar provocados, a não realização de atividades das agentes em dias de confrontos tinha que ser justificada no seu livro de atas. No entanto, sendo este um documento que ficaria posteriormente à disposição dos financiadores do Programa Favela-Bairro – a prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – como registro da intervenção na comunidade, as agentes comunitárias são orientadas a exporem a situação de maneira pouco específica, omitindo ou minimizando a sua gravidade. Assim, preenchem a contragosto o livro com frases genéricas, como: “Por motivo de força maior, não foi possível realizar atividades externas hoje” ou “Devido ao poder paralelo, não foi possível realizar atividades externas hoje”.

O deslocamento produzido quando esses acontecimentos passam a ser inscritos pelas agentes no livro de atas também ocorre nas outras equipes, havendo no máximo diferenças de estilo na escrita. Os agentes comunitários de Vila Esperança, por exemplo, justificam a não realização de atividades externas no seu livro em função de um certo estado emocional da comunidade: “A comunidade está tensa, sem condições para trabalhos externos” ou “Comunidade nervosa, sem condições para realizar atividades externas”.

O livro de atas das agentes serve ainda para o registro de problemas, reclamações e solicitações dos moradores referentes às obras. Cada equipe, contudo, desenvolve formas particulares de registrá-los. Sendo função dos agentes repassar as informações aos técnicos do Favela-Bairro que gerenciam as obras, a equipe de Vila Esperança, por exemplo, preocupa-se em registrar os detalhes através de desenhos, feitos pelo agente mais habilidoso.

Nas fotografias abaixo, vemos um caso.



À esquerda, temos a fotografia da casa de um morador da comunidade que se queixava de um problema de vazamento de esgoto na sua calçada. Atendido por um agente comunitário, este registrou no livro sua reclamação em forma de texto e desenho, como podemos ver na fotografia à direita. Ao repassar a reclamação para o engenheiro responsável, o agente explicava-lhe o problema a partir dessa inscrição, tornando-se seu porta-voz. Transportando uma parte da comunidade para o escritório da equipe técnica, o desenho possibilitava então que o engenheiro pudesse compreender o problema sem precisar deslocar-se de imediato à casa do morador.

Além de preencher diariamente o livro de atas, todas as equipes de agentes comunitários deviam redigir relatórios mensais, nos quais sumariam as atividades e os atendimentos realizados aos moradores na comunidade, as reuniões com as equipes técnicas e os contatos estabelecidos com representantes de outros órgãos, além de registrarem as intercorrências ocorridas. Estes relatórios são enviados a cada mês ao CIEDS, para o qual eles representam uma inscrição impressa capaz de permitir aos coordenadores da ONG controlar à distância o trabalho dos agentes nas comunidades. Mas se, de acordo com Law (1996), o controle de longa distância depende da criação de uma rede de agentes passivos humanos e não-humanos, os relatórios não são os únicos recursos mobilizados pelo CIEDS. Além de receberem os relatórios, os coordenadores reúnem-se regularmente com os supervisores de áreas, que transferem o contexto do trabalho dos agentes para a sede da ONG, e enviam representantes às comunidades em momentos específicos, como a realização de eventos promovidos pelas equipes de Participação Comunitária ou em situações mais delicadas que envolvam os agentes. Assim, é a mobilização conjunta de documentos, dispositivos e pessoas treinadas que asseguram ao CIEDS exercer o controle de longa distância do trabalho dos agentes comunitários nas comunidades.

O clima

Da mesma forma que os confrontos entre policiais e traficantes, o clima também é um fator relevante a ser considerado, uma vez que a chuva também impede a realização de atividades externas dos agentes nas comunidades. Para abordar os efeitos deste actante, relatarei uma outra situação ocorrida.

Conforme mencionei no início deste capítulo, são também atribuições dos agentes propiciar a integração entre os diferentes projetos governamentais, não-governamentais ou

comunitários existentes na comunidade e promover eventos que ampliem a participação dos moradores nas políticas públicas empreendidas. É nesse sentido que se insere a cena seguinte.

Cena 2: Em junho de 2004, as agentes comunitárias de Parque Acari tiveram a idéia de promover um evento sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência na comunidade. Animada com a idéia, dispus-me a ajudar na sua organização e realização. Além de promover a integração de diferentes projetos voltados aos jovens das três comunidades, o evento - chamado “Prevenir é melhor do que remediar” - pretendia ser educativo mantendo uma linguagem informal e atraente ao público, através, por exemplo, do teatro e da música. Assim, fui juntamente com Norma à sede do Centro de Teatro do Oprimido, no bairro da Lapa, onde convidamos um grupo para apresentar um esquete sobre gravidez na adolescência. Suzana e Natasha contataram duas funcionárias do posto de saúde do Amarelinho para palestrarem sobre as doenças sexualmente transmissíveis, comunicando em seguida nossas ações aos coordenadores do CIEDS. Marcados data, hora e local do evento (dia 21/06 às 10hs na quadra da associação de moradores), contribuí ainda com uma pequena quantia de dinheiro para o lanche dos convidados e confeccionei um cartaz a próprio punho, convidando os moradores a participarem. No dia do evento, o clima frio e a chuva fina que caía nos preocupava, apesar de que o temporal dos dias anteriores parecia ter dado uma trégua. Ainda assim, o *mau tempo* foi a justificativa de muitas pessoas, representantes de projetos e instituições das comunidades convidados pelas agentes, por não terem comparecido ao evento. De qualquer modo, no dia o público era de cerca de 100 pessoas, composto em sua maioria por jovens integrantes de projetos sócio-educativos do governo federal (Agente Jovem) e do governo estadual (Jovens pela Paz), além dos agentes comunitários e supervisores das três comunidades, a coordenadora da Participação Comunitária da SMH, representantes de uma ONG que atua numa creche de Parque Acari e representantes do CIEDS. As agentes contrataram o serviço de transporte de uma kombi da cooperativa local para buscar numa comunidade da Zona Oeste os integrantes do grupo de teatro, que deu então início ao evento com a apresentação do Teatro-Fórum¹¹³. Com cenário montado e atores em cena, aos poucos o público jovem ia perdendo a timidez, passando a se envolver e participar da encenação.

¹¹³ O Teatro-Fórum é uma das modalidades criadas pelo Centro de Teatro do Oprimido. Nele a encenação é montada a partir de histórias reais, no qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito na defesa de seus desejos. Nesse confronto, o oprimido fracassa e o público é convidado a entrar em cena, substituir o protagonista e buscar alternativas para o problema encenado.

No meio desta, voltou a chover tão forte que o som da chuva batendo sobre o telhado da quadra passou a nos impedir de ouvir as falas dos atores. A apresentação teve então que ser interrompida até que a chuva diminuísse. Com a interrupção, o público se dispersou. Passado uns quinze minutos de espera, tentou-se convencer os atores a usarem microfone, o que prejudicaria a encenação, mas impediria um atraso maior da programação do evento. Após diversas tentativas e resistências, os atores concordaram em utilizá-lo, retomando a cena do espetáculo e tentando atrair novamente a atenção do público, apesar da limitação de seus movimentos que o microfone lhes impunha. Com a perda de tempo provocada pela chuva, a programação teve que sofrer pequenas alterações, sendo algumas das atividades propostas canceladas. Já passando do meio-dia, após a palestra e exibição de vídeo sobre as doenças sexualmente transmissíveis, a atividade teve que ser então finalizada.

Como se pode perceber, o evento só foi possível de acontecer pela mobilização de diversos actantes alinhavados pelas agentes: a quadra, os projetos existentes na comunidade, o CIEDS, o dinheiro, o material de divulgação, a kombi, o motorista, o posto de saúde do Amarelinho, o Centro de Teatro do Oprimido, o cenário, os atores, os jovens, a chuva, o microfone... Alguns deles, como o dinheiro, a kombi e o público, atuaram no sentido de viabilizar a realização do evento, de maneira que sem eles o mesmo não se concretizaria como as agentes haviam planejado. Outros actantes, como a chuva e o microfone, produziram efeitos imprevisíveis, gerando, por exemplo, modificações nas ações de convidados (que deixaram de estar presentes por causa do *mau tempo*) e dos atores (que, no primeiro momento, não conseguiram se fazer ouvir diante do barulho da chuva sobre o telhado, e, no segundo, não conseguiram se expressar livremente, tendo seus movimentos corporais limitados pelo uso do microfone).

A prefeitura

Mesmo estando representada na atuação dos agentes comunitários, a prefeitura também é um ator importante na rede do Favela-Bairro na comunidade. Os efeitos de suas ações apareceram em diversas situações, uma das quais descrevo mais detalhadamente a seguir: a visita do prefeito César Maia às três comunidades de Acari atendidas pelo Favela-Bairro.

Cena 3: No último dia de março de 2004, chego à Parque Acari pela manhã. Já avisada da visita do prefeito, percebo que a comunidade está um tanto diferente do habitual. Logo que chego, vejo um grande número de viaturas da Polícia Militar na área, que, inibindo o comércio ilegal de drogas, conferia ao local uma atmosfera artificialmente tranquila e bucólica, lembrando o Acari de antigamente, de acordo com o relato de moradores. Caminhando pelas ruas, limpas e silenciosas como nunca havia visto, noto a exibição de algumas faixas com o dizer: “A comunidade de Parque Acari agradece o prefeito César Maia e a vereadora Rosa Fernandes¹¹⁴ pelas melhorias”. Continuo caminhando até a Praça Roberto Carlos, onde encontro as agentes, que receberiam o prefeito e sua comitiva para visitarem as obras na comunidade, após passarem por Vila Esperança e Vila Rica. Pouco tempo depois, avistamos o prefeito acompanhado da secretária de habitação, gerentes do Favela-Bairro, assessores, uma vereadora da região, fotógrafos e jornalistas, além do presidente da associação de moradores e os agentes comunitários de Vila Rica, que guiavam os “convidados” em sua visita. Por onde passavam, moradores curiosos rodeavam e seguiam o prefeito. Incorporando-me ao grupo, pude acompanhar de perto seus passos. Sorridente, o prefeito parava em diversos pontos de seu trajeto para cumprimentar e conversar com moradores. Diante de uma mulher grávida, perguntou por seu estado de saúde. Ela queixou-se de não ter conseguido ser atendida numa das unidades de saúde municipais. Mostrando-se preocupado, o prefeito telefonou imediatamente para algum funcionário da SMS, para o qual relatou a situação da moradora e pediu que tomasse as devidas providências. Em seguida, colocou ambos em comunicação através de seu próprio celular. Tudo registrado por uma câmera e máquinas fotográficas (inclusive pela minha). Cercado por adultos e crianças, o prefeito seguia anotando num pequeno bloco as reclamações dos moradores referentes às obras e os pedidos os mais variados (de emprego a produtos de beleza), prometendo fazer o possível para atendê-los. Para alguns moradores, um assessor entregava cartões de visita com o endereço e telefone do seu gabinete na prefeitura. Concentrando-se na Praça Roberto Carlos, a comitiva decidiu interromper a visita por Parque Acari, alegando que o prefeito tinha ainda outros compromissos agendados naquele dia. Com isso, as agentes demonstraram-se visivelmente frustradas, justificando a interrupção da visita para mim como uma manobra dos

¹¹⁴ Muito conhecida em toda a região norte da cidade e vereadora mais votada nas eleições de 2004, Rosa Fernandes acompanhava o prefeito em sua visita por Acari.

técnicos da empreiteira diante da péssima qualidade das obras na comunidade. Em questão de minutos, a comitiva entrou nos quatro carros estacionados na praça, sumindo rapidamente por uma rua nos fundos da favela. Poucas horas depois, as viaturas da polícia também deixavam Acari e os traficantes voltavam a fazer parte da paisagem. De volta à sala da Participação Comunitária, as agentes transformavam a visita do prefeito em texto, registrando-a no seu livro de atas como atividade de integração. Alguns meses depois, durante a campanha eleitoral municipal, assisto na televisão de minha casa algumas das cenas filmadas na visita ao Acari, agora transformadas em recurso da propaganda pela continuidade do Programa Favela-Bairro exibida no programa eleitoral de César Maia, que, agora transformado em candidato à reeleição, buscava convencer os telespectadores cariocas a se aliarem a ele, depositando nele o seu voto.

Outra situação que descrevo a seguir refere-se ao trabalho das agentes enquanto mediadoras dos demais projetos e políticas desenvolvidas pela prefeitura nas comunidades atendidas pela Favela-Bairro. Neste trabalho, sua sala inclusive passava a ser provisoriamente compartilhada por outras equipes da prefeitura, como a de agentes comunitários de saúde da SMS e agentes do trabalho do projeto Orientação para Integração Econômica (OIE)¹¹⁵.

Na próxima cena, descrevo a chegada de uma equipe de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS, antiga SMDS), que haviam sido recentemente convocadas para trabalhar no hospital recém-construído em Acari.

Cena 4: Numa manhã de maio, chego à sala da Participação Comunitária, onde deparo-me com um grupo de mais de dez pessoas. As agentes comunitárias e sua supervisora se reuniam com oito assistentes sociais da SMAS que estariam encarregadas de fazer uma pesquisa domiciliar na comunidade, identificando as necessidades dos moradores e realizando os devidos encaminhamentos para inseri-los nas políticas sociais disponíveis. Por não conhecerem a comunidade, procuravam as agentes comunitárias para que estas guiassem-nas nesse reconhecimento inicial. *Onde se localizam as áreas mais precárias?* Pergunta a assistente social que chefia a equipe, apontando para o mapa da intervenção pregado na parede da sala. As agentes retiram-no então da parede e, como se tivessem todo o Parque Acari em suas mãos, começam a apontar e nomear pontos do mapa, descrevendo com familiaridade cada um deles às

¹¹⁵ Este projeto tem como objetivo aumentar a empregabilidade e renda dos moradores das comunidades da cidade do Rio de Janeiro, traçando o perfil das comunidades e dos moradores para encaminhá-los para cursos de qualificação, profissionalização e escolaridade.

novas visitantes. Estas, por sua vez, parecem não identificar no mapa sequer o local onde estão. Buscando uma maior aproximação, uma assistente social tira de sua pasta um outro mapa da área, para ela mais familiar: o mapa dos índices de exclusão social por setores censitários. Diferentemente do mapa produzido pelos arquitetos do Favela-Bairro, o mapa produzido pela SMAS demarcava as regiões da comunidade por cinco cores, que graduavam do amarelo claro ao vermelho escuro. Quanto mais forte era a tonalidade, mais precária e carente era a região demarcada, e vice-versa. Contrapondo os dois mapas, agentes comunitárias e assistentes sociais buscavam um entendimento comum (vide foto ao lado). Assistindo ao árduo esforço despendido por ambas para identificarem alguma constância entre os dois mapas, confesso que cheguei a me perguntar se não era mais fácil caminharem pela comunidade que lhes circundava.



Os técnicos do Favela-Bairro e seus dispositivos de inscrição

Falando ainda em dispositivos de inscrição, abordo uma situação ocorrida em Vila Esperança, envolvendo a empresa responsável pelas obras na comunidade.

Cena 5: Para elaborar o plano de intervenção, a empresa licitada precisa construir mecanismos que lhe possibilitem ter um conhecimento da área como um todo, com seus limites e extensões. Para isso, um recurso precioso utilizado é a fotografia aérea. É este dispositivo de inscrição que permite levar a comunidade de Vila Esperança para o interior do escritório, onde engenheiros e arquitetos se reúnem em torno da comunidade abstrata (plana e feita de papel) para pensar e criar formas de intervir urbanisticamente na comunidade concreta (de relevos e composta de materiais heterogêneos). Acompanhando um dia o trabalho dos agentes comunitários de Vila Esperança, sigo-os até Mangue-Seco. Como relatei no segundo capítulo, esta micro-área da comunidade recebeu este nome em ironia aos constantes alagamentos. Antigamente havia neste local um grande manguezal, que foi sendo aterrado para abrigar os

barracos dos novos moradores, sendo até hoje a área mais pobre e precária em termos de infraestrutura. Por estar localizada no ponto mais baixo da comunidade, enchentes e problemas sanitários delas decorrentes são ali frequentes. Seria, portanto, uma área primordial a ser considerada no plano de intervenção do Favela-Bairro. Seria, se não fosse um problema de ordem técnica. Segundo me relatavam os agentes, a fotografia aérea sob a qual os técnicos se basearam para elaborar o plano de intervenção não evidenciava a diferença do terreno (alagadiço) de Mangue-Seco em comparação às demais áreas da comunidade. Tal fato impedia a realização de obras ali que fossem realmente eficazes, como se havia inicialmente proposto na comunidade como um todo, aumentando o tempo de espera e as pressões dos seus moradores. A especificidade de Mangue-Seco trazia, assim, à tona as limitações do instrumento, exigindo da equipe técnica uma reformulação total do plano de intervenção para aquela área. Para os técnicos, por sua vez, esta reformulação acarretava uma extensão do prazo para a conclusão das obras e um aumento considerável dos custos de sua execução. Conseqüentemente, a situação suscitava a necessidade de haver uma nova negociação entre a empresa responsável e a prefeitura, em que o prazo e o valor da verba disponível fossem redefinidos. Assim, o problema que aparentemente era apenas de ordem técnica, passou a envolver também questões de ordem social, simbólica, política e econômica.

Os moradores e suas casas

Para os moradores, as agentes comunitárias são as primeiras pessoas a informarem sobre a intervenção, passando em cada casa da comunidade para divulgar, orientar e *prepará-los* para tal antes mesmo do início das obras, o que lhes demanda um maior poder de tradução para convencer os mais *descrentes* e *desesperançados* de que aquilo seria um fato, e não uma suposição.

Identificadas pelo uso da camiseta e crachá, durante todas as etapas são elas a quem os moradores recorrem para tirar dúvidas, fazer reclamações e sugestões sobre a intervenção na comunidade. Mas o que não estava previsto é que, conforme vão se tornando figuras reconhecidas e confiáveis, os moradores passam a lhes atribuir os mais diferentes papéis. Enquanto permanecia com as agentes em sua sala, era comum moradores entrarem para desabafar um problema de ordem pessoal ou afetiva, pedir conselhos ou até relatar brigas com

cônjuges e vizinhos na expectativa de que elas mediassem o conflito, ajudando em sua resolução. Assim, a atuação das agentes muitas vezes transcendia a sua função original, transformando-as momentaneamente em juízas, advogadas, assistentes sociais e psicólogas, como elas mesmo me diziam. Dada a variedade de motivações com que os moradores as procuravam, as agentes acabavam tendo que fazer uma triagem das demandas, registrando no livro e encaminhando aos engenheiros da empreiteira e ao fiscal de obras da prefeitura apenas àquelas referentes a aspectos técnicos do Favela-Bairro.

Acompanhando as agentes comunitárias, tive a oportunidade de conhecer e também acompanhar a trajetória de alguns moradores cujas casas tiveram que ser removidas para viabilizar a construção de equipamentos públicos previstos pelo programa na comunidade. Relato em especial os casos de Francisco e Joana, que pude acompanhar com maior proximidade. Ambos eram vizinhos (a casa de Joana ficava atrás da casa de Francisco) e dividiam com outras duas casas e uma igreja evangélica o terreno ao lado da associação de moradores, que deveria ser desocupado para a construção de uma creche e uma praça. Quando os conheci, suas casas já estavam marcadas com as iniciais “SMH” e números pintados em azul, o que indicava que seriam demolidas. Vejamos a trajetória de cada um.

Cena 6: Francisco é um senhor forte, negro, pacato e de poucos amigos, o que atribui ao fato de não beber nem fumar. Morando há 50 anos na mesma casa, conhece como poucos a história da comunidade, sendo figura conhecida por ali. Aposentado, Sr. Francisco atualmente vende jornais avulsos dentro da comunidade e mora sozinho, mas tem um filho que também reside com sua família em Acari. Quando lhe perguntava sobre seus sentimentos ao ser informado de que teria que deixar sua casa, respondia totalmente conformado com a situação: *Fazer o quê?* Como não foi lhe dado o direito de aceitar ou não a remoção, dizia que facilitaria ao máximo o trabalho da prefeitura, já que *não é de atrapalhar os outros*. Suas únicas opções de escolha eram as seguintes: ou a prefeitura compraria para ele uma outra casa na comunidade no valor correspondente à avaliação que foi feita de sua casa pelos técnicos do Favela-Bairro ou ele receberia o mesmo valor para comprar uma casa onde desejasse¹¹⁶. Mesmo preferindo continuar na comunidade, onde possui vínculos familiares e de amizade, Sr. Francisco escolheu a segunda

¹¹⁶ A princípio, os moradores poderiam ainda optar por uma das unidades habitacionais de relocação que estavam previstas para serem construídas num terreno aos fundos da comunidade. Mas como não houve acordo na negociação da prefeitura com a empresa proprietária do terreno, essas unidades habitacionais não foram construídas.

opção, recebendo o valor de R\$11.500,00 como indenização. No entanto, quando foi até a prefeitura para assinar a negociação, deram-lhe apenas 10 dias para desocupar a casa. Como aquela que tinha lhe interessado já havia sido vendida, em apenas oito dias ele acabou comprando uma outra casa, mais próxima da saída da comunidade, para a qual teve que pagar R\$ 500,00 além do valor pago pela prefeitura. Diferentemente da casa anterior, que era plana, tinha um muro que separava o interior de sua casa da rua e havia um pequeno portão sob o qual o Sr. Francisco costumava ficar observando o movimento dos transeuntes, a nova casa era estreita e tinha dois andares, não havendo qualquer limite físico além da porta que separasse o interior de sua casa da rua. Assim, quando não estava na soleira da porta conversando com alguém, Sr. Francisco mantinha-a fechada para garantir alguma privacidade. A escada, de degraus muito altos e sem corrimão, era imprópria para pessoas idosas, exigindo-lhe do mesmo modo uma adaptação ao novo espaço. Embora alegasse que preferia uma casa com quintal, como a anterior, ele se contentava com a que adquiriu, repetindo: *Fazer o quê, né?* Dizia que *já passou por tanta coisa na vida que não liga mais pra nada*. Mas o Sr. Francisco mostrava-se contente com a tranquilidade da rua onde estava agora morando, já que não tinha *aquela bagunça* da rua anterior, devido à boca de fumo que havia ali recentemente se instalado e ao som alto dos *bailes* na associação de moradores nos fins de semana, que o impediam de dormir. Apesar disso, seus poucos amigos ainda eram seus antigos vizinhos, o que o fazia passar por onde morava diversas vezes ao dia. Mesmo alguns meses depois, a moradia e vizinhança anteriores apareciam sempre como a sua referência social e afetiva, o que pôde ser confirmado por sua alegria e gratidão quando lhe entreguei uma foto que havia tirado dele em frente à sua antiga casa, conversando com um vizinho.

Cena 7: Joana é uma moça de 36 anos, que cria sozinha os dois filhos (de 1 e 16 anos), trabalhando como cabeleireira num salão de beleza em Fazenda Botafogo. Antes de conhecê-la, chamou-me a atenção uma inscrição no muro de sua casa que só pôde ficar visível quando a casa do Sr. Francisco e a igreja evangélica já haviam sido demolidas. Dizia a frase pichada no muro: “AQUI ATRÁZ AINDA MORA UMA FAMÍLIA”. Foi a partir dessa frase que segui a trajetória de Joana e sua família. Ao lado de sua casa, morava sua tia, dona Guiomar, uma senhora de uns 70 anos que vivia com o único filho. Segundo Joana, dona Guiomar foi quem a *adotou* após a morte de sua mãe, em 2000, e cuidava de seu filho menor enquanto estava trabalhando. Quando

as conheci, a casa de dona Guiomar já havia sido removida, o que lhe causara um forte *sentimento de perda*. Dona Guiomar havia se mudado para o bairro de Rocha Miranda, que dizia ser um lugar mais tranquilo que Acari. Todavia, a longa distância da nova residência em relação à antiga afetava diretamente a organização familiar e seu trabalho como costureira. Por um lado, a distância que agora a separava de sua sobrinha dificultava que ela cuidasse do filho de Joana diariamente, fazendo-as cogitarem a possibilidade de contratar alguém para isso, o que acarretaria necessariamente um gasto a mais no orçamento doméstico. Além disso, como grande parte de seus clientes eram moradores da comunidade, dona Guiomar teria que continuar indo ao Acari para atender e cultivar sua antiga clientela. Por outro lado, o fato de agora morar numa *área menos perigosa* facilitava o atendimento das encomendas de suas clientes da Zona Sul e bairros de classe média, que ficavam receosas de irem até sua casa no Acari. No momento em que as conheci, enquanto da casa de dona Guiomar restava apenas entulhos, Joana ainda negociava com a prefeitura o valor de sua indenização. Nascida em Acari e conhecida pela *fama de valentona e durona*, Joana nunca se identificou com a comunidade e seus moradores. Seguindo o ditado que sua mãe lhe dizia - “*quem anda com porcos farelo come*”-, evitava se envolver com *pessoas suspeitas* e se relacionar afetivamente com os outros moradores, de modo que sempre se sentiu *um peixe fora d’água* em Acari. A casa foi erguida por sua mãe, que ela considerava *uma grande amiga* e veio a falecer em agosto de 2000¹¹⁷. Apesar de nunca ter gostado de morar em Acari por causa do tráfico de drogas e do *clima de fofoca*, Joana não queria se desfazer da casa que era *o sonho de sua mãe*, construído com tanto carinho e sacrifício. Quando perguntei sobre o significado daquela casa para Joana, ela me disse emocionada que *a presença de sua mãe estava em cada canto daquela casa*, afirmando que não gostaria portanto de presenciar a demolição. Alguns dias após a morte da mãe, Joana encontrou uma carta, que me impressionou tanto quanto a ela por renunciar uma despedida. Quando me mostrou a carta escrita numa folha de caderno, Joana a havia plastificado, guardando-a com todo o cuidado de quem guarda um tesouro. A carta, como um objeto biográfico (Morin, 1969, *apud* Bosi, 2003, p.26), representava uma experiência vivida insubstituível, que envelheceria com Joana dando-lhe

¹¹⁷ Embora a mãe de Joana tivesse graves crises provocadas pela pressão alta, a causa de sua morte foram complicações decorrentes de um tombo que ela sofreu em sua própria casa.

“a pacífica sensação de continuidade”. Reproduzindo aqui seu conteúdo, a carta dizia o seguinte¹¹⁸:

“Joana, eu tenho passado mal a noite. Se derrepente eu faltar saiba que eu te amo muito e me preocupo com você e o Gustavo [filho mais velho de Joana] o Paulo [irmão de Joana] não deu mais sinal de vida sexta-feira santa meu aniversário, nem sinal. (...) Olha, este barraco pertence a você e ao Gustavo, termine a obra e venha morar aqui por favor (...) olhe a minha irmã, seja paciente com ela, seja uma mãe mais presente na vida do Gustavo que vocês se rendam aos pés de Deus que só ele pode te ajudar. Reviste todas as bolsas, tem fotografias, tem receitas de culinária tem carnê que comprova que tudo está pago. Me despeço te abençoando a você e ao meu neto Gustavo. Em nome de Jesus o nosso amado Salvador. Amem.”

Ao imortalizar sua mãe, essa carta passou a ser um actante importante na vida de Joana, aflorando sentimentos e definindo suas ações futuras. De acordo com o desejo da mãe, Joana terminou a construção da casa, começando a reformá-la no ano seguinte. Mudou-se com o filho para lá, onde morou com o segundo marido, engravidou, separou-se e vinha criando o filho caçula. Ao ser comunicada da remoção de sua casa recém-reformada, Joana ficou revoltada, considerando o valor avaliado pela prefeitura insuficiente para comprar outra casa nas mesmas condições que a sua. Nesse meio tempo, as casas ao seu redor foram sendo removidas. Quando só restava sua casa, o terreno vazio começou a ser ocupado por crianças para brincar, traficantes para correr da polícia e moradores que lá queimavam objetos velhos e lixo. A invasão de seu quintal por pessoas estranhas, entulhos e sujeira, causou muitos aborrecimentos a Joana, que, indignada, resolveu expor seu pedido por respeito no muro e na parede externa de sua casa escrevendo a frase: “AQUI ATRÁZ AINDA MORA UMA FAMÍLIA” (vide foto no quadro a seguir, na qual pode-se notar a palavra “família” destacada em letras maiores). Após meses de difícil negociação com a prefeitura, Joana comprou uma casa na Pavuna, para a qual teve ainda que arcar com R\$1.000,00 para completar o preço de R\$21.000,00, além dos custos com a mudança. As despesas extras e o curto prazo dado para sua saída foram motivos de grande preocupação para ela, que ainda pagava algumas dívidas da reforma e tinha apenas dois dias de folga na semana (domingo e segunda) para planejar a mudança de casa. No final de julho de

¹¹⁸ Os nomes citados foram substituídos por nomes fictícios e alguns trechos foram omitidos para preservar a identidade e privacidade das pessoas envolvidas. Já a forma original foi mantida no intuito de preservar a espontaneidade da escrita.

2004, um caminhão parado em sua rua anunciava com todas as letras: “MUDANÇA”. Contou-me que estava tão ansiosa na noite anterior que nem conseguiu dormir direito. Neste dia, o sentimento de Joana era ambíguo, pois ao mesmo tempo que estava feliz e esperançosa por sair da *favela* e ir morar num *bairro*, estava triste por ter que se desfazer da casa que foi de sua mãe. No mutirão da mudança, além dos dois homens do caminhão, Joana contava com a ajuda de duas amigas, sua ex-sogra, a tia Guiomar e seu filho, que se distribuíam em diferentes funções. Enquanto os homens carregavam os móveis e as caixas mais pesadas para o interior do caminhão, as mulheres arrumavam os objetos, separando o que seria levado para a nova casa, inclusive as portas e janelas semi-novas. Quanto a mim, só me foi permitido alternar com as mulheres os cuidados com o filho pequeno de Joana, segurando-o em meu colo. Fechadas as portas da carroceria, Joana entrou rapidamente no caminhão, seguindo para o novo endereço sem se despedir. Encontrei-a ainda algumas vezes no salão de beleza em que trabalha, quando acompanhava a agente comunitária que era sua cliente. Joana relatava estar gostando de morar na Pavuna, embora estivesse preocupada por não ter ainda arranjado uma pessoa confiável que pudesse cuidar de seu filho e por estar com dificuldade financeira para pagar as notas promissórias da compra do imóvel. Confidenciando-me suas alegrias e tristezas, Joana parecia sempre se sentir à vontade ao falar comigo. Talvez por isso as agentes comunitárias dissessem jocosamente que eu era *sua psicóloga*. Em janeiro de 2005 (seis meses depois da mudança), visitei Joana em sua nova residência. Sabendo previamente de minha visita, recebeu-me com simpatia e simplicidade. Ela continuava morando numa casa de fundos, agora no alto de uma ladeira, dividindo o mesmo terreno com outras cinco casas separadas. Na única entrada da rua, haviam seis campainhas diferentes (casa 1, casa 2, etc) e duas pequenas placas, nas quais algumas regras do novo estilo de vida já eram anunciadas. Uma placa dizia “ATENÇÃO: FAVOR MANTER O PORTÃO FECHADO COM CADEADO”, a outra avisava que “NÃO É PERMITIDO REUNIÃO DE PESSOAS, ADULTOS E CRIANÇAS, NO PORTÃO, ESCADA E CORREDOR. ÁREA EXCLUSIVA DE ENTRADA E SAÍDA DOS MORADORES”. Dentro de sua casa, conversamos longamente sentadas em almofadas no chão da sala, ao lado de uma árvore de Natal ainda montada. Dei-lhe uma cópia da foto que havia tirado dela com seu filho em frente à sua antiga casa, o que a deixou muito contente, aproveitando em seguida para me mostrar fotos de sua família. Seu filho adolescente, que não queria sair de Acari pelos muitos

amigos que lá tinha, começava a se adaptar à mudança. A dificuldade em pagar as dívidas acumuladas com o processo de compra do imóvel persistia, sendo ainda motivo de grandes preocupações. Além disso, a compra da casa com o valor recebido pela prefeitura gerou desentendimentos com o irmão, que se sentia no direito de receber uma parte da indenização. Alegando *passar mais dificuldade do que ele*, Joana mostrou-lhe então a carta escrita por sua mãe, em que tornava explícito seu desejo de que a filha ficasse com sua casa. A carta novamente conduzia e legitimava suas ações. De qualquer forma, até aquele momento, não havia tido qualquer conciliação entre os dois irmãos. Despedindo-nos no portão, Joana me confessava que apesar desses problemas e de ter tido que se desfazer da casa de sua mãe, tem esperança de que sua vida irá melhorar e que será muito feliz em sua nova moradia.

Segue abaixo um resumo da trajetória de Joana e sua casa através de fotografias:



Além dos casos de Francisco e Joana, conheci moradores que haviam recebido o comunicado de que teriam suas casas removidas - sendo estas inclusive inspecionadas pela equipe técnica, que a partir de então proibiu os moradores de realizarem qualquer reforma ou modificação em sua estrutura - mas que depois acabaram permanecendo no local. O casal dona Maria e seu Luís, por exemplo, ficou na espera por quase um ano desde que recebeu o comunicado de que todas as casas do seu lado no beco em que mora há 30 anos seriam removidas para viabilizar ali a abertura de uma rua. Diante da situação, passaram a pensar em diferentes alternativas, cogitando planos e perspectivas sobre seu destino. Mas a incógnita sobre quando e como se daria a remoção e a indenização fazia com que o futuro de sua casa e de suas vidas ficasse durante muito tempo em suspenso, até que, por alguma circunstância, desistiu-se da construção da rua prevista e as famílias do casal e de seus vizinhos puderam permanecer em suas casas.

Como a maioria dos moradores que viveram realmente a situação de terem suas casas removidas, Francisco e Joana optaram por receber diretamente o valor da indenização, o que lhes daria maior autonomia em relação ao uso do dinheiro e à escolha da nova casa. Entre os que viam a remoção como uma oportunidade de saírem da comunidade, como Joana, almejava-se morar *em qualquer lugar que não fosse favela*, o que significava para eles garantia de maior prestígio social, segurança, respeito e privacidade para sua família. Já entre os que queriam permanecer em Acari, como o Sr. Francisco, predominava a procura por uma casa mais próxima às saídas da comunidade - áreas mais valorizadas por disporem de melhor infra-estrutura e por serem mais distantes das *bocas-de-fumo*, conferindo maior segurança aos moradores nas situações de confronto entre policiais e traficantes¹¹⁹.

A intervenção do Favela-Bairro produzia, portanto, uma *especulação imobiliária*, como me relatou um líder comunitário. Diante da mobilidade residencial provocada pela intervenção, as casas colocadas à venda nas áreas mais nobres da comunidade passavam a ter seu preço

¹¹⁹ A pesquisa realizada por Gomes e Bastos (1993) mostrou ainda que a proposta de urbanização das favelas nem sempre encontra respaldo na totalidade da população atendida. Nas duas favelas na Ilha do Governador estudadas, as autoras identificaram posições diversas em relação às condições de moradia e a luta pela urbanização: o desejo de fuga da favela, por falta de esperança de que haveria nela uma melhoria efetiva; e a permanência na favela, dividindo-se entre aqueles moradores que, através do imobilismo e do imediatismo, expressavam o desejo de manutenção da favela tal qual ela estava e aqueles em que se difundia e enraizava um projeto de urbanização.

rapidamente elevado¹²⁰. Almejando adquiri-las, os moradores removidos tentavam negociar um valor acima do que era normalmente oferecido pela prefeitura por suas casas, mas a indenização era sempre insuficiente para pagar integralmente o preço da nova casa. Como Francisco e Joana, para muitos moradores a remoção de suas casas acabava gerando então um acúmulo de dívidas significativas em sua já comprometida renda familiar.

De todo modo, conforme se pode perceber nos casos descritos, especialmente no de Joana, não se trata aqui certamente de um valor apenas material da casa, mas também afetivo. Como DaMatta (1987b) já analisou do ponto de vista sociológico, mais do que um espaço físico comensurável, a casa representa um espaço moral, uma esfera de ação social capaz de despertar emoções, reações, leis e sentimentos. Para Carreteiro (2000), o espaço de habitação desempenha um papel importante no processo de construção identitária, sendo objeto de grande valor simbólico, além de ser igualmente fruto de uma produção social. Mais ainda, o local de moradia – que inclui a casa, a vizinhança, a rua... - representa, para Bosi (2003), um espaço de memória individual e coletiva. Nesse sentido, a mobilidade espacial tem relação com a afetiva. Assim, como alerta a autora,

os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento (p.76).

O tráfico de drogas

Quando iniciei meu trabalho de campo no final de 2003, percebi que Acari estava bastante diferente em relação à presença do tráfico de drogas, ao qual os moradores frequentemente se referem apenas pela palavra *movimento*. Enquanto anteriormente vi raríssimas vezes *os meninos* vendendo drogas ou portando armas de fogo, nesse segundo momento isso era bastante visível e ostensivo.

¹²⁰ Cabe lembrar que, como me relatou o líder comunitário, o próprio anúncio da chegada da intervenção do Favela-Bairro já era o suficiente para valorizar a comunidade, elevando o preço das casas para compra e venda e atraindo a chegada de novos moradores, que constroem lá seus barracos na tentativa de serem beneficiados com as obras.

Numa das principais ruas de Acari, onde antes havia uma viatura da polícia militar inibindo permanentemente as ações do tráfico de drogas, agora os traficantes desenvolviam abertamente suas atividades durante o dia e a noite, não demonstrando qualquer preocupação com a discricção, exceto durante as *invasões policiais*. Conforme me diziam, enquanto antigamente *era tudo discreto* e os traficantes respeitavam mais os moradores e líderes comunitários, hoje *eles acham que sabem de tudo* e tentam controlar até as ações das associações de moradores. Por outro lado, para muitos moradores, principalmente os mais jovens, os traficantes continuam sendo vistos como uma espécie de mediadores de conflitos, solicitados a intervir, por exemplo, em situações de roubos e brigas no interior da comunidade. Ou seja, os traficantes continuam sendo contraditoriamente a figura representativa de lei e justiça mais próxima e legítima do que a polícia¹²¹.

Uma vez que, para a prefeitura, a associação de moradores é a instituição organizada de representatividade e negociação com a população, ao tentar obter o seu controle, o tráfico de drogas acaba nesse sentido interferindo também na implantação do Programa Favela-Bairro nas comunidades¹²².

Um bom exemplo disso foram as mudanças ocorridas numa das comunidades em relação ao que seria construído num terreno onde algumas casas foram removidas. No plano de intervenção do Favela-Bairro apresentado em assembléia aos moradores, previa-se para aquela área a construção de uma praça de lazer. Entretanto, o controle do tráfico exercido sobre a associação de moradores fez com que seu presidente fosse coagido a atender a um pedido do *dono da favela*, solicitando então aos fiscais do Favela-Bairro uma mudança no projeto *em nome da comunidade*. Assim, ao invés da praça, construiu-se ali uma quadra, que, apesar de ser oficialmente destinada à livre utilização dos moradores para fins de lazer, tornar-se-ia na prática

¹²¹ Entre os moradores, percebi que as leis que regem as ações e punições imputadas pelos traficantes aos transgressores nesses casos estão em conformidade com seus critérios de justiça, mesmo quando os *castigos* implicam atos de extrema violência. Quanto à polícia, acusam-na de ser corrupta e ter uma atuação arbitrária nas comunidades, não sabendo distinguir entre *trabalhadores* e *bandidos*, não a reconhecendo, portanto, como uma instância de aplicação da lei e da justiça. Um morador, por exemplo, me confessou que *confia mais nos vagabundos* [outro modo de se referir aos traficantes] *do que nos policiais*. Sobre a relação entre os moradores de favelas e a polícia, ver o décimo capítulo de Zaluar (1994).

¹²² A relação entranhada entre tráfico de drogas e associações de moradores, resultando na desqualificação destas por parte dos moradores, não é fato tão recente, mas resultado de um processo que muitas vezes tem início no próprio surgimento de muitas associações. Alvito (2001) mostra que, quando realizou sua etnografia (1995-1998), a relação entre o tráfico e certas associações de moradores de Acari já estava “institucionalizada” aos olhos dos moradores. A própria sede de uma e a piscina na sede de outra foram, inclusive, construídas por chefes do tráfico.

uma área de controle e uso exclusivo para a realização das festas e *bailes* de funk e pagode promovidos por traficantes.

Certamente, esse tipo de “negociação” ocorria *por trás*, sem que os moradores tivessem tido conhecimento ou participação no processo decisório. Orientados pelo CIEDS a *não se meterem nisso*, os agentes comunitários, por sua vez, sentiam-se totalmente impotentes diante de tais situações.

A associação de moradores

De modo geral, hoje as associações de moradores de Acari não são bem vistas nas comunidades. Isto é, não são consideradas pelos moradores como seus porta-vozes. Cada vez mais é difícil saber em nome de quem seus presidentes falam: de seus próprios interesses, dos moradores ou do tráfico de drogas local?

Como em muitas outras comunidades, em Acari as associações de moradores são hoje vistas como lugares de poder individual e, por isso mesmo, sempre sujeitas a desconfianças¹²³. Dentre as críticas mais frequentes, costumava ouvir que as diretorias sempre beneficiam seus *conhecidos* nas oportunidades de cursos e empregos oferecidos pelas associações através de convênios e parcerias. Além disso, os moradores vêem as associações como pouco atuantes em relação ao que consideram que elas seriam capazes de fazer em prol das comunidades. No entanto, muito poucos moradores se interessam em colaborar para que elas representem melhor os interesses coletivos, seja envolvendo-se como sócios, seja participando de suas atividades e reuniões.

Mais do que isso, percebi a existência de uma forte tensão entre os líderes comunitários - em especial os presidentes de associações - que eram considerados pelos moradores como tendo alguma vinculação ou relação de cumplicidade com o tráfico de drogas e aqueles que orgulhosamente recusavam se submeter a qualquer acordo com o tráfico, alegando pautar suas ações apenas em benefício dos interesses de *sua comunidade*.

¹²³ Uma pesquisa realizada em oito comunidades e bairros da Grande Tijuca aponta quatro desafios colocados hoje às associações de moradores: conseguir representatividade, manter a participação, não se submeter aos chefes do tráfico de drogas e, nas parcerias, não aceitar sem discutir as regras dos projetos governamentais e não-governamentais (IBASE, 2000)

Dependendo da qualidade e grau da relação que mantinham com o tráfico, as associações, portanto, eram mais bem ou mal vistas pelos moradores, assim como os presidentes eram identificados enquanto seus representantes ou desqualificados enquanto tal. De qualquer forma, pela conjugação dos diversos fatores apontados, o que predomina atualmente entre os moradores é uma percepção negativa das associações de moradores, em que estas são pouco reconhecidas enquanto instituições representativas de luta política em defesa dos direitos e interesses das comunidades.

Essa percepção negativa das associações de moradores afetava diretamente o trabalho das agentes comunitárias de habitação. Embora seu trabalho fosse autônomo e independente das associações, o fato de estarem ou não alocadas em sua sede interferia no tipo de relação que os moradores estabeleciam inicialmente com as equipes.

Por estarem alocadas numa sala dentro da associação, a equipe de Parque Acari também era negativamente identificada pelos moradores como vinculada a ela. Somente ao longo do trabalho das agentes, os moradores foram compreendendo sua autonomia e especificidade, passando a procurá-las em sua sala. Da mesma maneira, a aproximação dos agentes de Vila Rica e Vila Esperança com os moradores dessas comunidades era facilitada por estas equipes terem *barracões* próprios, construídos junto aos dos técnicos da empreiteira e fiscais da prefeitura. A desvinculação ao próprio espaço físico das associações favorecia, nesse sentido, o acesso direto e espontâneo dos moradores.

Na visão do presidente de uma das associações e compartilhada pelos agentes comunitários, o trabalho entre as equipes de Participação Comunitária e as associações de moradores deve ser sempre de parceria. Mas diferentemente do que os agentes relatavam, para ele uma relação de grande proximidade entre ambos pode facilitar o trabalho de um e outro, pois na medida em que a maioria dos agentes são *de fora*, eles precisam do respaldo das associações para se inserir nas comunidades.

No processo de intervenção do Favela-Bairro, ter uma associação de moradores atuante faz toda a diferença no que se refere à elaboração do projeto de acordo com as demandas dos moradores e à qualidade das obras executadas nas comunidades. Como me dizia o presidente de uma das associações de moradores de Acari, *a comunidade muitas vezes perde quando a associação não mostra interesse, quando não tem um acompanhamento de perto da liderança.*

Nesse sentido, sua fiscalização e acompanhamento contínuo foram determinantes para que sua comunidade recebesse obras de melhor qualidade do que as demais.

Durante as fases de elaboração de projeto, obras e pós-obras do Favela-Bairro, as associações de moradores de Acari sofreram muitas mudanças. No final de 2002, houve eleição para a diretoria de uma das associações de moradores, na qual a atual presidente - uma moradora antiga da comunidade, cuja aparência frágil escondia uma representante ativa e experiente nas negociações políticas – foi substituída por um morador que até então nunca havia exercido papel de liderança em Acari e demonstrava pouca capacidade de articulação e negociação com o poder público. A troca de presidentes com histórias e perfis tão distintos exigia uma adaptação da própria prefeitura, que tinha que se adequar constantemente às características das associações e seus presidentes. Como me disse a engenheira da SMH: *as associações são bem diferentes, cada uma é de um jeito. Então com cada um dos presidentes a gente vai levando também na linha que eles fazem.*

Nesse período em que estive percorrendo Acari, ocorreram ainda outras mudanças na dinâmica das associações de moradores. No final de 2004, soube por moradores e agentes comunitários que as associações de Vila Rica e Parque Acari seriam unificadas. Cartazes espalhados pelas comunidades confirmavam a notícia e convocavam a participação dos moradores na eleição para a nova presidência. Num domingo, dia 9 de janeiro de 2005, pude então acompanhar a eleição do novo e único presidente, que foi também acompanhada e fiscalizada por representantes da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). Na eleição, disputaram apenas três candidatos. Na chapa 1, o candidato era um morador de Vila Rica que atuava como agente de saúde na comunidade, na chapa 2, uma ex-presidente da associação de moradores de Parque Acari, e na chapa 3, o atual presidente da mesma associação. Encerrada no mesmo dia a apuração dos votos, elegeu-se novamente a chapa 3, com o *slogan* “na cabeça outra vez”.

Poucos dias depois da eleição, moradores me disseram que haveria também uma nova eleição para a presidência da associação de moradores de Vila Esperança e que a atual diretoria já estava afastada. Por já ter “oficialmente” interrompido meu trabalho de campo, desde que tomei conhecimento do ocorrido, não pude acompanhar seus desdobramentos nem tive nenhum outro contato com o casal que dirigia essa associação desde sua fundação, em 1981. Moradores

me diziam que, assim como o ex-presidente da associação de Vila Rica, ambos não haviam sido mais vistos na comunidade, e apontavam que essas mudanças nas associações de moradores resultavam de pressões do tráfico de drogas para controlá-las.

Diante de todos esses acontecimentos, é possível pensar se existe e quais são os efeitos da relação entre a chegada da intervenção do Favela-Bairro a essas comunidades e as tentativas cada vez mais intensas de controle das associações de moradores por parte do tráfico de drogas. Os elementos e ações percebidos no trabalho de campo não me permitem afirmar o grau dessa relação, nem é minha intenção definir causalidades, contudo, as experiências e relatos por mim acompanhados apontam seguramente para a existência de uma relação entre os dois processos.

Numa análise geral, penso que, ao se vincular exclusivamente às associações de moradores, tomando-as como porta-vozes das comunidades e atribuindo-lhes a capacidade de intervir diretamente no processo de elaboração e realização das obras da intervenção do Favela-Bairro “em nome dos moradores”, a prefeitura acaba lhes dotando de um poder de decisão que passa a interessar e ser disputado não apenas pelos líderes comunitários, mas também pelo tráfico de drogas.

Noto que não somente a prefeitura, mas praticamente todas as instituições públicas e não-governamentais privilegiam as associações de moradores como instância de negociação e representatividade das comunidades, concentrando nelas as forças de mediação política, social e econômica nas parcerias e convênios estabelecidos. Como mostraram Oliveira e Carvalho (1993) em sua pesquisa sobre as organizações comunitárias das favelas, em alguns casos, o poder público, através de órgãos como a Companhia de Água e Esgoto (CEDAE), estabelece “parcerias” com as associações de moradores, repassando-lhes, por exemplo, o papel de regular a distribuição da água. Segundo as autoras, o que o estabelecimento dessas relações indica é a pouca distinção de papéis e funções entre o poder público e a Associação de Moradores, fazendo com que esta seja muitas vezes percebida como extensão do primeiro, como uma “miniprefeitura”.

De acordo com a concepção de Latour (1988), o poder das associações de moradores de Acari não deve aqui ser entendido, portanto, como algo do qual elas dispunham ou possuíam *a priori*, sendo causa de sua vinculação à prefeitura, mas sim efeito dessa aliança entre a prefeitura (ou demais instituições) e as associações de moradores. Aliança que se, por um lado, pode gerar

efeitos benéficos à população, através da atuação das associações de moradores como participantes e fiscalizadoras do processo de intervenção, por outro, pode produzir efeitos perversos e talvez imprevisíveis, fazendo com que as associações concentrem um poder do qual elas próprias não conseguem dar conta, podendo inclusive repercutir em sua total perda de autonomia.

Capítulo V:

Favela e Bairro: categorias que se opõem?

*“Aqui eu sou favelada, vivo no meio de favelados.
Lá fora eu sou outra pessoa”
(moradora de Parque Acari)*

O Programa Favela-Bairro, em sua proposta de “transformar favelas em bairros populares”, aponta e reabre a controvérsia em torno da relação entre as próprias categorias favela e bairro. Afinal, há entre elas uma relação de contiguidade ou oposição? Acompanhar e discutir essa controvérsia enquanto ela está “quente” (Latour, 2000) é, portanto, o propósito deste capítulo. Para isso, busco aqui comparar as formas de entendimento e apropriação dessas categorias entre os representantes do poder público (no caso específico, o municipal) e os moradores de Acari, assinalando as estratégias e tentativas de se encerrar a controvérsia.

As categorias “favela” e “bairro” na concepção da prefeitura

Para a prefeitura e o poder público em geral, a forma predominante de compreender e classificar os diferentes espaços urbanos baseia-se em definições de “favela” e “bairro” construídas prioritariamente em função de características ocupacionais, legais e estruturais desses espaços. Enquanto instrumento de fundamentação e legitimação da política urbana municipal, é o Plano Diretor que define e caracteriza esses espaços.

Para o planejamento e controle do desenvolvimento urbano, o território municipal é dividido em: Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA), Unidades Espaciais de Planejamento (UEP) e bairros. De acordo com o quarto parágrafo do artigo 42 do Plano Diretor (1992, p.25), “os bairros correspondem a porções do território que reúnem pessoas que utilizam os mesmos equipamentos comunitários, dentro de limites reconhecidos pela mesma denominação”.

Já no capítulo que trata da política habitacional como forma de “assegurar o direito social de moradia e reduzir o déficit habitacional”, o artigo 138 do Plano Diretor (1992, p.64) define como seus objetivos:

- I - utilização racional do espaço através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra e simplificando as exigências urbanísticas, para garantir à população o acesso à moradia com infraestrutura sanitária, transporte e equipamentos de educação, saúde e lazer;
- II – realocização prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação e utilização imediata e adequada;
- III – urbanização e regularização de favelas e de loteamentos de baixa renda;
- IV – implantação de lotes urbanizados e de moradias populares;
- V – geração de recursos para o financiamento dos programas definidos no artigo 146, dirigidos à redução do déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda.

Para fins de implementação do programa de urbanização e regularização fundiária das favelas – do qual o Favela-Bairro representa o carro-chefe -, o artigo 147 do Plano Diretor (1992, p.67) define favela como:

área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

Como se pode perceber, as favelas são concebidas pela administração municipal a partir de aspectos prioritariamente ocupacionais, estruturais e legais, sendo o termo utilizado para denominar espaços que se caracterizam pela “precariedade”, “irregularidade” e “desconformidade”. Ou seja, as favelas são vistas como espaços que crescem e se perpetuam marcados pela negatividade, falta, inferioridade e ilegalidade, conforme refletem as palavras acima destacadas. Tais idéias coadunam com a definição dada pela engenheira da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) entrevistada. Para ela, *favela, na realidade, é uma área que não tem urbanização, é uma área de invasão basicamente (...), sem infra-estrutura, área que não tem legalidade.*

Em suma, na definição da prefeitura que pauta suas ações nesses espaços, permanece a visão da favela enquanto um espaço desviante do conjunto de normas e leis que regem os bairros e a cidade como um todo.

Quando as agentes comunitárias afirmavam que favela é um *lugar onde ninguém respeita o espaço de ninguém, com um monte de barracos juntos, ‘puxadinhos’...*, onde o morador não entende nada de espaço, elas tentavam sobrepor aos moradores de Acari a idéia de favela como local da desordem urbana, onde predomina a ausência de normas e limites, onde o público e o privado se confundem. Como vimos no capítulo anterior, os efeitos que buscavam produzir ao fazer os moradores acreditarem nessas afirmações era aproximá-los enquanto aliados do programa, estendendo assim a sua rede.

No trabalho de campo, percebi que através da capacitação oferecida pelo CIEDS, os agentes comunitários, em sua maioria oriundos de favelas, passavam a incorporar e difundir os ideais urbanos racionalistas que guiam as ações do poder público na cidade¹²⁴. Assim, uma de suas funções era propagá-los entre os moradores das áreas atendidas pelo Favela-Bairro, garantindo “o uso adequado dos equipamentos implantados na comunidade através de um trabalho educativo”¹²⁵.

Com o propósito de provocar uma “mudança de atitude”, os agentes buscavam ensinar aos moradores em que áreas poderiam fazer uso particular do espaço, como o interior ou quintal de suas casas, e em que áreas não poderiam construir ou se apropriar para fins privativos, como as ruas e praças. Validando a importância desse trabalho educativo, um líder comunitário me dizia que *o Favela-Bairro muda toda a estrutura da comunidade e, por isso, o morador também tem que ser educado para se adaptar a essa nova estrutura.*

Essa “reeducação” de hábitos e atitudes em relação aos espaços da comunidade era, no entanto, vivenciada pelos moradores de maneiras diversas. Enquanto alguns a incorporavam sem crítica ou resistência, outros a percebiam como uma forma autoritária de desapropriação dos usos

¹²⁴ Segundo Mello e Vogel (1985), no discurso progressista e racionalista arquitetônico e urbanístico contemporâneos, planejar significa “distinguir e separar as funções, inventar e designar-lhes a espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível (...). É produzir a forma urbana perfeita para o conteúdo visado” (p.134). Para os autores, planejamento não deve, porém, ser entendido como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico. A questão crucial deve ser sempre como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos.

¹²⁵ Ver documento em anexo sobre as atividades dos agentes comunitários.

cotidianos que fazem desses espaços. Certa vez, uma moradora que foi proibida por um agente comunitário de deixar um saco de cimento em frente à sua casa que estava em obra reagiu de modo contestador à “ação educativa”, afirmando em tom irônico que *agora quem manda na rua é o César Maia*.

Como me relatou a engenheira da SMH, para a prefeitura *o grande problema nas favelas é você definir o que é público e o que é privado, quer dizer, definir até onde é responsabilidade da prefeitura fazer e até onde é responsabilidade do morador*. Dessa forma, um dos objetivos do Programa Favela-Bairro é justamente reordenar esses espaços, definindo o que é de domínio público e o que é de domínio privado, de acordo com as normas e padrões oficiais que vigoram no ambiente da cidade e conduzem as ações da prefeitura nos espaços de uso comum aos seus habitantes.

No mapa do plano de intervenção do Favela-Bairro na comunidade de Vila Rica (vide figura abaixo), por exemplo, podemos notar então as áreas destacadas pela prefeitura como de domínio público, em que se pretendia urbanizar ou construir equipamentos públicos, como creches e praças



As categorias “favela” e “bairro” na concepção dos moradores

Entre os moradores de Acari, as categorias “favela” e “bairro” flutuam por muitas outras dimensões, que não se reduzem a atribuir uma pretensa “natureza” física e organizacional a esses espaços. Dependendo das relações e forças em jogo, esses termos podem transmudar por sentidos diversos, que se por vezes se distanciam, por outras se aproximam.

Assim como a prefeitura, alguns moradores reconhecem nas características ocupacionais e legais elementos que definem e distinguem favela e bairro. Segundo a descrição de uma moradora, *favela é um monte de gente sem nenhuma educação, casas com gatos de luz e água, casas coladas uma na outra...*

Logo, o primeiro sentido de “favela” presente entre os moradores de Acari é o que a define como espaço do caos urbano, da irregularidade e ilegalidade, que se opõe ao espaço regularmente planejado dos “bairros” - sentido semelhante ao que é difundido pela prefeitura. Quanto à ausência de regras e normas de ordenamento deste espaço, estas não se referem, porém, apenas às formas “irregulares” de ocupação, mas também a uma ausência do Estado enquanto instituição reguladora dos direitos e deveres de sua população.

Na prática, o que se nota frequentemente não é, na verdade, uma ausência de regras e leis reguladoras do uso dos espaços, mas a própria mistura de usos enquanto regra. Mais ainda, no discurso dos moradores percebi que o que ocorre é muitas vezes a substituição do poder público pelo chefe do tráfico de drogas local como propositor e controlador de tais regras, criadas sobretudo em função de interesses privados. Não é à toa que este costuma ser chamado pelos moradores de *o dono da favela*. Como me disse uma moradora, *favela é um lugar sem governo, onde os meninos fazem o que querem*. Penso que a palavra governo pode então aqui ser entendida em seu duplo sentido, significando tanto direção, controle quanto o Estado, o poder público.

A redação de uma jovem de 18 anos sobre como ela vê Acari elucida o papel do chefe do tráfico de drogas inclusive no estabelecimento de leis e punições que regulam conflitos entre os moradores, sendo por estes compartilhadas¹²⁶:

¹²⁶ Como a carta da mãe de Joana no capítulo anterior, optei manter a forma original dos textos escritos por moradores.

Eu vejo Acari, uma favela pobre como são a maioria das favelas, Acari é uma favela muito boa de se morar isto é quando não si tem tiroteios. Quase todos os bandidos que tem respeito os moradores principalmente o responsável pela favela, morador só é violentado quando faz fofoca ou quando arrumam briga que eles mandam raspar o cabelo, assim é que eu vejo o Acari.

Nesta outra redação abaixo, uma jovem de 15 anos descreve como percebe Acari no momento atual, evidenciando o caráter dúbio do papel desempenhado pelos traficantes na assistência social e no controle dos espaços públicos da comunidade, significando ao mesmo tempo perigo e proteção aos moradores.

Aqui em Acari hoje muitos homens conseguiram empregos na obra do favela bairro. No momento a comunidade está se unindo para fazer uma comunidade melhor. Tem pessoas que acham que o favela bairro será uma oportunidade de ser melhor visto quando for procura um trabalho pois não será mais a favela de acari e sim Vila Rica. Apesar das dificuldades em nossa comunidade nós jovens temos a oportunidade de fazer diversos cursos, sabemos que não nos levará para um emprego mais já saberemos nos comportar em um. Temos também os bailes os pagodes as feirinhas que nos podemos nós divertir, aqui nos podemos andar de bicicleta, patins, patinete e varias outras coisas que podemos fazer nas praças, apesar que sabemos que nas praças mora o pirigo pois os traficantes estão prestando atenção em tudo em que nós fazemos. Aqui tem muitos vagabundos bons tipo o dono da favela abre varias oportunidades de curso, patrocina as crianças na quadra para fazer esporte. Ele abriu uma padaria que todos os domingos da pão para a comunidade. uma coisa eu digo as pessoas se sente mais seguros nas mãos dos bandidos que nas mãos dos policiais, pois os policiais só chegam na favela esculachando todos os moradores não que saber se é morador ou bandido.

Outra característica da favela enunciada por essa jovem é a de ser um lugar onde vigora uma vigilância permanente, tanto por parte dos traficantes quanto dos demais moradores. Como quase todo mundo se conhece, tudo que se diz e faz nas ruas é, assim, alvo da atenção e julgamento dos outros. Assim como Joana, que se incomodava com o *clima de fofoca*, muitos dos moradores que desejam sair da favela almejam, entre outros fatores, garantir seu anonimato nas ruas e a privacidade de sua família - o que acreditam poder encontrar nas áreas de não-favela, pois como me relatou uma moradora, *em bairro as pessoas não ficam te olhando, te controlando*.

Já a redação de um menino de 10 anos intitulada “A favela”, expressa de forma sintética como a familiaridade com a pobreza e a violência gerada pela atuação da polícia e do tráfico de

drogas faz com estes aspectos sejam vistos quase como características intrínsecas à própria definição de favela. Essa percepção é especialmente predominante entre as crianças, que por aprenderem desde muito cedo a conviver de perto com a pobreza e a violência, possuem uma visão muito mais crua do local onde vivem.

Na favela muitas pessoas morrem todos os dias. Pessoas-se prostuem para ganhar um prato de comida. Compram armas e drogas todos os dias. Meu colega foi espancado por dois policiais e o pior e que ele não era bandido auquem sempre morre por balas perdidas. Menores de idade ganhão drogas dos pais. Soutaram fogos no meu telhado. A polícia chega depois dois crimes serem cometidos.

Não obstante a proximidade inicial com o entendimento do poder público, os sentidos que os moradores de Acari atribuem ao termo “favela” transcendem, portanto, sobremaneira a definição dada pela prefeitura. Ao se referir à falta de educação das pessoas, por exemplo, a fala da primeira moradora evoca ainda um sentido moral do termo, que se torna mais evidente na afirmação de um antigo morador de que *a favela quem faz é o ser humano*.

Para este e muitos outros moradores, é o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que definem o caráter de “favela” ao local e o *status* negativo de “favelados” à sua população. Entre os moradores, ser “favelado” pode significar várias coisas, associadas ou não: ser mal educado, falar palavrões, andar mal vestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, *praticar tudo de errado, fazer tudo que o bandido faz*. Nessas diferentes definições, fica claro que ser pobre não é sinônimo de ser favelado, pois esta última denominação está ligada muito mais aos comportamentos e valores das pessoas percebidos como moralmente inferiores do que à sua condição social. Nesse sentido, a expressão usual “sou pobre, mas sou limpinho”, como tentativa de se esquivar do preconceito que incute sobre a figura do pobre expectativas de maus hábitos e comportamentos indesejáveis, poderia aqui ser substituída por “sou pobre, mas não sou favelado”.

Segundo o presidente de uma das associações de moradores, o que distingue a favela do bairro é apenas uma diferença de *poder aquisitivo* de seus habitantes. Falando em nome dos moradores, argumentava que *nós somos iguais aos moradores de Copacabana, porque temos o*

*mesmo atendimento da Comlurb, da Light, da CEDAE.... Para ele, o problema é que o favelado já se vê diferente do cara que mora no bairro. Mesmo rejeitando a oposição favela/bairro, mostrando que a diferença é apenas social, descrevia formas distintas de os moradores destes espaços lidarem com os equipamentos públicos. Relatou-me, por exemplo, que enquanto no bairro um telefone público não é depredado pelos seus próprios moradores, na favela ele seria destruído imediatamente após sua instalação por traficantes temerosos de que os moradores o utilizem para fazer denúncias, acionando a presença da polícia no local. Embora considere em seu exemplo aspectos que, para além da diferença de condição social de seus habitantes, diferenciam ambos os contextos, ao final de sua fala acaba admitindo que *o que existe é diferença de pessoas.**

Para outra moradora, é tanto a presença do tráfico de drogas quanto a de uma minoria de moradores que exibem hábitos e comportamentos depreciativos que atribuem ao Acari uma imagem pública negativa. Indignada com os discursos preconceituosos que tendem a homogeneizar sua população, ela diz que *a favela é suja por causa de alguns moradores, e quem não tem nada com isso também sofre as consequências.*

A distinção entre os moradores meramente pobres e aqueles considerados “favelados” torna-se explícita diante de certas situações, como por exemplo, quando algum dos pavilhões da CEASA é incendiado, atraindo moradores de diversas regiões pobres da cidade para recolherem alimentos e objetos junto às cinzas. Acontecimentos deste tipo costumam ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação de massa, que sempre se interessam em exibir a miséria alheia. Quando dentre estas pessoas que para lá se dirigem há moradores de Acari, tal fato é visto pelos demais moradores, sobretudo os de Parque Acari, como *vergonhoso*, atribuindo essa atitude a um modo de vida *favelado* que contribui para uma desvalorização da localidade. Pois como me afirmou uma moradora, *são essas pessoas que fazem isso aqui ser favela..*

Diante dessa conotação pejorativa, é interessante notar que praticamente nenhum morador com o qual mantive contatos durante o trabalho de campo se autodenominava como “favelado”. Procurando preservar uma imagem de integridade pública, percebi que, entre eles, favelado é sempre o outro. Apenas alguns moradores mais antigos se referiam raramente como favelados, porém, no intuito de resgatar um certo orgulho pelos sacrifícios enfrentados para a consolidação e desenvolvimento da favela. Já uma antiga moradora e líder comunitária explicou-

me que se considera favelada apenas enquanto está na favela, dizendo comportar-se diferentemente quando está em áreas consideradas mais nobres. Conforme dizia, *aqui eu sou favelada, vivo no meio de favelados. Lá fora eu sou outra pessoa*. A diferença na maneira de falar, vestir-se e comportar-se dentro e fora da favela era tanta que a moradora dizia ter *duas personalidades*.

Essa concepção moral dos termos “favela” e “favelado” está diretamente associada ao estigma produzido em relação a este espaço e seus moradores, isto é, à concepção da favela enquanto espaço estigmatizante. Conforme indiquei no segundo e terceiro capítulos, a palavra “favela” vem adquirindo historicamente um caráter pejorativo e depreciativo, uma vez que em torno desses espaços se construiu no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, violência e criminalidade (Perlman, 1977; Valladares, 1978) que se refletiam nas ações do poder público neles empreendidas e na conseqüente estigmatização de seus habitantes como pobres, violentos e marginais em potencial. Como bem relata uma moradora o preconceito que sofre: *falam que as pessoas que moram em favelas são favelados, são viciados; falam que gente da favela é tudo bandido. Toda favela tem droga, mas eu me sinto mal com isso*.

Goffman (1982) diz que o termo estigma foi criado pelos gregos para designar sinais corporais os quais buscavam evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Estes sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – “uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (*op. cit.*, p.11). Atualmente o termo é utilizado de modo semelhante ao sentido original, sendo, porém, mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.

De acordo com o autor (*op. cit.*), o estigma está relacionado com a existência de expectativas que norteiam as relações sociais. Quando entramos em contato com um estranho, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, ou seja, a sua “identidade social”¹²⁷. No entanto, sem que nos apercebamos, transformamos essas preconceções em expectativas normativas, fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está à nossa frente deveria ser. Assim, demandamos por uma “identidade social

¹²⁷ Goffman (1982) opta pelo termo “identidade social” em lugar de “status social” por achá-lo mais adequado, já que inclui tanto atributos pessoais, como honestidade, quanto atributos estruturais, como ocupação.

virtual”, baseada em nossas expectativas normativas, em detrimento de sua “identidade social real” (*ibid.*, p.12). A estigmatização ocorre quando um dos grupos ou indivíduos envolvidos numa relação social possui um atributo não previsto e considerado negativo pelo outro¹²⁸. Dessa forma, estigma constitui “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (*ibid.*, p.7).

Como já indicava Gondim (1981-82), o estigma de morador de favela não se esgota na mera situação geográfica, mas está associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação na política habitacional¹²⁹.

Semelhante ao que ocorre nos guetos americanos e nas *cités* francesas estudados por Wacquant (2001), o “estigma territorial” é a característica mais saliente da experiência vivida pelos moradores das favelas cariocas¹³⁰. O estigma de morar em favela tem sido cada vez mais associado à pobreza, ao crime e à degradação moral, o que afeta seus moradores em todos os aspectos de suas vidas – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com a polícia, ou na simples aproximação com outras pessoas.

Para enfrentar os efeitos de descrédito desse estigma e ascender a uma existência socialmente reconhecida, os moradores de Acari desenvolvem diversas estratégias em seu cotidiano. No âmbito familiar, por exemplo, muitas mães preocupam-se em educar seus filhos de modo a fortalecer sua auto-estima e prepará-los para não sucumbir ao preconceito de que são

¹²⁸ Seguindo a proposta da Teoria Ator-Rede, acrescento que não são apenas os indivíduos que fazem parte desta relação que produz o estigma do favelado, mas também os não-humanos, como roupas e acessórios, associados ao estereótipo do morador de favela.

¹²⁹ “Se existe um estigma para os pobres em geral, no sentido de uma classificação por atributos negativos associados à sua condição social, então a situação de morar em favela é vista como um adicional a esses atributos e o favelado é duplamente estigmatizado. O fato de se encontrarem numa situação ilegal com relação à propriedade da terra que ocupam, torna os favelados muito mais vulneráveis à intervenção estatal de que outros grupos de baixa renda, como por exemplo, os moradores de conjuntos habitacionais e de loteamentos periféricos” (Gondim, 1981-82, p.32). Mas não é apenas na condução das políticas habitacionais que a vulnerabilidade dos estigmatizados se faz presente. A partir de duas situações etnográficas, Mota (2004) mostra como o argumento da “favelização” é utilizado para caracterizar habitações humildes de populações tradicionais em áreas de preservação ambiental no intuito de *desconsiderar* seus direitos e justificar sua expulsão.

¹³⁰ Não pretendo aqui comparar as favelas brasileiras aos guetos americanos ou às *cités* francesas, mas apenas abordar a semelhança na forma de categorizar socialmente os moradores das áreas consideradas inferiores nas grandes cidades. Diferentemente do gueto americano, cuja população compõe-se de negros pobres, a periferia francesa é um universo altamente heterogêneo, no qual as categorias raciais ou étnicas possuem pouca força social. Enquanto nas *cités* francesas, o estigma é tão-somente residencial, nos guetos ele é conjunta e inseparavelmente espacial e racial (Wacquant, 2001).

vítimas. Uma moradora de Vila Rica, por exemplo, cuja filha foi pejorativamente chamada de “favelada” por um colega na escola, contou-me que buscou encorajá-la dizendo: *you não tem que ter vergonha de dizer que mora aqui. Temos é que mostrar quem a gente é*. Já uma outra mãe que conheci costuma agir preventivamente, dizendo sempre para seu filho: *you é igual a qualquer um. Não é porque a gente mora em favela que you é pior que o jovem da Zona Sul*.

Tal como os habitantes do conjunto de habitação popular francês estudado por Wacquant (2001), os moradores de Acari enfrentam ainda a desconfiança e a reticência de empregadores ao mencionarem seu local de residência, pois “morar em favela” já carrega a suspeita de atividades ilícitas ou mesmo de culpa por alguma infração. Portanto, no âmbito profissional, é prática comum entre eles omitir ou mentir sobre seu endereço em fichas de seleção e entrevistas de emprego, dando em seu lugar o de algum parente ou amigo que resida *fora da favela*, pois, como me disse categoricamente um adolescente, *quem mora na favela é visto como favelado e não arruma emprego*.

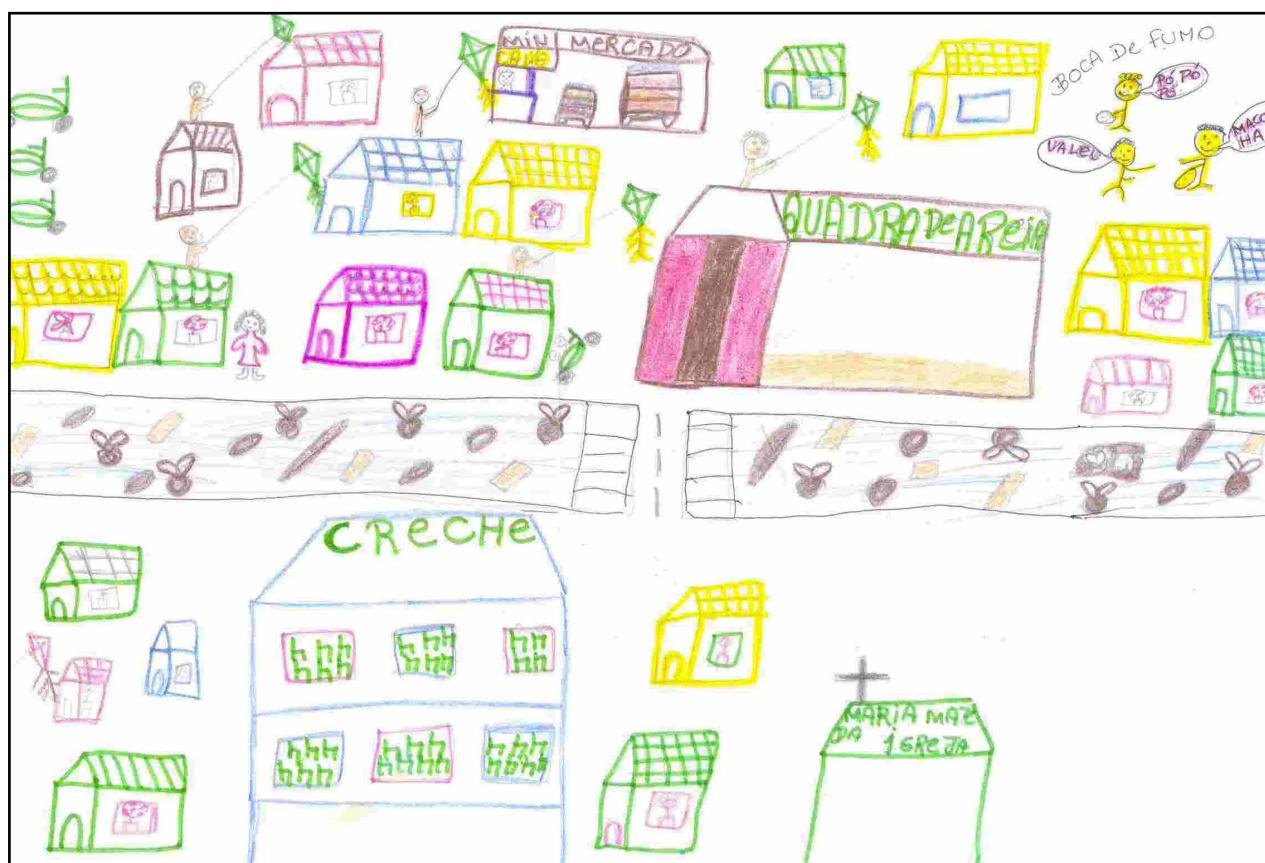
Como se pode notar na redação da adolescente de 15 anos citada, muitos projetos e cursos existentes em Acari que visam capacitar os jovens para o mercado de trabalho incutem em seu processo de capacitação o “aprender a comportar-se em um emprego”. Tendo anteriormente acompanhado jovens de um desses cursos numa instituição comunitária, percebi que a preparação para a entrada no “mundo do trabalho” referia-se não tanto ao aprendizado dos direitos trabalhistas ou de deveres de compromisso e disciplina, mas à uma maneira de livrar-se do modo favelado de vestir-se, falar e comportar-se publicamente. Numa espécie de treinamento, os jovens eram orientados a abandonar certos símbolos e comportamentos que pudessem indicar sua origem da favela, substituindo-os por outros de maior prestígio social. Uma das educadoras, por exemplo, proibia o uso de bonés pelos adolescentes na instituição, uma vez que, a seu ver, esse acessório aludia ao modo dos *meninos* do tráfico se vestirem, podendo causar más impressões às pessoas *de fora*.

Assim, de acordo com Wacquant (2001), o estigma territorial carrega um sentido de indignidade pessoal que colore cotidianamente as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercados de trabalho. Além disso,

A estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófugas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social que conspiram no sentido de diminuir a confiança interpessoal e minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (*op. cit.*, p.34).

De todo modo, a maioria dos moradores tinha a expectativa de que a intervenção do Favela-Bairro contribuiria para a construção de uma imagem pública mais positiva da localidade. Para além das melhorias em termos de infra-estrutura urbana, acreditavam que Acari seria *mais valorizado*, que iria *mudar a fama de marginalização*, que a mídia e o poder público *começariam a ver Acari diferente*.

Diante da pluralidade de sentidos atribuídos pelos moradores às categorias “favela”, “favelado” e “bairro”, podemos então comparar brevemente o mapa de Vila Rica produzido pela prefeitura com um desenho produzido por uma moradora de 13 anos (vide figura abaixo).



Diferentemente do mapa da Secretaria Municipal de Habitação, restrito às construções, terrenos, ruas e becos definidos como espaços públicos, o mapa do morador também é afetivo e simbólico. Como podemos perceber, o desenho desta adolescente expressa o cotidiano de sua vida na comunidade. Nele, os moradores, as casas, o valão, o comércio, a pobreza, a religião, as instituições, as brincadeiras, o tráfico de drogas, a alegria e a tristeza compõem igualmente uma mesma rede, a rede que produz e é produzida pelo que se convencionou chamar de Acari.

A categoria “comunidade”: a solução da controvérsia?

Embora já na década de 1970 alguns estudos criticassem severamente os discursos dualistas sobre as favelas mantidos por instituições, governos e parte da academia, demonstrando a existência de semelhanças em termos de estrutura e práticas sociais entre esses e os demais espaços populares, Ribeiro e Lago (2001) apontam a sua retomada no debate público atual.

Segundo os autores, assistimos hoje à produção intensa de imagens, idéias e práticas que re-editam o antigo mito da favela como um outro mundo social à parte da cidade, identificado pela carência e desorganização. Para eles, essa concepção dualista vem sendo legitimada através da absorção pelo campo acadêmico de conceitos e noções teóricas como “gueto” e “exclusão social” - que embasam hoje o debate internacional sobre os impactos sociais e espaciais das mudanças econômicas nas cidades - assim como de questões como narcotráfico e violência urbana e, ainda, através da frequente utilização pela mídia de metáforas como “cidade partida” e “desordem urbana”. Em contrapartida, governos e instituições ligadas à gestão pública da pobreza expressam demandas por novos discursos sobre as favelas que subsidiem a política de integração da favela ao bairro, como é o caso do programa aqui analisado.

Submetendo essa (di)visão da cidade do Rio de Janeiro a uma reflexão crítica, a partir da avaliação empírica das diferenças demográficas e sociais entre as favelas e o restante da cidade, os autores concluem que a oposição favela/bairro nada mais é que a expressão espacial das notórias desigualdades que marcam a sociedade brasileira, já que as favelas concentram os segmentos sociais com as maiores desvantagens no acesso às oportunidades (os mais jovens, os não-brancos e os de baixa escolaridade).

Embora suas constatações pareçam fortalecer as concepções dualistas das favelas, os autores afirmam que é imprescindível passar da análise da divisão favela/bairro para a interpretação da (di)visão dessa dicotomia socioespacial, ou seja, avaliar se as diferenças observadas são representadas legitimamente na sociedade carioca como separação e/ou inferioridade.

Em Acari, quando as agentes comunitárias aludiam nas reuniões de rua à origem do termo¹³¹, dizendo que *favela é planta* elas tentavam certamente desviar-se do seu aspecto pejorativo e estigmatizante. Em lugar de *favela*, as agentes referiam-se frequentemente ao Parque Acari como *comunidade*, estando em consonância com a utilização atual desta categoria pelos órgãos governamentais e mesmo pelas organizações da sociedade civil que lá vem se proliferando.

Além disso, *comunidade* é um termo comum utilizado pelos moradores para se referirem à localidade onde vivem, assim como para definir o grau de pertinência das pessoas a ela, ou seja, se são ou não *da comunidade*. Num pequeno artigo sobre a percepção dos moradores de favelas sobre a diversidade de significados evocados hoje pela palavra “favela”, uma moradora da Rocinha diz que “tudo de ruim e de desorganizado se atribui à favela ou aos favelados”, motivo pelo qual acha “comunidade um termo muito mais simpático”¹³². Da mesma maneira, uma líder comunitária de Acari justifica sua preferência por *comunidade* por considerar que *favela é um nome muito pesado*, defendendo inclusive sua extinção.

Diante disso, ressalto que o termo comunidade consiste em uma categoria socialmente compartilhada, possuindo diversas significações em seu uso, seja do ponto de vista do senso comum seja de uma perspectiva teórica. Gusfield (1975) aponta que para entender o uso relacional do termo “comunidade” é preciso enfatizar o processo no qual a experiência é concebida como comunal ou societal pelos indivíduos¹³³. Assim, ao invés de tomar a existência

¹³¹ O nome favela provém de uma planta picante que cobria os morros que circundavam Canudos, no Nordeste, e foi esse nome que soldados sobreviventes da guerra de Canudos deram ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde se instalaram quando vieram à capital da república solicitar apoio e assistência do governo, em 1900. O nome rapidamente se generalizou, passando a designar todas as formas de aglomerações de moradias com características semelhantes. Para um relato mais detalhado sobre a origem do termo, ver Medina (1964).

¹³² Corrêa, Marcos Sá. A favela dos favelados. Jornal eletrônico No, Rio de Janeiro, 08 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.no.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2003.

¹³³ Segundo Gusfield (1975), o conceito de “comunidade” emergiu no campo sociológico no século XIX, quando diversos pensadores tentavam descrever a transição do mundo tradicional

de comunidade como algo em si mesmo, é importante compreender a operacionalidade de tais categorias pelos agentes.

É nesse sentido que pude notar que tanto “favela” quanto “comunidade” não são categorias estáticas, mas dinâmicas, que são apropriadas pelos indivíduos de modo particular, cujos sentidos vão sendo construídos e reconstruídos no cotidiano de suas relações. Em outras palavras, “favela” e “comunidade” são categorias circulantes, efeitos produzidos pelas ações dos atores em rede.

Ao longo do trabalho de campo, percebi que, entre os moradores, *comunidade carente* e *favela* são expressões que oscilam, sendo frequentemente utilizadas para ressaltar os aspectos negativos de Acari. No caso da primeira, quando se buscava acentuar a pobreza e a situação de abandono por parte do poder público. No caso da segunda quando, além destes aspectos, se enfatizavam as diferentes formas de violência incitadas pela presença do tráfico de drogas nestas localidades, associando-as à noção de perigo.

Essas imagens são utilizadas sobretudo por moradores que comporiam aquilo que Silva (1967) designou “burguesia favelada” - pessoas que monopolizam o acesso, controle e manipulação dos recursos econômicos e das decisões e contatos políticos na favela -, em situações que envolvam alguma negociação para obter benefícios para seu grupo social. Por exemplo, quando um líder local recebe visitas de autoridades e políticos, especialmente em período pré-eleitoral, ele exhibe aos visitantes os cantos mais sujos e precários da *favela*, evocando uma explícita negociação de troca. Em prol de melhorias em termos de serviços públicos e assistência social (e, às vezes, também em favor de interesses pessoais), os líderes prometem uma retribuição nas urnas, tornando-se importantes cabos eleitorais na localidade¹³⁴. Por sua vez, entre

para o mundo moderno, tendo como perspectiva comum a dicotomia entre Comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade (*Gesellschaft*), elaborada pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies. De modo geral, “comunidade” designava as formas tradicionais de associação humana, que se desenvolviam naturalmente com base nos sentimentos, com valores intrínsecos e um entendimento compartilhado entre seus membros, como amizade, vizinhança e parentela. Já “sociedade” designava as associações humanas características da modernidade nascente, formadas deliberadamente para a realização de metas baseadas em interesses, como corporações e contratos econômicos.

¹³⁴ Nem sempre ocorre esta retribuição nas urnas, pois, como dizem os moradores, após as eleições os políticos tendem a *esquecer* a comunidade. Segundo me afirmou uma líder local que desistiu de trabalhar em campanhas para políticos por perder a confiança neles, *o povo não é burro e tá cansado de ser enganado*. Assim, como já dizia

políticos e representantes do poder público *comunidade carente* e *favela* são categorias utilizadas em situações de negociação semelhantes, isto é, quando pretendem ressaltar a necessidade de benfeitorias (já realizadas ou em promessa) para seus moradores e justificar intervenções no estado de anomia e dominação das localidades pelo chamado *poder paralelo*.

Por outro lado, a imagem idealizada de um grupo homogêneo e coeso - sugerido pelo sentido tradicional do conceito de “comunidade” – era mais utilizada pelos moradores quando queriam ressaltar aspectos positivos de Acari, tal como o presidente da Associação de Moradores que, tentando impressionar, exibia orgulhoso seus feitos pela *comunidade*. Com efeito, ao se referirem ao Acari como *comunidade* os moradores buscavam produzir uma imagem pública desvinculada do estigma homogeneizante já incutido na própria idéia de favela. De modo similar, a prefeitura vem optando por este termo como forma mais respeitosa de aludir a estas localidades e seus moradores.

Desse modo, a denominação de Acari como *favela* ou *comunidade* é sempre resultado de habilidosas negociações entre os moradores e os *de fora*, dependendo sempre dos elementos envolvidos e dos interesses em jogo na dinâmica das situações. Atualmente percebe-se que a categoria “comunidade” tem sido compartilhada pelos moradores e representantes da prefeitura com sentidos semelhantes. Embora ambos busquem em seu uso desvincular esses espaços do estigma que lhes foi atribuído, penso que não se pode afirmar que esta categoria é consensual e que produz os mesmos efeitos em redes distintas. Enquanto para a prefeitura o uso desta categoria permitiria uma aproximação maior e menos preconceituosa com esses espaços, para os moradores ele representa mais uma estratégia de defesa frente ao efeito de descrédito produzido pelo estigma de “favelado” em suas relações. O fato dessa categoria ser cada vez mais predominante no discurso de ambos os atores não significa, portanto, que a controvérsia esteja resolvida, ao menos não definitivamente, pois, como diz Latour (2000, p.31), “sempre falta alguma coisa para fechar a caixa-preta de uma vez por todas”.

O que as diferentes concepções de “favela” e “bairro” entre os representantes da prefeitura e os moradores de Acari evidenciam é a existência, na verdade, de duas cadeias de associações igualmente legítimas que no processo de intervenção do Favela-Bairro se chocam.

Medina (1964, p.88), tal situação muitas vezes não passa de uma simulação, em que “o eleitor diz que vai votar mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos”.

Assim, entendo que o “trabalho educativo” dos agentes comunitários implica, em última instância, pôr à prova a força das associações produzidas pelos moradores, seduzindo-lhes a abandoná-las pelas concepções evocadas pelo poder público, na medida em que estas são sustentadas por uma rede mais forte e estável. No entanto, os moradores ligam tantos elementos às categorias “favela”, “favelado” e “bairro” que, ao esforçarem-se por tornar suas alegações mais aceitáveis que as deles os agentes comunitários disparam um processo de “mudança de atitude” que é, muitas vezes, conflitivo.

Tal como para Latour (2000), também não interessa aqui ratificar dicotomias do tipo favela x bairro ou moradores x prefeitura. Dessa forma, o que explica as diferenças entre essas duas cadeias de associações não é a existência de uma ordem social ou natural que lhes distingue *a priori*, mas o número de pontos ligados, a força e a extensão da ligação e a natureza dos obstáculos. Assim, enquanto a prefeitura é porta-voz de todo um coletivo, construído a partir da mobilização de um grande número de aliados, como as leis e normas oficiais, o Plano Diretor, as secretarias, os programas, os funcionários públicos, os agentes comunitários, as associações de moradores, etc, que legitimam e fortalecem suas alegações, os moradores parecem dispor praticamente apenas de seus próprios recursos, tendo assim pouca força para, sozinhos, disputarem ou discordarem de uma rede tão fortemente constituída.

Seguindo o pensamento de Latour (*op. cit.*), entendo que tanto a rede da prefeitura quanto a rede dos moradores é “lógica”, ou seja, vai de um ponto ao outro. Não há um caminho mais correto ou racional que o outro, mas apenas associações mais fracas e mais fortes, tratando-se então de uma sócio-lógica. Ao observador, cabe somente mapear as associações sem distorcê-las classificando-as em “boas” ou “más”, o que Latour (2000) explica com a seguinte metáfora:

A sócio-lógica é muito semelhante aos mapas rodoviários; todos os caminhos vão a algum lugar, sejam eles trilhas, estradas vicinais, rodovias ou autopistas, mas nem todos vão para o mesmo lugar, suportam o mesmo tráfego, custam o mesmo preço de abertura e manutenção. Dizer que uma alegação é “absurda” ou que um conhecimento é “acurado” não tem mais sentido do que chamar de “ilógica” uma trilha de contrabandistas e de “lógica” uma autopista. As únicas coisas que queremos saber sobre essas vias sócio-lógicas é onde elas levam, quantas pessoas as percorrem com que tipo de veículo, e que facilidades oferecem para a viagem; e não se estão certas ou erradas (p.336).

Por fim, Latour (*op. cit.*) diz que a principal característica das cadeias de associações é a imprevisibilidade – para o observador -, porque elas são totalmente heterogêneas (de acordo com a classificação do próprio observador). Como vimos desde o capítulo anterior, as agentes comunitárias perseguiram aquilo que acreditavam (ou passaram a acreditar) ser uma questão de legalidade e regularidade, contudo, eram constantemente deslocadas pelos moradores para questões as mais diversas, como brigas de vizinhos, ações do tráfico de drogas e autoridade sobre os usos da rua.

É essa imprevisibilidade que me parece ser também o ponto simultaneamente mais fraco e mais forte das redes do Programa Favela-Bairro nas comunidades. O que impõe obstáculos à sua execução e o que impulsiona suas constantes transformações.

Algumas conclusões (parciais e provisórias)

“O autor protege seu texto contra a força do leitor.

*Um texto científico fica mais difícil de ler;
como quando se protege e escora uma fortaleza:
não é por prazer, mas para evitar o saque”*

(Latour, 2000, p.79)

Em seus estudos da prática científica, Latour (1997, 2000) mostra que os enunciados produzidos pela ciência são sempre apresentados como “caixas-pretas”, desvinculados do contexto social e das ações daqueles que o elaboraram. Ao rejeitarem seu próprio processo de produção como garantia de sua “objetividade”, os enunciados científicos instauram uma assimetria entre Natureza e Sociedade, recorrendo a uma das instâncias como justificativa para a resolução da controvérsia que os propulsionou.

No entanto, segundo Latour (2000), como a solução de uma controvérsia é sempre a causa da representação da natureza e da sociedade, e não sua consequência, não podemos então utilizar essa consequência (a natureza ou a sociedade) para explicar como e por que uma controvérsia foi dirimida. Além disso, mesmo que repassemos todas as opiniões existentes para explicar por que uma controvérsia aberta se encerra, estaremos sempre esbarrando em uma nova controvérsia referente ao como e ao porquê do encerramento da questão.

Desse modo, todo enunciado ou afirmação científica é sempre uma estabilização generalizada apenas até ser novamente contestada ou discutida. Nesse sentido, também as conclusões deste trabalho devem ser aqui tomadas como parciais e provisórias, não representando de maneira alguma afirmações mais lógicas ou verdadeiras do que as muitas outras possíveis.

Conforme ressaltai em toda a pesquisa, a intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari deve ser considerada como algo que está ainda em via de se constituir, um objeto ainda “quente”, sendo justamente sua incompletude o que me permitiu acompanhar o processo, seguindo os atores envolvidos e os efeitos de suas ações nas comunidades.

Ao longo do trabalho de campo, as observações e percepções aqui relatadas fizeram com que aprendesse a relativizar meu olhar, percebendo que Acari constitui e é constituído por uma

rede totalmente heterogênea de atores (humanos e não-humanos), da qual posso dizer que muitas vezes me senti também fazendo parte.

No que se refere às diferentes formas de conceber e hierarquizar os espaços da cidade, “a favela de Acari” e o “bairro da Lagoa”, por exemplo, podem ser vistos enquanto pontos de uma mesma rede urbana, mas que são produzidos como avesso um do outro. Assim, a mesma rede de relações que permite a emergência do “bairro da Lagoa” enquanto espaço valorizado e desejado produz “a favela de Acari” enquanto espaço negativizado e indesejável.

Em relação às intervenções do poder público nas favelas, pode-se afirmar que as opções por extinguir, remover ou urbanizá-las foram ficando cada vez mais fortes ou mais fracas em função da concentração de forças na rede, na medida em que as conexões entre a Igreja católica e o Estado, por exemplo, fortaleciam-se ou enfraqueciam-se. Nessa rede constituída em torno da proposta de resolver o “problema favela”, os atores que atuaram ou atuam são os mais variados: a prefeitura, a Igreja católica, as associações de moradores, o governo estadual, o governo federal, os interesses eleitorais, o tráfico de drogas, os moradores das favelas, o Plano Diretor, o BID, as empreiteiras, cimento, mapas, engenheiros, máquinas...

Ao reconstruir a trajetória do Programa Favela-Bairro, levando em conta o contexto histórico das intervenções públicas direcionadas às favelas cariocas, pude mapear as alianças que foram sendo tecidas pela administração municipal para viabilizar a realização e manutenção do programa. Assim, para intervir nas favelas, a prefeitura tem, primeiramente, que mobilizá-las através de instrumentos e levantamentos que as tornem suficientemente “móveis” para serem transferidas para os escritórios de arquitetura licitados e retornarem sob a forma de um plano de intervenção. Além disso, os dirigentes do programa precisam convencer outros membros da prefeitura, despertar o interesse de empreiteiras e escritórios de arquitetura, assediar jornalistas e a população, tanto das áreas a serem atendidas pelo programa, quanto da cidade em geral, consolidando assim o circuito que Latour (2001) chamou de “representação pública”.

No que se refere à sua organização, o Programa Favela-Bairro somente pôde ser colocado em prática e se expandir mediante a reunião de diversas secretarias, funcionários e órgãos municipais, além do trabalho dos dirigentes de traduzir interesses dos meios de comunicação, sociedade civil e organizações não-governamentais na direção dos seus.

Quanto à consolidação e ampliação de sua estrutura, destaco que o acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que passou a ser seu maior financiador, foi crucial não apenas para garantir a continuidade do programa, como para conceder maior credibilidade à atual prefeitura. Com efeito, o compromisso com um organismo internacional, envolvendo grandes somas de dinheiro, vem impedindo que o programa sofra deformações decorrentes de disputas político-partidárias.

Acompanhando como o processo de implantação do programa vem ocorrendo nas comunidades de Acari, através da ação das agentes comunitárias de habitação, pude perceber e descrever o trabalho de fabricação de novas relações, assim como a multiplicação das “pontes” – a que liga a prefeitura às agentes comunitárias através de uma organização não-governamental, a que liga os moradores à prefeitura através das agentes, e a que liga as agentes aos moradores através dos “representantes de rua” – analisando os efeitos produzidos por cada uma delas.

Assim como diz Latour (2001) em relação às disciplinas científicas, essas alianças constituem precisamente aquilo que torna o fluxo sanguíneo do Favela-Bairro mais rápido e com uma taxa mais elevada de pulsação. Conforme as circunstâncias, essas alianças podem assumir diversas formas. No entanto, o enorme esforço de persuasão e aliciamento nunca é auto-evidente: não existe nenhuma conexão natural entre um representante do BID e o terreno alagadiço de Mangue-Seco, nem entre o engenheiro de uma empreiteira e a Associação de Moradores de Parque Acari. Como diria Latour, eles não se encontram por uma inclinação natural, mas por uma aliança que é criada e passa a inseri-los como atores na rede do Favela-Bairro.

Em seu trabalho de tradução, as agentes comunitárias buscam estender a rede de aliados do programa na comunidade, atraindo o interesse e apoio da população, das associações de moradores e das instituições locais. Ao se aproximarem dos moradores com o objetivo de incitá-los a uma “mudança de atitude” em relação aos espaços da comunidade, incutindo uma nova forma de apropriação do tecido urbano, e levando-os a assumir uma co-responsabilidade perante a intervenção, as agentes provocam deslocamentos de visões e posições, disparando muitas vezes efeitos imprevisíveis.

Nos casos descritos de alguns moradores, esses efeitos remetem a resistências e outros aspectos que também passam a envolver e ser afetados pelo processo de intervenção. Diversas situações presenciadas no campo e aqui relatadas permitem-me então afirmar que da rede do

Programa Favela-Bairro fazem parte atores como os moradores, as casas e ruas, mas também a memória, a afetividade e os sentimentos, devendo estes ser igualmente considerados.

Em sua proposta de transformar favelas em bairros populares, o programa reabre ainda a controvérsia em torno das próprias definições de “favela” e bairro”, colocando em questão as diferentes formas de conceber e se apropriar dos espaços. Enquanto para a prefeitura as categorias “favela” e “bairro” são definidas a partir de critérios estritamente físicos e legais desses espaços, para os moradores elas estão ligadas a múltiplas dimensões da vida coletiva.

Analisando as diferentes apropriações e sentidos que moradores e representantes da prefeitura constroem destes termos, foi possível perceber que, na intervenção em Acari, as categorias “favela” e “bairro” são permanentemente negociadas e redefinidas nas relações estabelecidas entre ambos os atores, mediadas especialmente através da atuação das agentes comunitárias. No embate entre as diferentes concepções e representações, a categoria “comunidade” vem sendo, por outro lado, utilizada tanto pelos moradores quanto pelos representantes da prefeitura como uma alternativa menos conflitiva para se referir aos espaços de favela, desviando-se do estigma atrelado historicamente a esse termo, sem resultar, contudo, no encerramento da controvérsia.

Finalmente, tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari, constatei que os planos de intervenção nunca são transpostos exatamente da maneira como esperada pela prefeitura nas comunidades, mas estão sujeitos a uma série de transformações durante o processo de sua implantação, resultante das ações de diversos atores (humanos e não-humanos), previstos ou não, tais como: prefeitura, moradores, organizações não-governamentais, agentes comunitários, fogos, engenheiros, ruas, fiscais, dinheiro, empreiteiras, associações de moradores, escritórios de arquitetura, tráfico de drogas, polícia, mapas, sentimentos, operários, máquinas, cimento, memória, britadeiras, canos, relatórios...

Desse modo, a intervenção do Favela-Bairro é uma rede aberta para todos os lados, com múltiplas entradas e saídas. Por estar em constante processo de construção, a proposta de descrevê-la poderia, porém, fazer dessa descrição uma tarefa infinita. Quando e como finalizar então a descrição?

Simulando um diálogo entre um professor socrático e um aluno intrigado, Latour (2002b) responde a essa questão argumentando que uma forma equivocada de parar a descrição,

segundo a perspectiva da Teoria Ator-Rede, é a de acrescentar-lhe ao final uma “explicação” ou encaixar tudo na moldura de algum modelo teórico. No papel do professor, aplaca a ansiedade do aluno, dizendo-lhe que uma boa dissertação é uma dissertação concluída e mostrando que a proposta da Teoria Ator-Rede é mais simples do que nos parece: consiste em realizar boas descrições dos efeitos das associações produzidas em uma determinada rede, dando ênfase ao seu fluxo e às mudanças ocasionadas. Assim, concluo esta dissertação como sugere o próprio Latour, para quem a melhor forma de terminar uma descrição é simplesmente escrevendo a última palavra.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Ronald (2004). **Science Studies and Psychology**. *Paper* apresentado na 4S & EASSST Meeting “Public Proofs - Science, technology and democracy”, Centre de Sociologie de l’Innovation, École des Mines de Paris, agosto de 2004. Disponível em: www.csi.ensmp.fr/csi/4s/index.php?page=download. Acesso em: 10 out. 2004.

BENJAMIM, Cid (1998). **Hélio Luz: um xerife de esquerda**. Rio de Janeiro: Contraponto: Relume-Dumará.

BERREMAN, Gerald D. (1990). Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia [1962]. In: GUIMARÃES, Alba Zaluvar (org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

BOSI, Ecléa (2003). **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial.

BRIGGS, Asa (1972). O conceito de lugar. In: **A humanização do meio ambiente**. Simpósio do Instituto Smithsiniano. São Paulo: Cultura.

BURGOS, Marcelo Baumann (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. in: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV.

CALLON, Michel (1988). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: **A sociology of monsters: essays on power technology and domination** (Edited by John Law). London: Routledge.

CARDOSO, Ruth (1997). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra.

CARRETEIRO, Teresa Cristina (2000). Exclusão social e processo de identidade. In: **Estudos de Sociologia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v.6, n.1, jan./jun. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/CFCH/Editora Científica: Cynthia Hamlin – Liber Gráfica.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de; CHEIBUB, Zairo Borges; BURGOS, Marcelo Baumann; SIMAS, Marcelo (1998). **Cultura política e cidadania: uma proposta de**

metodologia de avaliação do Programa Favela-Bairro. Rio de Janeiro: FINEP/SMH-Rio/IUPERJ.

CIEDS (s/d). **Agente Comunitário** (Material de divulgação).

CICOUREL, Aaron (1990). Teoria e método em pesquisa de campo (1969). In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

DAMATTA, Roberto (1987a). Trabalho de campo. In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco.

_____ (1987b). **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Guanabara.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1995). Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34.

DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs) (1994). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes.

DOSSE, François (2003). **O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas.** Bauru, São Paulo: EDUSC.

DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Oswaldo Luiz; BRASILEIRO, Alice (orgs) (1996). **Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro.** São Paulo: Pro-Editores.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal (2002). Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismos pluralistas. In: **Série Documenta**, nº 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, Série 2001-2002.

FOOTE-WHYTE, Willian (1990). Treinando a observação participante [1943]. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII (1955). **Morros e favelas: Como trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatórios de 1947 a 1954.** Rio de Janeiro: Imprensa Naval.

GOFFMAN, Erving (1982). **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; BASTOS, Maria Durvalina Fernandes (1993). Impasses na urbanização de favelas – um estudo de caso. In: **Cadernos IPPUR**, ano VII, n.3, dez. Rio de Janeiro: UFRJ.

GONDIM, Linda Maria (1981-1982). A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. In: **Revista de Ciências Sociais**, v.12/13, nº1/2. Fortaleza: Edições UFC.

GONZÁLEZ REY, Fernando (1999). **La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos**. São Paulo: EDUC.

GUARESCHI, Pedrinho (2003). Entrevista com Martin Bauer. In: **Revista Psicologia & Sociedade**, ABRAPSO, vol. 15 (1), jan./jun.

GURAN, Milton (2000). Fotografar para descobrir, fotografar para contar. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, nº 1, vol.10. Rio de Janeiro: EdUERJ.

GUSFIELD, Joseph (1975). **Community - a critical response**. Toronto: Harper & Row.

HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (2003). La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo; MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (orgs). **Un debate abierto. Escuelas y corrientes sobre la tecnología**. Chapingo, Mexico: Universidad Autónoma Chapingo/Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial (PIHAAA-CIESTAAM).

IBASE (2000). **Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca**. Rio de Janeiro: Agenda Social/Ibase.

LAGO, Luciana Corrêa do (2000). **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: REVAN, FASE.

LATOUR, Bruno (1983). Give me a laboratory and I will raise the world. In: KNORR-CETINA, Karin D.; MULKAY, Michael J. (orgs). **Science Observed**. Beverly Hills: Sage.

_____ (1988). The powers of association. In: LAW, John (org). **A Sociology of monsters: essays on power technology and domination**. London: Routledge.

_____ (1990). As “visões” do espírito. Uma introdução à antropologia das ciências e das técnicas (Tradução de J. M. Carvalho de Mello e C. J. Saldanha Machado). In: **Publicações didáticas**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ – Programa de Engenharia de Produção, Área de PCT, Publicação Didática 00190.

_____ (1994). **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____ (1997a). O futuro da Terra é decidido no concílio híbrido de Kyoto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Mais!, 7 dez. 1997.

_____ (1997b). **Keynote Speech: On Recalling ANT**. Introdução ao Actor Network and After” Workshop, Keele University. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>>. Acesso em: 20 nov. 2003.

_____ (2000). **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP.

_____ (2001). **A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC.

_____ (2002a). **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru, SP: EDUSC.

_____ (2002b). **A Dialog on Actor Network Theory**. Disponível em: <<http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>>. Acesso em: 20 nov. 2003.

_____ (2004). **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC.

_____; WOOLGAR, Steve (1997). **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LAW, John (1992). **Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity**. In: Systems Practice, vol.5, n.4. (Tradução de Fernando Manso). Disponível em: www.necso.ufrj.br. Acesso em: 20 ago. 2004.

_____ (1996). On the methods of long distance control: vessels, navigation and the Portuguese Route to India. In: LAW, John (org). **Power, Action and Belief: a new sociology of knowledge?** Sociological Review Monograph 32. Routledge, Henley.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth (1978). **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LOURAU, René (1993). **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

MALINOWSKI, Bronislaw (1990). Objetivo, método e alcance desta pesquisa [1922]. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

MEDINA, Carlos Alberto de (1964). **A favela e o demagogo**. São Paulo: Martins.

MELLO, Marco Antônio; VOGEL, Arno (1983). Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: **Arquitetura Revista**, FAU-UFRJ, v.1, n.1, Rio de Janeiro, p. 67-79.

_____ (1985). **Quando a rua vira casa**. São Paulo: FINEP-IBAM, Editora Projeto, 3ª edição.

MORAES, Márcia Oliveira (1998). **Uma Psicologia em ação**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

_____ (2000). O conceito de rede na filosofia mestiça. **Revista Informare**, vol. 6, nº 1, p.12-20.

_____ (2002). Rede e singularidade das ciências sobre a noção de rede e a singularidade das ciências. In: **Série Documenta**, nº 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, Série 2001-2002.

_____ (2003). **Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede**. Disponível em: www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm. Acesso em: 10 fev. 2004.

_____ (2004). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro: vol.11(2), maio/agosto.

MOTA, Fabio Reis (2004). Dilemas de uma cidadania à brasileira: dimensão da consideração na promoção de humanos direitos. In: **Direitos negados: questões para uma política de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Pesquisa em Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos; Booklink.

MOURA, Maria Lúcia Seild de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE; Patrícia Ann (1998). **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

NOBRE, Carlos (1994). **Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

OLIVEIRA, Anazir Maria de; CARVALHO, Cyntia Paes de (1993). **Favelas e as organizações comunitárias**. Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Bento Rubião”. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

PERLMAN, Janice E. (1977) **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (1992). **Plano Diretor Decenal da Cidade**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo.

_____ (2001). **Relatórios de Diagnóstico do Programa Favela-Bairro nas Comunidades de Parque Acari, Vila Rica de Irajá e Vila Esperança**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação.

_____ (2002). **Informativo Habitação – Favela-Bairro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, Junho.

_____ (2003). **Das remoções à Célula Urbana – evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do (2001). A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. In: **São Paulo Perspectiva**, v.15, nº1, jan./mar.

SILVA, Luís Antônio Machado da (1967). A política na favela. **Cadernos Brasileiros** (41), maio/jun.

SLOB, Bart (2002). **Do barraco para o apartamento – a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro**. Trabalho de conclusão de curso. Niterói: Universidade Federal Fluminense (mimeo).

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de (2001). **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira (2001). A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, mar/jun, vol.8, nº1.

VALLADARES, Lícia do Prado (1978). **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____ ; PETRECEILE, Edmund (1999). Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. **Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA (mimeo).

_____ ; MEDEIROS, Lídia (2003). **Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA.

WACQUANT, Löic (2001). **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE.

WILKINSON, John (2004). Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência. *Paper* apresentado no **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, no seminário temático “Análise sociológica dos fenômenos econômicos”.

ZALUAR, Alba (1985). **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ (1994). **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Editora UFRJ.

_____ ; ALVITO, Marcos (1998). Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV.

Anexos

RIO



PREFEITURA

www.rio.rj.gov.br

Habitação



COMUNIDADE

AGENTES COMUNITÁRIOS

Objetivos a alcançar:

POLÍTICAS HABITACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

1 - Divulgar a Política Habitacional do Rio de Janeiro otimizando a compreensão e o envolvimento da população no processo de transformação urbana e de melhoria da qualidade de vida dos moradores.

2 - Repassar e discutir com os moradores informações e conhecimentos sobre o ambiente urbano, obras de urbanização e serviços de saneamento básico, condutas individuais e coletivas em relação à comunidade.

3 - Colaborar na divulgação das Políticas Públicas Sociais que estão integradas à Política Habitacional.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 - Atuar, na condição de representante da Municipalidade, como elo de comunicação e interlocução democrática entre a Prefeitura e a Comunidade, promovendo a integração e o repasse das informações entre os dois lados;

CIDADANIA

5 - Difundir a visão integrada da Política Habitacional e de Políticas Públicas Sociais, como propostas voltadas para contribuir com a participação efetiva dos moradores na apropriação de novos valores, procedimentos e conhecimentos, de forma que assumam seu papel na compreensão de seus direitos e deveres, garantindo-lhes o pleno exercício da cidadania e defesa ao acesso pleno aos serviços públicos.

ORGANIZAÇÃO

6 - Incentivar os moradores, a comporem formas de organização da comunidade que ampliem sua capacidade de atuar junto ao poder público, para assegurar a execução de políticas que proporcionem condições de melhoria urbana e o desenvolvimento social da comunidade, estimulando a criação de diversas formas de grupos de representantes.

7 - Promover a formação de agentes multiplicadores da Política Habitacional, buscando maior participação da comunidade no sentido de transformação individual – mudança de atitude – e coletiva.

8 - Assessorar na formação de empreendedores sociais para que estes estabeleçam um elo entre os grupos organizados da comunidade, órgãos e instituições do entorno, no sentido de integrar e promover ações conjuntas na transformação da comunidade em bairro. (células multiplicadoras / empreendedoras)

PARTICIPAÇÃO

9 - Promover atividades, reuniões, campanhas e eventos que mobilizem os moradores e seus representantes, para incentivar o aumento do grau de sua participação no planejamento e na execução de políticas públicas, a cargo da Prefeitura, e na realização de iniciativas empreendedoras da comunidade;

10 - Estimular a conscientização da população para a prática das ações de ajuda mútua, da cooperação e da solidariedade, como uma nova força de transformação da sociedade e de redução dos níveis de pobreza dos cidadãos;

11 - Incentivar a resolução de problemas individuais e coletivos da Comunidade através do mutirão e de outras formas de associativismo substituindo o individualismo pela valorização do espírito de solidariedade;

12 - Incentivar os moradores e suas representações legítimas a participarem ativamente, junto aos poderes públicos e demais instituições, no esforço coletivo de busca de soluções para os problemas da comunidade - em todas as etapas, do planejamento à execução;

DEMANDAS

13 - Promover o acompanhamento regular dos trabalhos executados na comunidade pela Prefeitura, em parceria com os moradores, identificando e retratando suas demandas e necessidades, a partir dos debates e reuniões com a comunidade;

ESTRATÉGIAS DE SOLUÇÃO

14 - Fomentar a discussão junto à comunidade sobre a definição de estratégias para a resolução de problemas locais, mediante reuniões, seminários e, inclusive, organização de Células Multiplicadoras da ação das Agentes Comunitárias, de modo a ampliar a capacidade de mobilização, comunicação e atuação comunitária;

MUDANÇA DE ATITUDE

15 - Garantir o uso adequado dos equipamentos implantados na comunidade através de um trabalho educativo;

16 - Incentivar a adoção de melhorias nos padrões e hábitos dos moradores que valorizem o meio ambiente, especialmente quanto aos costumes de higiene, práticas de saneamento básico, separação seletiva do lixo, reflorestamento, preservação da natureza etc.

ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

1. Na Fase de Elaboração do Projeto de Obras

- Levantamento de informações junto à população, buscando identificar suas expectativas, necessidades e soluções referentes às transformações urbanas desejadas pela comunidade, valendo-se da oportunidade dos contatos para repassar conceitos e informações que contribuam para a solução imediata de problemas de saneamento básico, defesa ambiental e organização comunitária.

- Identificação dos grupos, entidades e instituições que atuam nas áreas de intervenção e no entorno, bem como projetos sociais desenvolvidos.

- Atualização de informações, como a contagem do n.º de domicílios existentes, identificação de logradouros (com tipo de pavimentação, iluminação pública, rede de esgoto, predominância de gabaritos, n.º de residências e n.º de moradores) e conhecimento dos limites das áreas de intervenção.

- Realização de reuniões com os moradores por conjunto de domicílios, quadras, setores, repassando informações sobre o programa de urbanização, de intervenções propostas no projeto, o trabalho da participação comunitária no local. (com distribuição de materiais, folders e cartazes).

- Representação do Poder Público junto a comunidade através de contatos para socialização de informações, criando um elo de interação entre a comunidade e os programas.

- Articulação com os Fiscais de Projeto para conhecimento e divulgação do Diagnóstico e do Plano de Intervenção proposto para a área.

- Pesquisa educativa, sobre as condições dos serviços básicos urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento do lixo e organização comunitária, visando realimentar o processo de planejamento.

- Análise do diagnóstico dos principais problemas encontrados e soluções apontadas e avaliação.

- De acordo com a avaliação, promover campanhas, trabalhos educativos e capacitações específicas.

- Identificação de representantes das comunidades, e entidades organizadas.

- Formação de grupos de representantes que atuarão como agentes multiplicadores da política habitacional e de desenvolvimento social, que deverão contribuir para ampliar a autonomia da comunidade, através da socialização das informações e de situações que elevem a sustentabilidade local.

- Promoção da capacitação dos agentes multiplicadores, (representantes da comunidade).
A capacitação será realizada pela Coordenação de Participação Comunitária com integração com outros Programas.

- Realização de contatos e reuniões periódicas com a comunidade, através de seus representantes por setores, disseminando informações e mobilizando os moradores para temas relevantes para a melhoria de suas condições de vida e uma maior participação comunitária, de tal forma que a população adquira condutas individuais e coletivas, desenvolvam atividades e busquem a garantia dos serviços que resultem na sustentabilidade social e ambiental das áreas.

- Realização de reuniões com grupos organizados, como igrejas, escolas, grupos culturais, grupos de jovens, mulheres e outros que envolvam trabalhos nas áreas e no entorno, para apresentação dos programas, propondo o desenvolvimento de ações conjuntas (utilizar materiais de apoio da coordenação).

- Promoção de cursos de capacitação para os moradores visando a execução de medidas preservacionistas, como o reflorestamento, bem como a melhoria urbana e o desenvolvimento sócio – econômico e cultural da comunidade.

- Articulação com a comunidade para formação de fóruns comunitários permanentes, para discussão de temas de interesse comum das comunidades, incluindo a convocação de técnicos e entidades específicas, que contribuam para melhor esclarecimento e encaminhamento de questões referentes ao ambiente urbano e desenvolvimento sócio – econômico - cultural, para fortalecimento do processo de organização e participação da população na luta por seus direitos de cidadania.

2. Na Fase de Execução de Obras

- Integração com as equipes técnicas responsáveis pela execução das obras, intermediando junto à população quaisquer impasses que surjam nesse processo.

- Integração com a comissão de representantes das comunidades, socializando as informações sobre as obras, de forma que os moradores sejam devidamente informados sobre as mesmas e, sempre que se fizer necessário, solicitar reuniões com os técnicos, para discussões mais aprofundadas.

- Realização de ações buscando desenvolver a percepção dos moradores para a corresponsabilidade dos usuários pelos equipamentos implantados.

3. Na Fase Pós-obra

- Divulgar informações sobre o controle da qualidade do ambiente urbano.

- Incentivar a realização de reuniões e fóruns, para discussão / reflexão sobre ambiente urbano, fortalecimento do processo de organização e participação da população, na luta pelos seus direitos de cidadania.